

“

“É uma incógnita os rumos que isso vai tomar. De qualquer forma, tivemos aí certa catarse. Mas penso que os movimentos que têm um percurso, uma reflexão, uma elaboração - e isso é distinto das manifestações catárticas - com certeza vão poder direcionar esses rumos, vão poder recuar, questionar, para novamente direcionar.”

— **Sylvia** Dantas

“As consequências de um acontecimento vão muitíssimo além das suas causas, muitíssimo além dos 20 centavos nesse caso.”

— **Renato**  
Janine Ribeiro

”

“O movimento teve essa capacidade de acender um estopim que de alguma maneira mobilizou, levou as **pessoas às ruas**, levou as pessoas a perceberem, particularmente a juventude, que têm a possibilidade de intervir no país, que, se querem influir, essa é a oportunidade de participar.”

— **José Álvaro** Moisés

# O QUE ESTÁ ACONTECENDO?

[www.iea.usp.br/noticias/manifestacoes-de-rua](http://www.iea.usp.br/noticias/manifestacoes-de-rua)

O IEA aceitou o desafio de refletir sobre a história no momento em que ela se faz. No dia 21 de junho de 2013, 14 pesquisadores vinculados ao Instituto se reuniram no evento O QUE ESTÁ ACONTECENDO?, primeiro debate público realizado por uma universidade brasileira sobre as recentes manifestações nas ruas do país. O evento deu início à série de encontros UTI Brasil, do Laboratório Societales Contemporâneas, voltada para a discussão do significado e do



Esses movimentos têm seus mártires, seus mortos, mas mesmo assim têm um elemento forte de festa e de inserção de não participantes no

**ESPAÇO PÚBLICO."**

— **Renato**  
Janine Ribeiro

“Temos vontade de participação política. Mas não há uma cultura política. Ou seja, a questão da educação política é fundamental nas escolas.”

— **Alexey**  
Dodsworth Magnavita

“A favor da livre manifestação pública, portanto a favor da *livre expressão de valores em si democráticos* – este me parece um ponto consensual dos analistas. Governo, imprensa, universidade e todas as instâncias envolvidas no processo são (ou tornaram-se) unânimes no reconhecimento do direito de manifestação de segmentos da população. É um ganho que convém realçar em primeiro lugar.”



— **Alfredo Bosi**



impacto desse momento de efervescência política. Os debatedores foram Massimo Canevacci, José Álvaro Moisés, Alfredo Bosi, Sergio Adorno, Bernardo Sorj, José da Rocha Carvalho, Jorge Luiz Campos, Arlene Clemesha, Nicolas Lechopier, Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira, Sylvia Dantas e Alexey Dodsworth Magnavita (também relator), todos vinculados direta ou indiretamente ao IEA. A moderação ficou a cargo de Renato Janine Ribeiro. A seguir, as opiniões dos debatedores sobre os principais temas discutidos.

## 1º DEBATE

**O Que Está Acontecendo?** foi o nome do primeiro debate, no qual 14 pesquisadores apresentaram suas impressões sobre os fatos. Entre os temas discutidos figuraram: imprevisibilidade das manifestações; uma possível crise de representação e da democracia; a saída do país de um estado de passividade; o sentimento de tédio como fator de motivação; a emergência de valores conservadores nos protestos; o clamor por direitos básicos, particularmente por transporte público, saúde e educação; o protagonismo da violência; a falta de foco das reivindicações; e a urgência de uma reinvenção política.

“É uma incógnita os rumos que isso vai tomar. De qualquer forma, tivemos aí certa catarse. Mas penso que os movimentos que têm um percurso, uma reflexão, uma elaboração — e isso é distinto das manifestações catárticas — com certeza vão poder direcionar esses rumos, vão poder recuar, questionar, para novamente direcionar.”

— **Sylvia Dantas**

### [na primavera árabe]

“O movimento fazer um balanço do que já conseguiu até agora implica na possibilidade, na capacidade de examinar o conjunto de temas que apareceram nas diferentes manifestações e, de alguma maneira, entender *como organizar essas novas demandas* e de que maneira elas podem se transformar em elementos de continuidade do movimento.”

— **José Álvaro Moisés**

### Tédio

“A diferença do Brasil é que as manifestações acontecem em ambiente absolutamente democrático, ao contrário do que aconteceu na Tunísia, no Egito e em outros lugares onde também há esse detonador. Talvez o problema, para nós, não seja tanto a *opressão* seja até mesmo o tédio.”

— **Renato Janine Ribeiro**



“

**Massimo** —

Caravacci

“A coisa mais importante que deveria ser abolida agora, não só em São Paulo, é a catraca no ônibus, eu tenho que passar por uma catraca.”

**Sylvia** —

Dantas

“É um movimento de jovens que tem uma história e que têm um propósito muito claro, muito objetivo, voltado para a questão do transporte público. É um movimento que começa com um objetivo muito claro. Mas alguns falam: Mas apenas 20 centavos? Res 20 centavos? Somos um país de extrema desigualdade: o gasto com transporte público para grande parte da população significa 30% de seu orçamento. Isso é algo para ia de absurdo. Esse aumento no orçamento de uma população que ganha um salário mínimo e tremendo. A gente precisa tocar num ponto: os lucros das grandes empresas de transporte. Essa conquista do não aumento traz a questão das grandes corporações (...). Quando se fala aqui do transporte, está se atacando uma das corporações.”

”

O que está acontecendo? É pergunta proterária, pois exprime o sentimento de perplexidade de primeira vez, protestar maciçamente contra o que lhes parece abuso do poder estatal em um dos itens vitais do cotidiano, que é o valor das tarifas de transporte público.”

**Transporte público / tarifas**

**Alfredo** —

Bosi

“[A gratuidade do transporte] não é um detalhe, porque há coisas que não deveriam ter preço. E o mundo do crescimento econômico não deixa espaço para a gratuidade. Eu diria que essa reivindicação do transporte talvez seja mais fundamental do que poderíamos pensar.”

**Nicolas**

Lechopier



“Esse é um aspecto fundamental: a democracia eleitoral está em crise e o seu desdémio merecido exige alguma resposta, ainda que difusa e insuficientemente articulada.”

**Crise da democracia / crise da representação**

**Alfredo**  
Bosi

“O que está acontecendo é um enorme mal-estar com a democracia que temos no Brasil. Esse mal-estar em estabelecer e manter conexões com os partidos que nascem dos movimentos sociais, inclusive os partidos que vigoram no Brasil, os partidos que compõem a lógica de se manter no poder custa e que custar, mesmo grande coalizão que governa e que, portanto, mesmo de partido no Brasil, a situação ou da oposição, que que estão nas ruas e o que os partidos propõem em relação a elas. Mais grave do que isso foi o fato de que nem o presidente do Congresso, nem o da Câmara, nem o líder do governo e nenhum líder da oposição vieram a público para estabelecer uma conexão. Essa ausência de mal-estar que nos estamos vivendo.”

**José Alvaro**  
Moisés

**“DE ACORDO COM A AVALIAÇÃO DA THE ECONOMIST, O BRASIL OCUPA UMA POSIÇÃO DEMOCRÁTICA, MAS AINDA NÃO É UMA DEMOCRACIA PLENA, POIS EXISTEM PONTOS QUE SÃO DELICADOS PARA NÓS. POR EXEMPLO, TIRAMOS UMA NOTA MUITO ALTA NO CRITÉRIO PLURALISMO PARTIDÁRIO E NOTAS MUITAS BAIXAS EM DOIS CRITÉRIOS QUE CHAMAM A ATENÇÃO: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CULTURA POLÍTICA.”**

**Artem**  
Gemesta

Grupo está respondendo a isso: e nenhum partido político nem nenhum explorados, temos uma mensagem a dar dizendo: estamos cansados de ser porque é baseado num tipo de periferia num comício público, com microfone, e se representar, de se narrar. Durante esse tipo de subjetividade muito pluralizada, que não quer mais delegar a ninguém a força de autorrepresentação.”

**Massimo**  
Canevacci

**“MAIOR DÉFICIT É O DA REPRESENTAÇÃO.”**

baseado na dimensão industrialista, do passado de divisão comunicacional esta destruindo o sistema de representação e quem tem o poder de representar e quem tem o poder de ser representado. A autorrepresentação está destruindo o sistema de divisão comunicacional do trabalho — que era baseado num tipo de subjetividade muito pluralizada, que não quer mais delegar a ninguém a força de autorrepresentação. Eu acho isso fundamental, não houve ninguém falando — e afirmando um novo tipo de manifestação — porque é baseado num tipo de subjetividade muito pluralizada, que não quer mais delegar a ninguém a força de autorrepresentação. Eu acho isso fundamental, não houve ninguém falando —

## Passividade e catarse

“Nos estávamos tomados por um estado de melancolia (...), de que as coisas estão tão complexas, de que somos tão impotentes que não há como sair disso. E de repente essas manifestações começam a acontecer aqui, no nosso país, em que todos achavam que nossa juventude estava alienada e que todos estávamos tomados por uma passividade muito grande. De repente, a população vê os jovens se manifestando e também quer se manifestar, porque significa sair desse estado de certo sonambulismo, uma anestesia pela qual todos estavam tomados. Outros jovens, então, começam a participar desse movimento. E um momento de catarse, em que as pessoas estão colocando para fora a vivência de uma dissonância cognitiva (...), em que sua percepção da realidade não está de acordo com o que é dito. E o que é dito? Que somos a 7ª economia do mundo, que estamos melhorando, que a classe média está se expandindo, coisas muitas positivas que são colocadas e propagandeadas.”

— Sylvia Dantas

“No Egito, Tunísia, nos países árabes – terríveis ditaduras – a população teve que romper a barreira do medo. E aqui a população rompeu a barreira da apatia.”

— Arlene Clemesha

“ESTÃO ESTACIADAS.”  
7 Sylvia Dantas

Manifestação de 17 de junho de 2013 no Largo da Batata, em Pinheiros, São Paulo, convocada pelo Movimento Passe Livre

@Mídia Ninja

“O acesso à saúde, à educação, aos direitos básicos nos são negados, são o tempo todo ultrajados. As nossas instituições estão estaceladas. Essa contradição que todos vivem no dia-a-dia foi trazida à tona, elas podem ter uma voz.”

— **Sylvia** Dantas

“A questão dos 20 centavos parece um detalhe, mas não é. Talvez seja de maior importância política, porque o transporte público é um bem básico, como a saúde, a água, a alimentação saudável. Acho importante ressaltar também que **O TRANSPORTE NÃO É UMA QUESTÃO QUALQUER.**”

— **Nicolas** Lechopier

“As manifestações têm um gatilho e outras reivindicações que aparecem, mas a área da saúde é tratada de uma maneira superficial. Ela tem que ser tratada de uma maneira global e local (...). O movimento tem que focar mais. Essa é uma questão que tem que ser pensada. E eu reivindico que um foco importante seja direcionado à área da saúde (...). Que não seja obrigatoriamente único, mas que seja explicitado de uma maneira muito clara.”

— **Jose** da Rocha Carvalheiro

“Não se trata de um problema de manifestação da presidente, mas de como o governo, no seu conjunto, vai tomar as pautas, os temas que apareceram, como propostas de solução dos problemas que estão colocados, particularmente no que diz respeito às políticas públicas mais importantes: saúde e educação.”

— **Jose Alvaro** Moisés

# “AS NOSSAS INSTITUIÇÕES



## Reinvenção política

“Houve uma interrupção da comunicação política entre os atores, que é um elemento fundamental na ação política. Quer dizer, não havia mais a possibilidade de estabelecer um canal de comunicação ou vias aceitáveis de comunicação (...). Nós estamos atravessando um novo momento de interrupção dessa comunicação. Isso significa um exercício de reinvenção política (...). Ou seja, os canais que são considerados legitimamente aceitos, de expressão, de reivindicação, de participação, de alguma maneira parecem esgotados. Ou parecem insatisfatórios. Há todo um exercício de encenação política, de pôr essa insatisfação, essa eferescência, num espaço público de grande audiência e de grande visibilidade.” – Sergio Adorno (Relacionando, no início, as manifestações atuais e a invasão da Reitoria da USP em 2007.)

Manifestantes na cobertura do Congresso Nacional no dia 17 de junho de 2013: apoio aos protestos em São Paulo e contra os gastos com a Copa do Mundo

8

“Talvez esse seja o momento de os partidos e as instituições tão desacreditadas ouvirem o que as pessoas estão tentando dizer e fazerem esse exercício de reinvenção política. A gente está precisando urgentemente dessas instituições de outra maneira, reinventadas. Do jeito que elas estão, o descrédito só tenderá a crescer.”

– Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira



## Violência

“

"[OS JOVENS MANIFESTAM-SE TAMBÉM] CONTRA, OBVIAMENTE, A REPRESSÃO POLICIAL, ASPECTO QUE NOS INQUIETA A TODOS, POIS A PRESENÇA INDESEJADA DE GRUPOS DISPOSTOS AO VANDALISMO PROVOCA UM ENDURECIMENTO PERIGOSO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA."

- ALFREDO BOSI

"NÃO É A JUVENTUDE PAULISTANA OU CARIOCA QUE IMAGINA IMITAR ISTAMBUL. EU ACHO QUE FOI O CONTRÁRIO: NA MINHA FANTASIA, FOI A POLÍCIA PAULISTANA, FOI HADDAD E ALCKMIN QUE IMITARAM E TENTARAM REPLICAR O QUE ACONTECEU NA TURQUIA."

- MASSIMO CANEVACCI

"HOVE UMA VIOLÊNCIA DA POLÍCIA, QUE TODOS NÓS RECUSAMOS, CRITICAMOS, E QUE DE CERTO MODO FOI UM GRANDE DETONADOR. E AÍ PUDEMOS REFLETIR: PARA MUITOS ISSO REMEMOROU OS ACONTECIMENTOS DA DITADURA, PARA OUTROS A IDEIA DE QUE A POLÍCIA É SEMPRE VIOLENTA E, PORTANTO, TEM QUE SER COMBATIDA. O DISCURSO QUE CONECTA VIOLÊNCIA E PROTESTO POLÍTICO ESTÁ SENDO REQUALIFICADO. ATÉ OS ANOS 70, ELE ERA LEGÍTIMO, OU SEJA, A VIOLÊNCIA ESTAVA LIGADA AO FIM DA OPRESSÃO, COM OS MOVIMENTOS DE DESCOLONIZAÇÃO, COM A IDEIA DE QUE A VIOLÊNCIA ERA UM INSTRUMENTO DA POLÍTICA. O QUE A GENTE ASSISTE A PARTIR DOS ANOS 70? O TEMPO TODO UMA DESQUALIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA, QUER DIZER, A VIOLÊNCIA NÃO É UM MEIO DA POLÍTICA, A VIOLÊNCIA É A NÃO-POLÍTICA. PARECE QUE AGORA ESTÁ HAVENDO UMA TENTATIVA DE RETOMAR A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA COMO UM LUGAR DA POLÍTICA."

- SERGIO ADORNO

"A VIOLÊNCIA QUE FOI MENCIONADA TEM UM SIGNIFICADO MUITO FORTE, POR MAIS ASSUSTADOR E NEGATIVO QUE SEJA EM MUITOS MOMENTOS. É REALMENTE UMA VOZ OPRIMIDA ROMPENDO, E ELA PRECISA SER OUVIDA. HÁ TAMBÉM MUITAS DENÚNCIAS, SIMILARES AO QUE ACONTECEU NO EGITO, DE QUE BANDIDOS PAGOS ESTÃO INFILTRADOS NAS MANIFESTAÇÕES. ISSO PODE ESTAR ACONTECENDO."

- ARLENE CLEMESHA

# A VIOLÊNCIA MUDA TUDO

"A GENTE TEM UM MOMENTO PONTUAL QUE É O DA VIOLÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR (...). **A VIOLÊNCIA MUDA TUDO**. NO OUTRO ATO JÁ HAVIA 65 MIL PESSOAS EM SÃO PAULO, INCLUSIVE AQUELAS QUE ESTAVAM RECLAMANDO QUE A ORDEM ESTAVA SENDO ATRAPALHADA."

- ALEXEY DODSWORTH MAGNAVITA

”

## Diversidade das reivindicações



“São movimentos que vão muito além daquilo que os convocou e nos quais se projeta numa tela tudo que a sorte deseja, inclusive de caráter contraditório. Daí sucede também que com frequência o resultado lhes seja subtraído.”

— **Renato** Janine Ribeiro

“Se a gente olhar as manifestações, cada um tem o seu cartaz. Ainda que cada cartaz reflita um sentimento coletivo, ele é uma leitura singular de uma experiência coletiva, de uma comunicação política interrompida. Eu acho que essa experiência precisa ser pensada, quer dizer, o que ela quer, aonde ela quer chegar, e porque essa recusa desses mecanismos.”

— **Sergio** Adorno

“Para poder de alguma maneira prosseguir na reivindicação e no significado que teve inicialmente, o movimento tem que definir outras metas extremamente objetivas, tal como a meta de baixar de R\$ 3,20 para R\$ 3,00. Será necessário definir metas dessa natureza.”

— **José Álvaro** Moisés

“Esse movimento é elaborado pelo Movimento Passe Livre, ou seja, é iniciado com uma pauta clara. Dizer que é difuso, que não se sabe o que quer, isso é depois. Mas o movimento nasce com uma pauta muito objetiva.”

— **Alexey** Dodsworth Magnavita

10

“Tem foco: o foco do Passe Livre é o passe livre, e outro foco vai ser outro movimento. Agora, **A PAUTA DA CORRUPÇÃO É UMA PAUTA DA DIREITA INFILTRADA**, é uma pauta genérica. Não se discute corrupção; se discute casos de corrupção.”

— **Jorge Luiz** Campos



@ Eric Hayashi

Manifestação de 17 de junho de 2013 no Largo da Batata, em Pinheiros, São Paulo, convocada pelo Movimento Passe Livre

## Espaço público / ecologia

“Um elemento que não foi falado aqui e que me parece fundamental é a ideia de retomada do espaço público, a ideia do direito à cidade como espaço de encontro, de confronto (...). Não é à toa que as pessoas vão para a rua, não basta só estar conectado pela internet.”

— **Lúcia** Maciel Barbosa de Oliveira

“A gente aqui faz um link entre o movimento no Brasil e o movimento na Turquia, bastante recentes. Os dois têm uma questão inicial que trata dos nossos modos de viver, do meio ambiente, da questão da urbanização, da mobilidade, do transporte. Isso não é um acaso. Há uma ligação forte entre os novos movimentos sociais e a questão da ecologia, sem se reduzir à dimensão ecológica.”

— **Nicolas** Lechopier

“As pessoas que reclamam do movimento acham que se manifestar contra alguma coisa é reunir os estudantes no Masp, cantar ‘Coração de Estudante’ e soltar uma pomba da gaiola. Mas não é assim. Para realizar um movimento que cause uma transformação, é preciso perturbar a ordem. Se não perturbar a ordem minimamente — não quer dizer praticar violência ou vandalizar o patrimônio público ou privado —, não causa o impacto necessário.”

— **Alexey** Dodsworth Magnavita

## Economia

“UMA COISA COMUM [ENTRE O MOVIMENTO NO BRASIL E OUTRAS PRIMAVERAS] É A INSUFICIÊNCIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO PARA CONSTRUIR UM SENTIDO COMUM, COMO META COLETIVA DE NOSSA VIDA EM SOCIEDADE. TALVEZ A CHAVE DE INTERPRETAÇÃO SEJA A CARACTERÍSTICA PERIGOSA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO INFINITO (...), O PROBLEMA É A QUESTÃO DA ECONOMIA, DO PAPEL DO DINHEIRO, E AÍ EU ESTOU VOLTANDO À QUESTÃO DO TRANSPORTE E DA GRATUIDADE DO TRANSPORTE.”

— **Nicolas** Lechopier

“... CADA UM TEM O SEU CARTAZ.  
AINDA QUE CADA CARTAZ REFLITA UM  
SENTIMENTO COLETIVO, ELE É UMA LEITURA  
SINGULAR DE UMA EXPERIÊNCIA COLETIVA.”

— **Sergio** Adorno



## Conservadorismo / direita



“Ontem houve agressão física por parte de pessoas participantes do movimento: a quem estava com bandeiras, a quem fazia parte de movimentos sociais já com uma trajetória histórica, a homossexuais, enfim, acho que houve uma guinada conservadora ontem bastante preocupante.”

– Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

“Minha preocupação agora é com o fascismo (...). A gente foi hackeado pela mídia, pela direita, e todo mundo foi para a rua. E aí a coisa saiu de controle. Como não tem pauta, todo mundo levou o desejo contido de protestar contra tudo e contra todos. E agora temos que controlar o monstro que colocamos na rua.”

– Jorge Luiz Campos

“Após todo esse início, que teve aspectos muitos positivos, começam a aparecer grupos oportunistas – uma direita, um movimento fascista (...). Corre-se o risco de que eles usurpem a própria aparência para o público geral e a própria condução e direção para onde esse movimento vai. E é nesse vácuo de compreensão, de comunicação que esses movimentos fascistas estão aparecendo e tomando a liderança de um movimento que surgiu tão bonito.”

– Arlene Clemesha

“Começa-se a perceber os sinais de cooptação do movimento (...), começa-se a notar que há uma aproximação de outras pautas (...). Começa-se a notar uma fagocitação do que o Movimento Passe Livre pretendia por movimentos extremamente conservadores (...). São pessoas usando a imagem obtida pelas manifestações para passar uma mensagem de golpe. Isso é muito perigoso. O Movimento Passe Livre fez o que tinha que fazer. Ocupou o espaço público, se manifestou, se expressou ao notar que estão tentando manipulá-lo, que estão tentando usá-lo. O que o movimento faz? Se retira, faz muito bem. Para quê? Para que esses oportunistas de carteirinha voltem para onde nunca deveriam ter saído.”

– Alexey Dodsworth Magnavita



### UMA CRÍTICA À REAÇÃO MODERADA AOS CRIMES DA DITADURA

[www.iea.usp.br/noticias/fabio-konder-comparato](http://www.iea.usp.br/noticias/fabio-konder-comparato)



**A** ausência de punição dos crimes cometidos durante o regime militar foi o ponto central da exposição do jurista Fábio Konder Comparato na conferência *Direitos Humanos e Comissão da Verdade*. Realizado no dia 24 de abril de 2013, o evento marcou o lançamento da edição 77 da revista “Estudos Avançados”, que trouxe, entre seus destaques, uma entrevista com o expositor.

Comparato, que é professor emérito da Faculdade de Direito (FD) da USP, dedicou sua fala a tentar compreender a **reação moderada da sociedade brasileira** diante das “atrocidades” cometidas pelo regime militar, a partir de uma comparação com a resposta da sociedade argentina diante da mesma situação.

De acordo com ele, embora os regimes militares tenham sido muito semelhantes nos dois países, a sociedade argentina foi mais rápida e exigente na cobrança de punição. Após o fim do regime, criou-se uma comissão para investigar o desaparecimento de pessoas e, em 2005, a Corte Suprema Argentina considerou inconstitucional a Lei de Anistia.

“Iniciaram-se, então, os processos criminais contra agentes públicos envolvidos em crimes políticos durante o regime”, afirmou o jurista, ressaltando que mais de 200 pessoas foram condenadas à prisão na Argentina, entre elas dois chefes de estado, que cumprem pena de prisão perpétua.

Já o Brasil, disse o professor, é hoje o **único país da América Latina onde não se abriram processos criminais contra os crimes políticos cometidos pelo regime militar**. Aqui, a **Lei da Anistia** continua em vigor e aplica-se não só a agentes públicos, mas também a autores de crimes conexos, o que inclui os grupos de resistência da sociedade civil.

13

#### COMISSÃO DA VERDADE

Na sentença em que condenou o Brasil por utilizar a **Lei da Anistia** para não julgar os agentes públicos envolvidos na Guerrilha do Araguaia, a Corte Interamericana de Direitos Humanos estabeleceu que a lei carece de efeitos jurídicos e deu um prazo para que o Estado a reveja.

Segundo Comparato, a Comissão Nacional da Verdade pretende apenas dar a impressão de estar cumprindo as determinações da Corte, mas sem enfrentar de fato o problema da Lei da Anistia: **“A oligarquia pressionou e o Congresso neutralizou a comissão”**.

O jurista frisou que, pelo menos, a comissão decidiu concentrar-se apenas na atuação repressiva criminosa dos agentes públicos. “No entanto, optou por trabalhar em regime de sigilo, uma decisão politicamente errada, porque o objetivo de comissões relacionadas a **violações de direitos humanos** deveria ser o de abrir a consciência nacional.”

## Direitos humanos

### Mentalidade brasileira

Comparato também explorou as razões pelas quais a **reação da sociedade diante dos crimes cometidos durante a regime militar** é tão branda. Entre elas, ressaltou a influência da

*herança escravocrata na mentalidade coletiva do povo brasileiro.*

**“No Brasil, a escravidão dos africanos e afrodescendentes influenciou profundamente a mentalidade coletiva e os costumes sociais, que ficaram marcados pela subserviência das classes pobres aos poderosos”**, disse, realçando que essa subserviência estabelece limites para a legislação.

### Debatedor

Ao final da exposição de Comparato, o advogado Marco Antônio Rodrigues Barbosa, ex-presidente e integrante da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, fez algumas considerações, retomando pontos enfatizados pelo professor.

Barbosa afirmou que a **Comissão Nacional da Verdade** vem realizando um importante trabalho na identificação e no reconhecimento de pessoas mortas e desaparecidas, além de ter trazido à tona aspectos fundamentais, como a possibilidade de convocar depoentes, e não de apenas convidá-los.

De acordo com ele, o trabalho da comissão tem potencial e pode levar a uma revisão da Lei da Anistia: “Acho que a luta continua, apesar de todas essas mazelas, violações. Pode ser apenas otimismo, mas ainda tenho esperança. A partir do momento que houve a prolação da sentença de Vladimir Herzog, o juiz determinou expedição de ofício para reconhecer e punir o torturador. É mais um episódio que pode ser suscitado nessa luta que vem sendo empreendida”.

Ao final do evento, o jurista José Gregori, presidente da Comissão de Direitos Humanos da USP e integrante da Cátedra Unesco de Educação para Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, sediada no IEA, manifestou sua concordância com muitas das ponderações de Comparato, mas ressaltou que, na sua opinião, o processo de consolidação democrática no Brasil vem se mostrando mais sólido do que o argentino.



## O PROGRAMA MAIS MÉDICOS EM DEBATE

[www.iea.usp.br/noticias/medicos-em-debate](http://www.iea.usp.br/noticias/medicos-em-debate)

### TRÊS QUESTÕES PRINCIPAIS:

- 1) O Brasil precisa de mais médicos?
- 2) Por que os médicos não vão para o interior e para as periferias?
- 3) Para suprir uma emergência, vale a pena contratar médicos estrangeiros?

**L**ançado pelo governo federal em julho de 2013 com o objetivo de melhorar o atendimento básico do **Sistema Único de Saúde (SUS)**, o **Programa Mais Médicos** gerou várias controvérsias. O principal alvo das críticas foi a dispensa do Revalida (exame nacional de revalidação de diplomas estrangeiros) para médicos estrangeiros que estão ocupando parte das **10 mil vagas** criadas em lugares do país onde há carência de profissionais — caso das periferias das grandes cidades, de municípios em lugares remotos do interior e das regiões Norte e Nordeste.

Para ampliar e aprofundar as discussões sobre o programa, no dia 4 de setembro de 2013, o **Laboratório Sociedades Contemporâneas do IEA** e a Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) promoveram o debate *Mais Médicos*. Coordenado e mediado por Milton de Arruda Martins, professor do Departamento de Clínica Médica da FMUSP, o encontro se concentrou em três questões principais: 1) O Brasil precisa de mais médicos? 2) Por que os médicos não vão para o interior e para as periferias? 3) Para suprir uma emergência, vale a pena contratar médicos estrangeiros?

Participaram do debate Adib Jatene, diretor geral do Hospital do Coração (HCOR), professor titular aposentado da FMUSP, ex-ministro da Saúde e ex-secretário da Saúde do Estado de São Paulo; Cláudia Collucci, repórter especial do jornal “Folha de S.Paulo” especializada na área da saúde; Fernando Reinach, sócio do Fundo Pitanga e ex-professor da USP; Mário Scheffer, professor do Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP e conselheiro do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde; e Paulo Saldiva, professor do Departamento de Patologia da FMUSP.

### Distribuição desigual

Os debatedores afirmaram que, de fato, há carência de médicos em muitos locais do Brasil, mas matizaram o problema, destacando que a distribuição desigual dos cerca de 400 mil profissionais atuantes no país é resultado de **deficiências na infraestrutura de atendimento**, más condições de trabalho e **subfinanciamento do SUS**.

Para ilustrar esse quadro, Martins apresentou alguns dados: no Brasil há 1,8 médicos por 1 mil habitantes, número abaixo da média das Américas, que é de 2,2, e da Europa, que é de 3,3. Considerando apenas a realidade nacional, citou o caso da disparidade da média de médicos no Maranhão, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Enquanto no primeiro há 0,7 médicos por 1 mil habitantes, no segundo e no terceiro há em torno de 3.

Já Scheffer, que coordenou o estudo “Demografia Médica no Brasil”, mencionou os casos da capital fluminense e da capital paulista, onde as desigualdades se revelam na **carência de profissionais na rede pública**: há 51 mil médicos atuando em São Paulo, mas a Prefeitura não consegue preencher 3 mil postos de trabalho, enquanto no Rio de Janeiro há 40 mil médicos, totalizando uma média de 6 profissionais por 1 mil habitantes, e mesmo assim “a saúde é um completo caos e faltam aproximadamente 2,3 mil médicos na rede municipal de saúde”.

## Saúde pública

De acordo com o professor, esses dados revelam que as desigualdades manifestam-se de três formas:

- 1) geograficamente, como foi exemplificado, visto que o Sul e o Sudeste concentram duas vezes mais médicos que as outras regiões do país, distorção que se repete entre capitais e cidades do interior;
- 2) na relação público/privado, como também ficou claro nas estatísticas, pois apenas 60% dos médicos brasileiros trabalham no sistema público de saúde, de modo que usuários do sistema privado têm quatro vezes mais médicos à disposição que usuários do SUS;
- 3) qualitativamente, considerando-se que o nível de qualidade das faculdades de medicina é heterogêneo.

16



Concentração de médicos no Brasil

### Além dos médicos

Collucci, por outro lado, ampliou o foco do debate ao comentar que a falta de médicos não é exclusividade do Brasil e afeta, também, países desenvolvidos, como os Estados Unidos e nações europeias. De acordo com ela, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que nos próximos 10 anos haverá um

**déficit de 1 milhão de médicos no mundo.**





Milton de Arruda Martins, da FMUSP, e outros debatedores concordaram que a falta de médicos é um dos problemas, avaliação contrária àquela das entidades dos profissionais de medicina



@ Mauro Belleza / IEA-USP

**"O PROBLEMA DA QUANTIDADE DE MÉDICOS EXISTE, MAS NÃO É O PRINCIPAL."** – Adib Jatene

Ainda contextualizando a questão no cenário global, a jornalista destacou a **importância de outros profissionais da área**. “Precisamos de mais médicos e de uma melhor distribuição, mas também é interessante discutir o papel de outros profissionais, pois nos lugares onde faltam médicos, falta tudo: enfermeiros, dentistas, agentes da saúde. Em outros países, o trabalho da enfermeira é mais valorizado que aqui.”

17

Martins retornou a esse ponto ao dizer que não há saúde sem médicos, mas também não há saúde só com médicos. **“A assistência à saúde é um trabalho em equipe e o programa vem desviando o foco do que interessa: discutir quais são as soluções para o SUS, as quais exigem médicos, outros profissionais igualmente importantes e maior financiamento.”**

### **Financiamento**

“O problema da quantidade de médicos existe, mas não é o principal”, frisou Jatene, destacando que a saída para melhorar a saúde pública no Brasil não é trazer mais médicos, mas rever **a forma de financiamento do sistema público de saúde** e fazê-lo funcionar direito, expandindo o **Programa Saúde da Família**.

A questão do financiamento também foi levantada por Scheffer, para quem **“a falta de médicos é um sintoma da não efetivação do SUS”**. De acordo com ele, o “subfinanciamento crônico” do sistema público é agravado pelo aumento dos subsídios públicos ao mercado privado de saúde. Saldiva seguiu na mesma direção ao afirmar que **“a saúde está passando por um processo de privatização branca, assim como aconteceu com a educação e a segurança”**.

### **Qualidade**

Embora tenha ressaltado a insuficiência e má distribuição de médicos no Brasil, Martins frisou que esse problema será progressivamente corrigido em função da queda na taxa de crescimento populacional

## Saúde pública

e da abertura de novos cursos de medicina no país. Segundo o professor, em menos de dez anos houve um aumento de 50 mil para 110 mil graduandos, o que representa quase 1/3 dos profissionais em exercício.

Jatene também chamou a atenção para o crescimento do número de cursos de medicina e frisou que, diante disso, **é preciso concentrar esforços na reforma do ensino médico, que deve deixar de ser guiado pelas especialidades**, de forma a garantir uma visão mais global do atendimento à saúde. Por isso, advertiu, a reestruturação e avaliação das escolas de medicina precisam ter prioridade. Saldiva, da mesma forma, disse que **“o currículo médico no país é absolutamente defasado em relação à realidade brasileira, pois deveria estar baseado numa maior exposição à saúde primária”**.

Mas quem tratou do tema da qualificação dos médicos de forma mais aprofundada foi Reinach. Segundo o ex-professor da USP, nos últimos anos **o Brasil vem estruturando um sistema para qualificar esses profissionais, que envolve uma série de mecanismos: o controle de qualidade das faculdades de medicina; o fortalecimento dos conselhos médicos**; a exigência do Revalida; e negociações para a instituição de uma prova, nos moldes do exame da OAB, para avaliar os médicos recém-graduados e de outra para requalificar médicos já formados.

Reinach afirmou que tais instrumentos, ainda em fase de amadurecimento ou discussão, foram deslegitimados pelo programa na medida em que houve dispensa do Revalida e que os conselhos de medicina foram obrigados a dar o registro profissional para os médicos estrangeiros. **“O problema não é trazer médicos de Cuba, mas a forma como isso vem sendo feito. Para viabilizar o programa, o governo está destruindo um mecanismo institucional ainda incipiente, mas que iria garantir a qualificação dos futuros médicos.”**

### Polarização do debate

Para Scheffer, a polarização do debate em torno do programa tem dificultado as discussões sobre os desafios do sistema de saúde brasileiro. **De um lado, estariam as representações dos médicos, que, numa reação exagerada movida por um “corporativismo cego”, teriam definido como estratégia “a rejeição total, não o diálogo”. De outro, um governo que, por interesses políticos, teria lançado o programa com “lastros de improviso, pressa e euforia”, adotando uma linguagem mais próxima do marketing que da saúde pública.**

De acordo com o professor, o lançamento do programa, da forma como foi feito, parece ser uma resposta apressada **a um momento histórico marcado por dois fatos principais: 1) a saúde, tanto pública quanto privada, nunca foi tão mal avaliada no Brasil; e 2) as manifestações de junho, que foram acompanhadas por queixas e reivindicações em relação à área da saúde.**

Essa pressa, segundo Saldiva, resulta da dissociação entre dois tempos: **“o tempo político, que geralmente é curto, e o tempo de fazer direito”**. Para ele, o tempo político, que associa ao lançamento do Mais Médicos, leva à perda de oportunidades de resolver problemas por implicar a opção por soluções paliativas.

A pressa, segundo Paulo Saldiva, resulta da “o tempo político, que geralmente é curto, e o

Momento histórico marcado por dois fatos principais:

1) a saúde, tanto pública quanto privada, nunca foi tão mal avaliada no Brasil; e

2) as manifestações de junho, que foram acompanhadas por queixas e reivindicações em relação à área da saúde.

## AS RELAÇÕES ENTRE SAÚDE PÚBLICA E NUTRIÇÃO

www.iea.usp.br/noticias/estudos-avancados-78

**A** edição 78 da revista “Estudos Avançados” teve como destaques textos que tratam de dois temas interligados e sintonizados com as demandas atuais da sociedade brasileira: **a saúde pública e a melhoria dos padrões nutricionais**. Segundo Alfredo Bosi, editor da publicação, “o número procura cumprir um dos objetivos centrais do IEA: **conjugação pesquisa acadêmica e interesse pelo aperfeiçoamento de nossas políticas públicas**”.

O lançamento da edição aconteceu no dia 13 de setembro de 2013, num encontro sobre *Saúde Pública e Nutrição*. Os expositores foram José Filippi Jr., secretário municipal da Saúde de São Paulo, e dois autores de artigos no número: Carlos Augusto Monteiro, professor da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP, e Ana Lydia Sawaya, coordenadora do Grupo de Pesquisa Nutrição e Pobreza do IEA.

### SUS

Em “A Saúde Pública no Brasil”, artigo que abre a edição, o médico Gilson Carvalho aborda os objetivos, princípios e funções do **Sistema Único de Saúde (SUS)**, instituído pela Constituição Federal de 1988. A partir disso, faz uma retrospectiva da política federal para o SUS nos últimos dez anos. De acordo com o autor, **“havia uma esperança explícita de que com o novo governo comandado por Lula a legislação fosse cumprida. O que não ocorreu nestes dez anos: OITO DE LULA E DOIS DE DILMA”**.

Carvalho afirmou que o SUS avançou pouco nos últimos dez anos porque **o governo investiu pouco na universalização da cobertura; insistiu na fragmentação do Sistema, criando programas de saúde paralelos; aumentou o espaço da iniciativa privada; e continuou a justificar os problemas da área com base na contraposição entre financiamento e eficiência**.

Uma visão um pouco mais otimista do SUS é oferecida pelo odontologista Eugênio Vilaça Mendes na entrevista “25 Anos do Sistema Único de Saúde: Resultados e Desafios”. De acordo com ele, que é conselheiro da Organização Pan-Americana da Saúde, **“a instituição da cidadania sanitária pelo SUS incorporou, imediatamente, mais de cinquenta milhões de brasileiros como portadores de direitos à saúde e fez desaparecer, definitivamente, a figura odiosa do indigente sanitário”**.

Embora realce pontos positivos do SUS, Mendes ressalta que há muitos problemas a serem solucionados, alguns deles mencionados por Carvalho, como a segmentação do Sistema, o subfinanciamento e a ausência de universalização da saúde no país. Diante disso, aponta como caminho o fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família (ESF) com base nas diretrizes da Atenção Primária à Saúde (APS).

dissociação entre dois tempos:  
tempo de fazer direito”.

## Saúde pública

### Nutrição

Doenças associadas à condição nutricional do paciente, ligadas à **carência ou ao excesso de comida**, estão fortemente vinculadas à saúde pública. No artigo “Abra a Felicidade: Implicações para o Vício Alimentar”, Ana Lydia Sawaya e Andrea Filgueiras argumentam que **as técnicas de produção e venda utilizadas pela indústria alimentícia induzem distúrbios alimentares relacionados à obesidade e a males crônicos, como o diabetes.**

As autoras afirmam que **bebidas e alimentos industrializados — sobretudo os ricos em sal, açúcar e gordura — ativam neurotransmissores que controlam o estado de prazer e criam reflexos condicionados ligados à dependência.** Para elas, isso demonstra a necessidade de que seja aprimorada a legislação que regulamenta a fabricação desses produtos.

Outra faceta das relações entre saúde e nutrição, ligada não ao excesso, mas à carência de alimentos, é tratada no texto “Perfil Socioeconômico, Nutricional e de Ingestão Alimentar de Beneficiários do Programa Bolsa Família”, assinado por Sawaya, Marcela Jardim Cabral, Karlla Almeida Vieira e Telma Maria Florêncio. O artigo relata **os resultados de estudo que avaliou o estado nutricional, o consumo e a segurança alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) residentes em favelas de Maceió, Alagoas.**

Segundo as pesquisadoras, os alimentos adquiridos com recursos do PBF nem sempre apresentam a qualidade nutricional adequada para garantir a saúde dos favorecidos. Exemplo disso são os **elevados índices de desnutrição em crianças e adolescentes e a presença de insegurança alimentar moderada ou grave em 67% das famílias pesquisadas.** O estudo também constatou uma ingestão inadequada de micronutrientes encontrados em frutas, verduras, legumes e laticínios.

Esse quadro inclui um dado aparentemente paradoxal: a incidência de obesidade entre mulheres pobres acima de 40 anos. De acordo com as autoras, isso pode estar associado ao consumo de alimentos baratos e palatáveis, de alto índice glicêmico e densidade calórica, como biscoito, farinha e macarrão. Para elas, esse panorama revela a urgência de “ações integradas entre o PBF e setores responsáveis por políticas públicas na área de educação e saúde a fim de garantir estratégias de educação alimentar para promover a melhoria nas condições nutricionais e prevenir doenças crônicas não transmissíveis”.



@ Darren Hester

# 67%

das famílias pesquisadas apresentam elevados índices de desnutrição em crianças e adolescentes e a presença de insegurança alimentar moderada ou grave

20



@ Daniel Jaeger

Bebidas e alimentos industrializados – sobretudo os ricos em sal, açúcar e gordura – ativam neurotransmissores que controlam o estado de prazer e criam reflexos condicionados ligados à dependência. Para elas, isso demonstra a necessidade de que seja aprimorada a legislação que regulamenta a fabricação desses produtos.

## A SAÚDE PÚBLICA VISTA PELA FILOSOFIA DA CIÊNCIA

[www.iea.usp.br/noticias/entrevista-nicolas-lechopier](http://www.iea.usp.br/noticias/entrevista-nicolas-lechopier)

**O** filósofo da ciência **Nicolas Lechopier**, da *Université Claude Bernard Lyon 1, França*, foi professor visitante do IEA em dois curtos períodos recentes, a convite do Grupo de Pesquisa Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia, para dar continuidade a suas pesquisas nas áreas de **epistemologia social, ética para as ciências e saúde pública, promoção da educação e saúde, abordagens participativas e comunidade**.

De outubro a novembro de 2012, Lechopier desenvolveu o projeto Filosofia, Ciência e Saúde Pública: Quais as Abordagens Práticas e Críticas? Durante esse período, realizou uma série de seminários para a discussão de **uma visão sistemática das principais tensões que atravessam o campo da saúde pública**, com foco na **crítica dos dispositivos de promoção da saúde**. De volta a Lyon no final de 2012, seguiu participando de atividades do Instituto via videoconferência. No segundo período, em novembro de 2013, Lechopier prosseguiu em suas **investigações sobre as interações entre saúde pública, ciências e valores** e finalizou artigo para um dossiê sobre ciência, tecnociência, valores e sociedade que está sendo produzido pelo grupo de pesquisa que o hospedou.

Na entrevista a seguir, concedida à jornalista Flávia Dourado, Lechopier fala sobre alguns temas que tem analisado em pesquisas, conferências e seminários, entre os quais as transformações na ética da pesquisa, pesquisa participativa, modelo principialista, valores éticos da saúde pública e o uso de informações pessoais de saúde armazenadas em grandes bancos de dados.



21

- 1) **As atuais transformações no campo da ética da pesquisa foram tema de uma conferência realizada pelo senhor recentemente no IEA. Tais transformações apontam para abordagens mais ou menos sintonizadas com as interações entre conhecimento científico e ação individual e coletiva dos sujeitos, entendida como um maior empoderamento e articulação dos sujeitos com as instâncias do poder?**

Uma vez que os aspectos metodológicos e éticos não são independentes, é justamente a partir de uma reflexão sobre a ética da pesquisa que comecei a me interessar pelas pesquisas participativas. Levantamentos realizados sobretudo no norte do Brasil permitiram-me compreender que o consentimento individual, a visão dos comitês independentes, o fato de minimizar os riscos etc., todos esses elementos clássicos da ética da pesquisa são absolutamente necessários, mas não suficientes. É preciso atentar também para os processos de reconhecimento, as relações de gênero, de classe, de raça, a riqueza epistêmica dos conhecimentos produzidos e sua apropriação pelos cidadãos. É justamente em dimensões desse tipo que, talvez, as abordagens participativas possam contribuir melhor.

- 2) **Nesta mesma conferência, o senhor falou sobre uma tendência ao questionamento do “modelo principialista”. O senhor poderia explicar a relação desse modelo com o campo da saúde pública e esclarecer por que ele vem sendo questionado?**

O modelo principista ou principialista foi formulado no final dos anos 1970 com o “Relatório Belmont”, espécie de carta de princípios da ética biomédica americana, bastante influente em escala internacional. Fundados numa distinção entre cuidado e pesquisa, os três princípios são a autonomia, a beneficência (*primum non nocere*, em primeiro lugar, não fazer mal) e a justiça distributiva. Essa abordagem, ainda que muito útil, revela-se, em especial, pouco pertinente para pensar a ética da saúde pública.

Em saúde pública, a discussão deve envolver os níveis individuais e coletivos dos fenômenos de

saúde. Por exemplo, o lançamento de um medicamento ou a implementação de uma campanha de prevenção são coisas que não podem ser discutidas eticamente apenas na esfera individual, como nos sugere a abordagem principista. É preciso pensar a amplitude coletiva do fenômeno, os riscos ou os benefícios que podem ser grandes na esfera coletiva e pequenos na esfera individual, as dimensões socioeconômicas, tecnológicas e também as simbólicas e civilizacionais.

**3) Durante sua primeira estada no IEA como professor visitante, o senhor chamou a atenção para a necessidade de se formular uma ética crítica da saúde pública. Quais seriam as bases dessa ética e o que ela pressupõe do ponto de vista da responsabilidade dos pesquisadores?**

Durante minha estada no IEA, tive a oportunidade de desenvolver um modelo para mapear os valores éticos da saúde pública. Esse modelo apresenta-se como uma série de tensões que transpassam o campo da saúde pública e que tocam em questões fundamentais como a definição positiva ou negativa de saúde, a articulação da promoção da saúde com outros valores, as diferentes metodologias possíveis e as relações de dominação e emancipação. Tentei mostrar que a maior parte das ações e políticas no campo da saúde pública não enfrentam nenhuma dessas tensões estruturais, que se remetem umas às outras, sem poderem, provavelmente, ser ultrapassadas completamente. É portanto um esquema do tipo dialético, que possui a vantagem de ajudar a ver onde estão os pontos críticos. Mais uma vez estou de acordo com a ideia que o papel da filosofia não é encontrar soluções milagrosas, é sobretudo explicar os problemas, quando eles são autênticos, e indicar os caminhos possíveis, inclusive e especialmente entre as alternativas de evidências existentes.



© Sandra Codo/IEA-USP

22

**4) A proteção de dados pessoais em epidemiologia é tratada em um de seus livros (“Les Valeurs de la Recherche — Enquête sur la Protection des Données Personnelles en Épidémiologie”). Como alcançar um equilíbrio entre os interesses da investigação científica e o respeito à privacidade no que se refere à circulação dessas informações pessoais? Esse problema torna-se ainda mais delicado considerando-se o potencial de acesso a esses dados na internet?**

Nesse livro, estudei os vínculos entre a pesquisa em epidemiologia e as normas e valores associados ao uso de dados pessoais de saúde. A matriz inicial é mais uma vez dialética: uma vez que as experiências de saúde possuem algo de profundamente pessoal, frequentemente procuramos evitar sua divulgação. Temos, portanto, certa exigência de opacidade sobre essas questões. Ao mesmo tempo, esses dados circulam no sistema de saúde, ou mesmo além, com nossas ferramentas digitais. O domínio da circulação de nossos dados pessoais supõe certa transparência no que se refere a quem tem acesso a eles e por quê. Entretanto, pesquisadores, agentes de vigilância sanitária e também laboratórios privados podem precisar desses dados para produzir conhecimento, para decisões bem esclarecidas, sem que sejamos informados a respeito. Temos, portanto, uma tensão entre “opacidade”, “transparência” e “esclarecimento”, ou ainda entre a privacidade dos dados, a transparência sobre seus usos e a sua utilidade no quadro das práticas científicas.

Em conferência que fiz no IEA sobre *big data*, procurei reavaliar essa matriz em relação às mutações tecnológicas que afetam o mundo de dados de saúde. E há mudanças efetivamente! A noção de intimidade da vida privada é colocada amplamente em questão; os dados de saúde circulam fora de controle, até mesmo daqueles que concebem as ferramentas de gestão de dados. E, finalmente, as pesquisas em saúde têm cada vez mais métodos de inteligência artificial para tratar os dados e produzir conhecimento. Isso coloca a questão do papel da intencionalidade no sistema tecnocientífico. Onde estão os espaços, as instâncias que permitem discutir e implementar nossas intenções, tanto as individuais quanto as coletivas? Quem faz as escolhas para a grande máquina? Onde estão os espaços democráticos para a construção coletiva de uma intencionalidade?

“O domínio da circulação de nossos dados pessoais supõe certa transparência no que se refere a quem tem acesso a eles e por quê. Entretanto, pesquisadores, agentes de vigilância sanitária e também laboratórios privados podem precisar desses dados para produzir conhecimento, para decisões bem esclarecidas, sem que sejamos informados a respeito.”

- Nicolas Lechopier

## 'O DESENVOLVIMENTISMO É O NACIONALISMO ECONÔMICO BEM PENSADO'

[www.iea.usp.br/noticias/entrevista-bresserpereira](http://www.iea.usp.br/noticias/entrevista-bresserpereira)

**D**efensor do nacionalismo econômico, **Luiz Carlos Bresser-Pereira**, professor emérito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), dedica-se atualmente à pesquisa teórica sobre o novo-desenvolvimentismo – estratégia baseada no controle da taxa de câmbio como forma de garantir a competitividade da indústria nacional no cenário da globalização. É dele o artigo de abertura do dossiê “Novo-Desenvolvimentismo” da edição 75 da revista “Estudos Avançados”, lançada no dia 29 de agosto de 2012, no IEA, ocasião em que ele fez uma exposição sobre o tema.

Nesta entrevista à jornalista Flávia Dourado, o ex-ministro dos governos José Sarney e Fernando Henrique Cardoso esclarece as principais diretrizes da estratégia novo-desenvolvimentista, enfatizando a importância do Estado na criação de oportunidades de investimento e a necessidade de uma coalizão de classes nacionalista, que mobilize empresários, burocracia pública e trabalhadores em torno do desenvolvimentismo.

\* Nota da Redação: “doença holandesa” é uma expressão utilizada para definir a relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio do setor industrial de um país. De acordo com a definição, a exportação elevada de commodities por um país leva à valorização de sua moeda, tornando seus produtos industrializados menos competitivos em relação aos produtos importados, processo que conduz à desindustrialização.

**1) O senhor defende que, para o Brasil atingir o nível de desenvolvimento dos países ricos, é preciso adotar a estratégia novo-desenvolvimentista, de caráter nacionalista. Quais as principais características dessa estratégia e as principais diferenças em relação à ortodoxia convencional, ligada ao neoliberalismo?**

Os países em desenvolvimento têm duas estratégias possíveis: a desenvolvimentista ou a liberal-dependente. A única que é compatível com o *catching up* ou alcanceamento é a desenvolvimentista. É uma estratégia que está baseada em uma coalizão de classes voltada para o desenvolvimento, é nacionalista, atribui um papel estratégico ao Estado, e procura criar oportunidades de investimentos lucrativos para os empresários. Enquanto coalizão de classes, busca associar empresários, burocracia pública e trabalhadores, e se opõe à coalizão liberal-dependente formada por capitalistas rentistas, financistas e interesses estrangeiros ou o Ocidente. Seu nacionalismo é exclusivamente econômico: em síntese, o desenvolvimentismo é o nacionalismo econômico bem pensado. Ao atribuir um papel estratégico ao Estado, entende que ele deve realizar uma política macroeconômica e uma política industrial que estimule os empresários a investir, ao mesmo tempo em que se responsabiliza por cerca de 20% dos investimentos totais; e também que o Estado deve ter um papel central no oferecimento dos grandes serviços sociais e científicos que constituem um Estado democrático social.

**2) O senhor afirma que a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, teoria que está por trás do novo-desenvolvimentismo, coloca a taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento econômico. Na prática, o que isso significa? Como uma política cambial ativa pode beneficiar a economia brasileira?**

Deixada ao sabor do mercado, a taxa de câmbio nos países em desenvolvimento tende a se sobreapreciar crônica e ciclicamente. O caráter cíclico dessa sobreapreciação significa que o país vai de crise em crise de balanço de pagamentos, de *sudden stop* em *sudden stop*: na crise há uma violenta depreciação, e, em seguida, a contínua apreciação causada pela doença holandesa\* e pelas entradas excessivas de capitais, que levam o país ao déficit em conta corrente, a uma bolha de crédito, a uma dívida externa elevada, e, afinal, a uma nova crise. As entradas são excessivas porque, se um país tem

## Economia

doença holandesa, para neutralizá-la ele deve apresentar superávit, não déficit em conta corrente; e porque os empréstimos e investimentos diretos antes aumentam o consumo do que o investimento, já que geralmente existe uma elevada taxa de substituição da poupança interna pela externa. O caráter crônico significa que, em consequência do ciclo, a taxa de câmbio permanece quase o tempo todo apreciada, abaixo da taxa de câmbio de equilíbrio industrial, e assim desconecta as empresas industriais da demanda externa ao mesmo tempo que facilita as importações e a ocupação do mercado interno por empresas estrangeiras.

Dado isto, o governo brasileiro não pode deixar a taxa de câmbio livre; ele deve controlá-la, administrá-la, ainda que no quadro de um câmbio flutuante. Como ele tem uma política de responsabilidade fiscal e deve limitar o déficit público, ele deve ter uma política de responsabilidade cambial e limitar os déficits em conta corrente se não apresentar superávit em conta corrente.

Mas não haveria uma restrição externa ao desenvolvimento econômico – uma carência permanente de dólares – que só poderia ser solucionada através do recurso à poupança externa? De fato, para países muito pobres, que apenas exportam commodities e importam bens manufaturados, as elasticidades-renda das importações e das exportações podem causar alguma carência de divisas fortes. Mas isto desaparece na medida em que o país passa a exportar manufaturados. E, em qualquer estágio do desenvolvimento, a falta de dólares explica-se muito mais pela incapacidade dos governos de neutralizar a tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio, administrando-a, e pela violência das pressões contra esta administração por parte da coalizão liberal-dependente.

### 3) Que aspectos do contexto atual da economia brasileira e de outros países da América Latina fazem necessária a adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento? Por que o “velho” desenvolvimentismo não serve mais?

Porque é necessária uma estratégia de competição. Por que o antigo desenvolvimentismo está superado? Porque o Brasil está em um estágio mais avançado de desenvolvimento do que estava nos anos 1950, e porque competimos hoje no quadro da globalização.

### 4) O novo-desenvolvimentismo é uma estratégia ligada à esquerda? A emergência da esquerda e do nacionalismo econômico na América Latina favorece sua adoção?

Sem dúvida. Mas não basta que um governante e sua equipe sejam desenvolvimentistas; é preciso que haja um pacto político que os apoie, é preciso que eles sejam tecnicamente competentes e que evitem o populismo fiscal e cambial. Quanto mais pobre é um país, mais difícil é que essas condições estejam presentes. Esta é a forma por excelência através da qual hoje se expressa o círculo vicioso da pobreza.

### 5) No caso do Brasil, a condução da política econômica tem sido favorável ao novo-desenvolvimentismo? Essa estratégia já está em curso no Brasil ou em algum outro país?

O novo-desenvolvimentismo está em curso nos países asiáticos dinâmicos: na Indonésia, na Malásia, na Índia e na China. A Argentina vem procurando caminhar nessa linha, mas enfrenta enorme oposição da coalizão liberal-dependente que nela é poderosa internamente. E seus governantes têm cometido alguns erros que arriscam o êxito do projeto. No Brasil, no segundo termo do governo Lula, tivemos um ensaio de novo-desenvolvimentismo; o governo Dilma Rousseff é claramente novo-desenvolvimentista.

### 6) Quais as implicações do novo-desenvolvimentismo na vida das pessoas? Por opor-se aos dogmas do neoliberalismo, trata-se de uma estratégia mais sintonizada com os princípios da inclusão social e da distribuição de renda?

Na Constituição de 1988, os brasileiros definiram seus grandes objetivos e valores. Querem construir uma sociedade democrática onde haja bem-estar econômico e uma razoável justiça social. Para isto,



Sandra Codo/IEA-USP

"Por que o antigo desenvolvimentismo está superado? Porque o Brasil está em um estágio mais avançado de desenvolvimento do que estava nos anos 1950, e porque competimos hoje no quadro da globalização."

– Luiz Carlos Bresser-Pereira



o Estado brasileiro – que é o instrumento por excelência de ação coletiva da Nação – deve ser, enquanto realizamos o alcançamento, um Estado desenvolvimentista, e, ao mesmo tempo, deve ser um Estado democrático social. Há alguma contradição entre os dois objetivos, mas eles não são excludentes, e compromissos bem administrados politicamente podem permitir sua compatibilização.

**7) Como o novo-desenvolvimentismo se insere no contexto de crise econômica atual?**

**A crise contribui ou atrapalha ou torna mais ou menos urgente o estabelecimento dessa estratégia?**

A crise atual é uma grande crise do capitalismo rentista e da coalizão neoliberal que tomou conta de grande parte do mundo a partir dos Estados Unidos e do Reino Unido desde o início dos anos 1980.

Ela é, naturalmente, um obstáculo ao desenvolvimentismo brasileiro na medida em que limita a demanda externa para suas exportações; mas é também uma oportunidade, porque torna mais fácil a consolidação de um pacto e de uma estratégia desenvolvimentista no Brasil.

**8) Um dos aspectos do novo-desenvolvimentismo é a importância de uma política cambial que neutralize a doença holandesa e favoreça o progresso técnico e a inovação tecnológica nas indústrias brasileiras. A ciência e a tecnologia ainda são um gargalo no desenvolvimento industrial brasileiro?**

O lado da oferta, e, em especial, o da educação e o da ciência e tecnologia, é sempre fundamental. Mas desenvolver essas áreas é uma tarefa de todos os dias, e seus resultados se concretizam apenas no longo prazo. O Brasil poderia fazer mais, mas tem realizado grandes esforços nesses campos.

A macroeconomia estruturalista do desenvolvimento apenas salienta o lado da demanda, porque aqui uma taxa de juros decente, de nível internacional, e uma taxa de câmbio competitiva, no equilíbrio industrial, são coisas que poderiam ser realizadas em prazo bem mais curto, mas são áreas em que o Brasil tem caminhado pouco.

# Sustentabilidade

## A PROPOSTA DE UMA RAINFOREST CONTINENT BUSINESS SCHOOL

[www.iea.usp.br/noticias/rainforest-business-school](http://www.iea.usp.br/noticias/rainforest-business-school)

O Grupo de Pesquisa Amazônia em Transformação: História e Perspectivas realizou no dia 21 de fevereiro de 2013, na sede do IEA, a mesa-redonda Valorização Econômica da Floresta em Pé: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento de Recursos Humanos.

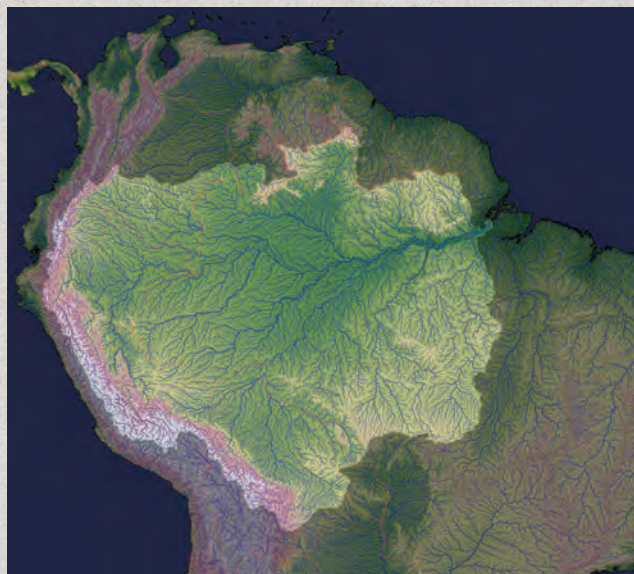
O encontro reuniu um grupo chave de convidados com importante papel na agenda ambiental, climática e amazônica para apresentar e debater a proposta de desenvolvimento de uma primeira **Rainforest Continent Business School**. A iniciativa é voltada para a **formação de recursos humanos em negócios sustentáveis na Amazônia**, com o objetivo de suprir a demanda de especialistas com preparo para aproveitar o **POTENCIAL ECONÔMICO DA FLORESTA EM PÉ**.

Maritta Koch-Weser, coordenadora geral do grupo, abriu a mesa com uma introdução sobre o tema. Em seguida, José Pedro de Oliveira Costa, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP e coordenador adjunto do grupo, mediou um debate sobre as estratégias para viabilização do **projeto no âmbito da política ambiental, científica e acadêmica** e das possibilidades de colaboração interinstitucional.

Na segunda parte do evento, o ambientalista Fábio Feldmann, fundador da ONG SOS Mata Atlântica, facilitou a discussão entre os participantes sobre linhas de financiamentos e co-financiamento para as fases de preparação, planejamento e implementação da **Rainforest Continent Business School**, que devem levar cerca de três anos.

Na última parte, Koch-Weser conduziu um debate sobre passos e possíveis compromissos de colaboração e contribuições institucionais referentes à formação de um programa de trabalho para 2013.

A partir do que foi discutido na mesa-redonda, o engenheiro agrônomo Warwick Manfrinato e a arquiteta Maria de Lourdes Davies de Freitas, que compõem a direção executiva do Grupo de Pesquisa Amazônia em Transformação: História e Perspectivas, ficaram encarregados de dar andamento aos procedimentos iniciais do projeto.



VALORIZAÇÃO ECONÔMICA  
DA FLORESTA EM PÉ:  
Novas Perspectivas  
para o Desenvolvimento  
de Recursos Humanos



**S**ubstituir o padrão de crescimento econômico centrado na produtividade e no consumo por um modelo de desenvolvimento voltado para a sustentabilidade socioambiental. A proposta é defendida por Tim Jackson, ex-comissário de economia da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Reino Unido, no livro “Prosperidade sem Crescimento – Vida Boa em um Planeta Finito” (Editora Planeta Sustentável).

Lançada no dia 30 de outubro de 2013, em debate organizado pelo site Planeta Sustentável, com apoio do IEA, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, a obra responsabiliza o imperativo de “**crescer para prosperar**” pela crise ecológica corrente e sugere, como alternativa, a transição para uma economia sustentável, que faça um **uso mais racional dos recursos naturais** e possibilite alcançar uma sociedade menos desigual.

Mediado por Ricardo Abramovay, professor da FEA e do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP, o debate de lançamento contou com a participação de Jackson, que atualmente leciona na University of Surrey, no Reino Unido, e do economista Samuel Pessôa, professor da FGV-RJ. A coordenação geral ficou a cargo de Pedro Jacobi, coordenador do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sociedade do IEA.

27

No encontro, Jackson expôs as ideias centrais do livro e abordou o que considera ser o grande dilema da sociedade contemporânea: **o crescimento econômico é ambientalmente insustentável, mas a estagnação ou o decréscimo provocam efeitos catastróficos, como o aumento do desemprego e do déficit público e a queda nos investimentos e na arrecadação de impostos.**

A saída para esse embate, de acordo com ele, é desvincular a atividade econômica da geração de impactos ambientais. Isso passaria pela contenção do consumo, desaceleração do ritmo de produção e aposta em um portfólio de tecnologias com potencial para **reduzir a pressão sobre o meio ambiente.**

Em seguida à exposição de Jackson, Pessôa problematizou alguns dos pontos tratados no livro e apresentou um contraponto à proposta de prosperidade sem crescimento defendida pelo autor. Para o economista, “**o esforço ambiental não elimina a capacidade de crescer: simplesmente reduz permanentemente o nível do PIB**”.

### **Consumismo**

A principal crítica de Jackson ao modelo econômico vigente é direcionada ao consumismo, que considera ser **um dos grandes vetores da crise ecológica**. Segundo o autor, o desejo de consumir — “a ânsia por jogar fora o que é antigo e substituir por algo novo” — não é um aspecto psicológico inerente ao ser humano, mas um comportamento construído socialmente pela dinâmica do crescimento econômico. E em nome disso, afirmou, “**compramos coisas das quais não precisamos para impressionar indivíduos com os quais não nos importamos**”.

# “COMPRAMOS COISAS DAS QUAIS NÃO PRECISAMOS PARA IMPRESSIONAR INDIVÍDUOS COM OS QUAIS NÃO NOS IMPORTAMOS”

TIM JACKSON

Ao comentar o assunto, Pessôa retomou duas falhas de mercado apontadas por Jackson no livro: a de que o padrão de consumo atual desconsidera os impactos dos bens e serviços no meio ambiente; e a de que consumir não gera bem-estar. Segundo o economista, de fato, os custos ambientais — “externalidades”, na linguagem econômica — não são embutidas nos preços do que consumimos.

28

"Quando decido consumir um produto, pago um preço por ele que não considera os efeitos externos negativos sobre o meio ambiente causados pela produção e consumo do bem. O uso do transporte individual polui a cidade com monóxido de carbono, congestionando as vias públicas, além de contribuir para o aquecimento global com as emissões de dióxido de carbono. Impossível não concordar com Tim Jackson", explicou Pessôa.

Já em relação ao segundo argumento, afirmou que, embora seja coerente, precisa ser mais estudado do ponto de vista empírico. Pois, de acordo com ele, **o modelo básico de microeconomia vê o consumo como algo motivado por preferências pessoais e pela busca do bem-estar**. Jackson, no entanto, atribuiu outros fatores à decisão de consumir, associados a normas sociais instituídas e disseminadas pelo movimento da economia.

“Parece-me que Tim Jackson corrigiria o modelo da microeconomia padrão alterando a hipótese de **PREFERÊNCIA ABSOLUTA** [na qual o indivíduo toma decisões que possibilitem atingir o máximo de bem-estar, sem ser afetado pelo padrão médio de consumo da sociedade] pela hipótese de **PREFERÊNCIA RELATIVA** [quando o bem-estar do indivíduo não depende apenas do que ele consome, mas também do consumo médio da sociedade]. Quando isto ocorre, **o ato de consumo de um indivíduo eleva seu bem-estar, mas reduz o bem-estar de todos os demais membros da sociedade na qual o indivíduo se insere, pois eleva a média do consumo**”, disse Pessôa ao interpretar as ideias do autor.

O economista destacou que, caso a hipótese de preferência relativa esteja correta, além dos custos ambientais, os produtos deveriam incorporar também o **impacto negativo do padrão de consumo de uns sobre o bem-estar de outros**. “Faz todo sentido que nós precifiquemos corretamente o consumo, incluindo não somente os custos ambientais, mas também possíveis efeitos externos, fruto do caráter posicional do consumo”, concluiu.

### Crise econômica

Para Jackson, **a crise econômica global iniciada em 2008 é prova de que o modelo baseado no crescimento não funciona. Ainda assim, afirmou, o remédio que os países da Zona do Euro estão usando para curar os males causados e voltar a crescer — o aumento do crédito ao consumidor — traz como efeito colateral a própria doença.**

Isso porque os resultados dessa medida seriam aqueles observados durante a recessão dos últimos anos: elevação do débito pessoal e colapso do nível de poupança, além da reprodução da lógica consumista, que agrava a crise ambiental. “Queremos uma sociedade em que as pessoas emprestem dinheiro para continuar consumindo e saciando o apetite de ter cada vez mais?”, questionou o autor, advertindo que **a melhor solução não é oferecer crédito e estimular o consumo, mas aumentar o investimento público e impulsionar o desenvolvimento de tecnologias ecológicas.**

Embora tenha concordado com o diagnóstico feito por Jackson — o combate à crise vem sendo feito com pouco investimento e muito consumo —, Pessoa questionou a viabilidade da proposta do autor. Segundo o economista, o investimento público de fato é a forma mais rápida de recuperar uma economia deprimida, mas isso requer planejamento e projeto.

“Ou seja, o investimento tem que ser pensado muito antes de a crise bater nas nossas portas. Quando ela chega, o Estado tem que ter tudo pronto e projetado para iniciar as obras ou os programas. Esse não tem sido o caso. Quando a crise vem, os governos somente conseguem aumentar as desonerações e as transferências. Toda a governança do investimento público precisa ser alterada”, esclareceu.

TIM JACKSON  
SAMUEL PESSÔA

29

### Contraponto

Mas o principal ponto de discórdia entre Jackson e Pessoa diz respeito ao **endereçamento da crise ecológica**. Enquanto o autor apontou como principal causa **o crescimento econômico e o consumismo que o alimenta**, Pessoa afirmou que o erro está na não precificação dos custos ambientais do consumo.

“Minha crítica mais central ao livro de Tim Jackson é que o problema não está associado à economia de mercado como a conhecemos — outras economias provavelmente produziram problemas ainda maiores — mas, sim, às falhas de mercado. **E parece-me que a economia conforme a conhecemos está melhor aparelhada para lidar com as falhas de mercado do que outras que possamos imaginar**”, declarou.

Além disso, ponderou o economista, fazer transformações radicais nos rumos da economia global esbarra em dois grandes entraves. O primeiro é o **CÉTICISMO**, já que parte da comunidade internacional não estaria convencida da gravidade dos problemas ambientais. “E enquanto não houver um consenso, acho difícil que as sociedades estejam dispostas a tomar medidas duras para mudar nossa plataforma tecnológica”.

O segundo problema refere-se a **COMO DIVIDIR O ÔNUS DE TAIS TRANSFORMAÇÕES**. Pois ainda que houvesse um consenso global sobre a necessidade de um novo modelo econômico, **“há o difícil problema de como concordar em dividirmos, entre os cidadãos do mundo, os custos da adoção da economia sustentável”**, finalizou.

## Memória cultural

### O VÍNCULO ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO

[www.iea.usp.br/noticias/memoria-cultural](http://www.iea.usp.br/noticias/memoria-cultural)

**primeira vista, a memória parece uma coisa inerte, presa ao passado — a lembrança de algo que aconteceu e ficou parado no tempo.**

Mas um olhar mais cuidadoso revela que a memória é dinâmica e conecta as três dimensões temporais: ao ser evocada no presente, remete ao passado, mas sempre tendo em vista o futuro.

Na conferência Memórias Comunicativa e Cultural, os pesquisadores Jan Assmann e Aleida Assmann, ambos professores da Universidade de Konstanz, Alemanha, abordaram esse caráter dinâmico da memória. Jan tratou da **durabilidade e dos aspectos simbólicos** da memória cultural, enfatizando seu papel na construção de identidades, enquanto Aleida priorizou **a narrativa histórica contemporânea**, concentrando-se nos processos mnemônicos ligados à constituição de novos estados-nação.

O evento, realizado no dia 15 de maio de 2013, no IEA, abriu o ciclo de conferências Espaços da Recordação, que os pesquisadores proferiram no país de 15 a 21 de maio. O ciclo integrou a programação do Ano da Alemanha no Brasil e foi uma promoção da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Instituto de Estudos Avançados sobre Mobilidades Sociais e Culturais, com o apoio do IEA e de outras instituições.

Após passar pelo IEA, Jan e Aleida fizeram conferências na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas; na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Cascavel; na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba; na Universidade Estadual de Londrina (UEL); e na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

#### **Memória cultural**

Jan fez uma distinção entre DOIS TIPOS DE MEMÓRIA: **A COMUNICATIVA**, relacionada à transmissão difusa de lembranças no cotidiano, através da oralidade; e **A MEMÓRIA CULTURAL** — na qual concentrou sua fala —, referente a lembranças objetivadas e institucionalizadas, que podem ser armazenadas, repassadas e reincorporadas ao longo das gerações.

A **memória cultural** é constituída, assim, por **heranças simbólicas materializadas em textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros suportes mnemônicos que funcionam como gatilhos para acionar significados associados ao que passou**. Além disso, remonta ao tempo mítico das origens, cristaliza experiências coletivas do passado e pode perdurar por milênios. Por isso, pressupõe um conhecimento restrito aos iniciados.

A **memória comunicativa**, por outro lado, **restringe-se ao passado recente, evoca lembranças pessoais e autobiográficas e é marcada pela durabilidade de curto prazo, de 80 a 110 anos, de três a quatro gerações**. E, por seu caráter informal, não requer especialização por parte de quem a transmite.

### Identidade

Jan destacou as conexões entre memória cultural e identidade. De acordo com ele, a memória cultural é a “a faculdade que nos permite construir uma imagem narrativa do passado e, através desse processo, desenvolver uma imagem e uma identidade de nós mesmos”.

A memória cultural atua, portanto, preservando a herança simbólica institucionalizada, à qual os indivíduos recorrem para construir suas próprias identidades e para se afirmarem como parte de um grupo. Isso é possível porque o ato de rememorar envolve aspectos normativos, de modo que, “se você quer pertencer a uma comunidade, deve seguir as regras de como lembrar e do que lembrar”, como frisou o pesquisador.

Ele ressaltou que, por funcionar como uma força coletiva unificadora, a memória cultural é considerada um perigo pelos regimes totalitários. Como exemplo, mencionou o caso da Guerra da Bósnia, quando a artilharia sérvia destruiu a Biblioteca de Sarajevo na tentativa de minar a memória dos bósnios e de minorias da região.

O objetivo, afirmou, era fazer da cultura uma tábua rasa para que fosse possível começar do zero uma nova identidade sérvia: “Essa foi a estratégia do regime totalitário para destruir o passado, porque se a gente controla o presente, a gente controla o passado, e se a gente controla o passado, a gente controla o futuro”.



### O passado em foco

Aleida abriu sua conferência chamando atenção para um fenômeno característico das últimas décadas: a descrença na ideia de futuro e a emergência do passado como preocupação fundamental. Segundo a pesquisadora, a partir dos anos 1980, a confiança no futuro como promessa de dias melhores perdeu força e deu lugar à inquietação diante do passado: “A ideia de progresso está cada vez mais obsoleta e o passado tem invadido a nossa consciência”.

Esse fenômeno, destacou, é efeito do período de violência excessiva do século 20 e de novos problemas enfrentados pela sociedade contemporânea, como a crise ambiental, por exemplo. Mas advertiu que não se trata de mera nostalgia ou de rejeição dos tempos modernos, uma vez que a memória cultural está sempre direcionada para o futuro, “lembrando para frente, por assim dizer”.

A memória surge, assim, como um artifício para proteger o passado contra a ação corrosiva do tempo e para dar subsídios para que os indivíduos entendam o mundo e saibam o que esperar, “para que não tenham que inventar a roda e começar do zero a cada geração”, como explicou a pesquisadora.

### Memória nacional

Tomando por base o conceito de *les lieux de mémoire* (lugares da memória), elaborado pelo historiador francês Pierre Nora, Aleida falou sobre as transformações que se operaram na construção da memória nacional no período pós-Segunda Guerra e pós-Muro de Berlim.

## Memória Cultural

Pensado a partir do caso da França — país que se definiria pelo caráter triunfal de seu povo —, o conceito de lugares da memória refere-se a objetos simbólicos concretos, como monumentos, museus e arquivos, ligados a uma autoimagem de heroísmo e de orgulho por parte das nações.

Mas, para a pesquisadora, esse conceito não se aplica aos novos estados-nação surgidos a partir de 1945 (pós-colonial) e de 1989 (pós-União Soviética). Diferentemente da França, esses países não se constituem em torno do triunfo, mas do trauma gerado por eventos passados. Assim, no momento em que ex-colônias são elevadas à condição de nações livres e definem uma identidade própria, começa a vigorar uma memória marcada pelo histórico de violência, escravidão e genocídios.

Segundo Aleida, as nações rememoram essas feridas na tentativa de obter, no presente, um reconhecimento do sofrimento e dos abusos pelos quais passaram. Esse tipo de memória, construído sobre episódios traumáticos, se intensifica na década de 1990, quando os testemunhos das vítimas ganham espaço e são inaugurados diversos museus e memoriais ao redor do mundo dedicados a eternizar simbolicamente o passado de violações aos direitos humanos.

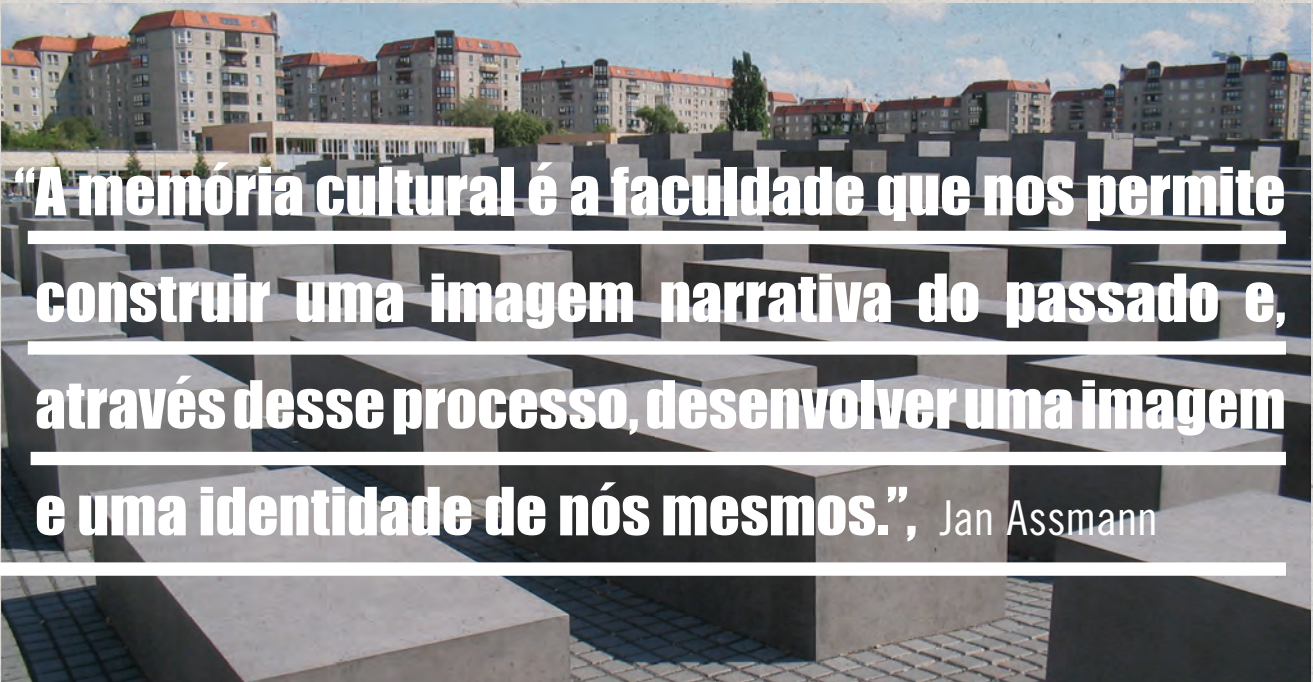
### O caso de Israel

Ao responder, no debate, uma questão colocada por Helmut Galle, professor do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, sobre a construção de uma memória de trauma em Israel, vinculada ao holocausto, Aleida ressaltou o intervalo de tempo entre a criação do estado-nação e a emergência dessa memória.

“Essa memória traumática não foi elaborada imediatamente, mas após um grande período de latência por uma razão política: havia um novo país a ser construído e um status de independência a ser conquistado”, disse, destacando que a preocupação, naquele momento, era compor uma memória heroica, e não dar espaço à memória das vítimas.

Jan completou afirmando que o objetivo do estado de Israel imediatamente após sua criação era o de nunca mais ser vítima, enquanto o da Alemanha era o de nunca mais repetir os crimes que cometeu na Segunda Guerra. “O reconhecimento das vítimas veio mais tarde. A primeira ideia era a do ‘nunca mais’”, frisou.

Memorial  
dos Judeus  
da Europa  
Assassinados



**“A memória cultural é a faculdade que nos permite construir uma imagem narrativa do passado e, através desse processo, desenvolver uma imagem e uma identidade de nós mesmos.”, Jan Assmann**






# "A MEMÓRIA PODE SER PERIGOSA E DESTRUTIVA SE DESENTERRAR RAIVA E A VONTADE DE REVISAR A HISTÓRIA."

— ALEIDA ASSMANN

## Riscos e benefícios

Aleida levantou algumas questões sobre os riscos e benefícios da memória cultural derivada de eventos traumáticos:

-  Essa memória traz à tona um potencial agressivo ou resulta num maior respeito e diálogo entre vizinhos?
-  Torna uma sociedade mais vingativa ou mais consciente de seu passado?
-  Faz dos indivíduos cidadãos mais sensíveis ou insensíveis à violação dos direitos humanos ou à condição das minorias?

A pesquisadora concluiu que a memória cultural não deve ser entendida como uma fixação patológica com o passado, mas como um *back-up*, uma espécie de bagagem necessária para que a sociedade construa seu futuro. Mas, de acordo com ela, essa memória deve ser inspecionada criticamente, como acontece com qualquer bagagem.

Por isso, afirmou, é preciso tomar cuidado para que o passado negativo, uma vez transformado em memória, não desperte o revanchismo: "A memória pode ser perigosa e destrutiva se desenterrar raiva e a vontade de revisar a história".

## Conferencistas

**Aleida Assmann** é professora de língua inglesa e literatura comparada na Universidade de Konstanz. É doutora em literatura inglesa pela Universidade de Heidelberg e em egiptologia pela Universidade de Tübingen. Publicou trabalhos na área de egiptologia, literatura inglesa e história da comunicação literária, mas desde a década de 60 vem se dedicando à teoria da memória. Seus estudos concentram-se na memória cultural, com interesse particular pelas tensões entre as experiências individuais e as lembranças oficiais da história da Alemanha no período pós-Segunda Guerra.

**Jan Assmann** é professor honorário de teoria cultural e religiosa na Universidade de Konstanz. Doutor honoris causa em teologia pela Universidade de Münster, suas publicações abrangem a área da egiptologia, com foco em interpretações sobre as origens do monoteísmo, a recepção do Egito na tradição europeia, história da religião, antropologia histórica e outros temas. Nos últimos anos, tem se voltado para a dimensão da memória cultural numa escala temporal longínqua, que remonta a mais de 3 mil anos. A partir disso, busca entender o papel da memória nas disputas entre israelenses e palestinos no Oriente Médio e entre protestantes e católicos na Irlanda do Norte.

## UM NOVO PENSAMENTO CIENTÍFICO PARA O CONTEXTO DA CULTURA DIGITAL

[www.iea.usp.br/noticias/massimo-canevacci](http://www.iea.usp.br/noticias/massimo-canevacci)

*Estudioso da cultura digital, Massimo Canevacci não se contenta em olhar para o novo mundo das tecnologias digitais através de velhas lentes. Para dar conta dessa realidade emergente, o antropólogo italiano propõe novos conceitos — entre eles o de “ubiquidade”, “multívduo” e “autorrepresentação” — e procura chamar atenção para a necessidade de construir um pensamento científico mais sintonizado com as transformações em curso.*

*Professor da Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, Itália, e professor visitante do IEA desde março de 2012, suas pesquisas, de caráter interdisciplinar, mobilizam referenciais da comunicação, antropologia e teoria crítica, com foco na pesquisa empírica.*

*Na seguinte entrevista à jornalista Flávia Dourado, Canevacci esclarece alguns dos conceitos de sua autoria, questiona a ideia de uma cultura alienante — de um “padrão determinado pela estrutura econômica e política” — e propõe a flexibilização do método científico clássico por meio da “etnografia reflexiva”, estratégia metodológica que não se deixa enrijecer pela ruptura entre sujeito e objeto.*

34

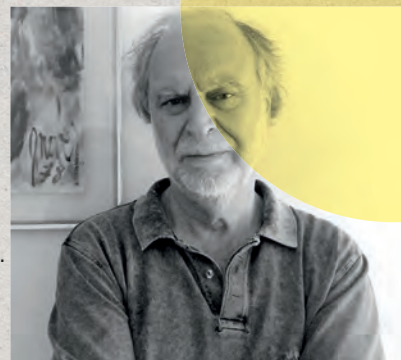
**1)** Seus trabalhos falam em uma transição da “cidade industrial”, centrada na produtividade, nos conflitos de classe e na dialética política, para a “metrópole comunicacional”, marcada pelo pluricentrismo e pela modificação da percepção espaço-tempo. É disso que o conceito de “ubiquidade” trata?

A lógica dualista da cidade industrial foi substituída pelo **PLURICENTRISMO DA METRÓPOLE COMUNICACIONAL**, na qual prevalece a flexibilidade característica da cultura digital. Essa transformação está relacionada à dimensão da ubiquidade, que complexifica a percepção do espaço-tempo.

O sujeito que transita na rede e na metrópole comunicacional pode, no mesmo espaço-tempo, se comunicar com pessoas de contextos totalmente diferentes. Essa experiência ubíqua — inexistente e inimaginável na cidade industrial — levanta desafios enormes para a comunicação e a etnografia: que tipo de relação com os outros isso provoca? Como fica a questão da alteridade? Afirma-se um sujeito ubíquo conectado (e não coletivo).

Antes, na antropologia, “o outro” era a cultura indígena. Mas, hoje, falo com índios Bororo ou Xavante [povos indígenas estudados por Canevacci], que estão no Mato Grosso, pelo Skype ou pelo site Aldeia Digital. Eles conversam em português, às vezes em espanhol, mas continuam a falar bororo ou xavante, e utilizam a mesma tecnologia digital que eu.

Na metrópole comunicacional, cada pessoa configura um “outro”, não na forma de uma alteridade radical, mas de pequenas diferenças. **SE, NO PASSADO, PREVALECIA O CONCEITO DE HOMOLOGAÇÃO, NO QUAL TODO MUNDO SEGUIA UM PADRÃO DETERMINADO PELA ESTRUTURA ECONÔMICA E POLÍTICA, ATUALMENTE O GRANDE DESAFIO DA COMUNICAÇÃO E DA ETNOGRAFIA É PENETRAR EM CADA UMA DESSAS DIFERENÇAS — DIFERENÇAS QUE CONFIGURAM TIPOS ESPECÍFICOS DE ALTERIDADE E, JUNTAS, FORMAM UM PATCHWORK, UMA DIMENSÃO SINCRÉTICA GLOCAL [GLOBAL + LOCAL] QUE VARIA NO ESPAÇO E NO TEMPO.**



## 2) É essa possibilidade de transitar em diferentes espaços-tempos que traz à tona o multivíduo?

O formativo da cultura industrial, que consiste em elaborar uma identidade sempre idêntica a si mesma, não funciona mais. Na cultura digital, as identidades não são fixas, mas flutuantes. **O CONCEITO DE MULTIVÍDUO MODIFICA O CONCEITO CLÁSSICO DE INDIVÍDUO** — palavra de origem latina que, por sua vez, traduz a palavra grega *atomos*, cujo significado é “indivisível”. O multivíduo é um sujeito divisível, plural, fluido. Ubíquo. Um mesmo sujeito pode ter uma multiplicidade de identidades, de “eus”, e assim multividuar a sua subjetividade.

Um dos sintomas disso é a ideia de gênero. **O FEMININO E O MASCULINO JÁ NÃO SÃO MAIS PERCEBIDOS COMO UMA DIVISÃO DEFINIDA BIOLÓGICAMENTE.** O gênero é visto como uma construção cultural que não comporta mais uma lógica binária, dualista. Entende-se que é possível ter uma multiplicidade de experiências sensuais eróticas.

A moda é outro exemplo: **O MULTIVÍDUO NÃO SE IDENTIFICA POR UM ESTILO DE MODA ESPECÍFICO, ÚNICO.** Ele modifica seus estilos de acordo com os diferentes contextos em que se encontra. Isso impõe grandes desafios para o estudo da moda, que não deve mais ser tomada como algo que manipula, pois cada multivíduo escolhe elementos diferenciados e, a partir disso, cria sua própria *performance*.

## 3) E qual é a relação entre a emergência desse multivíduo e a cultura digital?

A descentralização ubíqua do indivíduo é um tipo de identidade característica da cultura digital. O desejo de viver uma alteridade interna era compartilhado apenas em momentos específicos, como no carnaval. Atualmente, com a explosão da cultura digital, esse desejo de alteridade, de multivocidade pode ser vivido o tempo todo, em qualquer momento. Basta o sujeito entrar na internet para poder exprimir diferenças coexistentes e heteronômicos estilos de escrever, de se representar, de se conectar.

**ENTÃO, ESSE SUJEITO TRANSITIVO, CARACTERIZADO POR FLUTUANTES “EUS” MULTIVIDUAIS, QUE ESTÃO SE AFIRMANDO COMO “OUTROS”, TEM A VANTAGEM DE USUFRUIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS, TECNOLOGIAS QUE SE TORNAM MAIS DIFUNDIDAS DIANTE DA FACILIDADE DE USO, DA REDUÇÃO DE PREÇOS, DA ACELERAÇÃO DE LINGUAGENS, DAS POSSIBILIDADES DE EDIÇÃO AUTÔNOMA.**

É claro que a cultura digital também traz problemas de segurança, de fraude, que devem ser enfrentados. Porque a cultura digital é parte de um conflito, de uma dialógica, de uma tensão que precisamos resolver.

## 4) Então a manifestação do multivíduo está ligada ao surgimento de uma comunicação mais horizontalizada, viabilizada pela cultura digital?

A cultura digital modifica a “divisão comunicacional do trabalho” (expressão inspirada no conceito de divisão social do trabalho, proposto por Marx) entre quem narra e quem é narrado. Surge, daí, a ideia de **AUTORREPRESENTAÇÃO**: as pessoas querem se representar, e não mais serem representadas. E, de qualquer lugar do mundo, elas têm os meios tecnológicos e as condições culturais para fazer isso, para nunca mais conceder a um terceiro o direito de representá-las. Isso vem do desejo de cada um exprimir, de narrar sua própria história. Entra em cena, assim, a crítica ao *status* de “quem tem o poder de representar quem”.

## Cultura digital

Caiu a dicotomia entre quem representa, de um lado, e quem é representado, de outro. Trata-se do direito que cada pessoa tem de representar a si mesma politicamente e esteticamente e de representar também quem a representa. Isso significa colocar em crise permanente a visão dualista e dicotômica entre natureza e cultura, masculino e feminino, bem e mal, quem representa e quem é representado. Diante disso, precisamos desenvolver lógicas diferenciadas de pensamento que permitam aproveitar as potencialidades que a cultura digital nos oferece.

### 5) O senhor defende a adoção de uma “etnografia reflexiva” nas pesquisas antropológicas. Essa guinada epistemológica surge como efeito do fenômeno da autorrepresentação?

A autorrepresentação altera profundamente a etnografia, que passa a ser mais dialógica e reflexiva: o entrevistador também é entrevistado. Meus amigos bororos ou xavantes fazem pesquisas sobre mim ao mesmo tempo em que são pesquisados e, juntos, construímos uma autorrepresentação na qual colocamos nossas personalidades, experiências, emoções e valores. O envolvimento emocional torna-se parte constitutiva da estratégia etnográfica, porque o pesquisador é parte da pesquisa, não está fora do contexto analisado. Não se insiste, assim, na objetividade em relação ao objeto, de modo que o objeto não é mais objeto: é um sujeito, com toda sua complexidade, que está em diálogo com o investigador.

A autorrepresentação significa que, como antropólogo, não posso mais representar a cultura dos bororos e xavantes ou da periferia de São Paulo, porque tanto os jovens indígenas quanto os paulistanos afirmam seu direito de representarem a si mesmos e de me representar como pesquisador.

### 36 6) Ao abrir mão da diretriz da objetividade e assumir os princípios do dialogismo e da reflexividade, o pesquisador não corre o risco de ser criticado por uma falta de cientificidade? Como fica essa questão no meio acadêmico?

O paradigma que sustenta a dimensão científica é, em grande parte, baseado na física e na matemática euclidiana. Mas, a partir da metade do século passado, a visão pós-euclidiana começou a se manifestar também nas ciências ditas exatas. Nos laboratórios do Cern [Centro Europeu de Pesquisa Nuclear], por exemplo, o contexto no qual os experimentos são colocados é parte da avaliação, porque se entende que o contexto modifica o resultado. **SUBJETIVIDADE E OBJETIVIDADE, PARTICULARIDADE E UNIVERSALIDADE ESTÃO CONECTADAS E FAZEM PARTE DOS RESULTADOS.**

A objetividade pura era importante no passado. Agora, o que precisamos é aliar a força estética da imaginação e a experiência subjetiva com a exatidão científica por meio do que chamo de “imaginação exata”, lógicas pós-euclidianas.

As obras criadas pela ARQUITETA ZAHA HADID ilustram muito bem a emergência dessa cultura pós-euclidiana. Ela desenvolveu um tipo de elaboração digital capaz de criar fantasias arquitetônicas que não pertencem a nossa experiência geométrica cotidiana. Ela aplica uma multidimensão híbrida autogerativa em formas arquitetônicas diagonais, que nunca existiram antes e que não são baseadas na geometria clássica, euclidiana, composta por quadrado, círculo etc. Com isso, cria uma experiência metropolitana inovadora, que desafia o nosso olhar acostumado com prédios retangulares e piramidais com forma modernista.

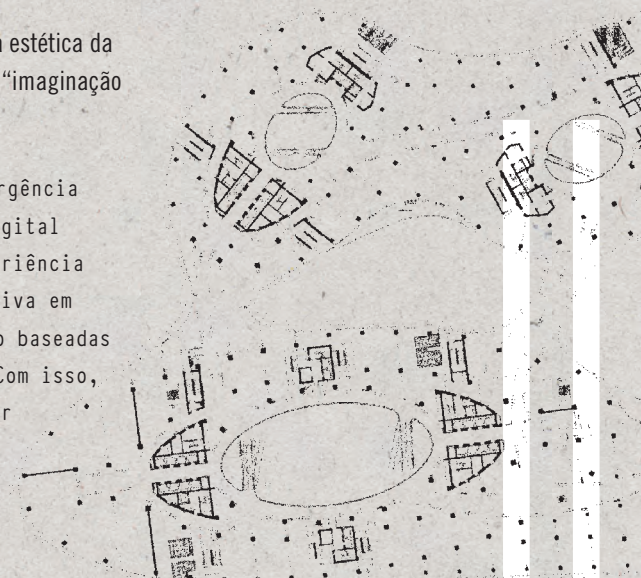


@ Zaha Hadid Architects



@ Iwan Baan

Projetos da arquiteta iraquiana Zaha Hadid



7) Ainda no âmbito das transformações epistemológicas ligadas à etnografia, o senhor poderia explicar o seu conceito de “estupor metodológico”?

O “ESTUPOR METODOLÓGICO” É UMA FORMA INOVADORA DE POSICIONAR O CORPO E A MENTE NUMA DIMENSÃO POROSA PARA ENCONTRAR O DESCONHECIDO. Trata-se de um treino para abrir a própria corporeidade e prepará-la para o encontro com o estranho, que, justamente por ser estranho, é desejado. O problema desse encontro é fundamental na etnografia. Pode ser um encontro casual, com algo que está muito perto, no Facebook ou na rua, por exemplo. Porque, às vezes, surfando na internet ou caminhando pela rua, a gente encontra elementos que criam um tipo de espanto. E é preciso estar preparado quando esse encontro acontece. É preciso estar treinado para enfrentar na hora o desconhecido, que é ao mesmo tempo sedutor e espantoso. É preciso agarrar o momento, que é único e pode escapar. PARA ELABORAR UMA ETNOGRAFIA DA JUVENTUDE PAULISTANA, FOCALIZADA SOBRE O DESEJO DE MOVIMENTO URBANO CRIATIVO, É FUNDAMENTAL APLICAR SEJA A AUTORREPRESENTAÇÃO SEJA O ESTUPOR COMO METODOLOGIAS UBÍQUAS.

8) Nos seus estudos sobre cultura digital, o senhor adota autores da teoria crítica, entre eles Kracauer, Adorno e Benjamin. Essa opção parece contraditória se considerarmos que, nas teorias da comunicação, a Escola de Frankfurt aparece associada à ideia da indústria cultural como lugar da manipulação e alienação. Essa contradição existe de fato?

Adorno, Benjamin e Kracauer foram os primeiros a estudar empiricamente a cultura de massas que estava nascendo. Adorno se dedicou à análise do rádio, do cinema, da música, da personalidade autoritária. Era um filósofo que não estava apenas pensando, pois fazia pesquisa empírica. Kracauer, ao estudar o cinema dos anos vinte, já tinha entendido que a autorrepresentação era um novo paradigma que a nova tecnologia reproduzível cinematográfica oferecia.

**TOMAR A TEORIA CRÍTICA A PARTIR DO CONCEITO DE HOMOLOGAÇÃO É UMA LEITURA SUPERFICIAL. ASSIM COMO É SUPERFICIAL ENTENDER A INDÚSTRIA CULTURAL COMO UMA FORMA ABSOLUTA DE MASSIFICAÇÃO.** Em Kracauer e Benjamin, por exemplo, tratava-se da possibilidade de inserir a tecnologia de reprodução em processos de libertação das classes sociais pobres, que poderiam, a partir desse recurso tecnológico, usufruir da cultura estética. Nos últimos anos, vem nascendo na Alemanha e nos Estados Unidos uma corrente inovadora que faz uma leitura diferente da teoria crítica. O que é a mídia de massa atualmente?

“O CONCEITO DE MASSA  
 ESTÁ MORTO, ASSIM  
 COMO A IDEIA DE MÍDIA  
 COMO MEDIAÇÃO ENTRE  
 A INDÚSTRIA CULTURAL E  
 O PÚBLICO. NA CULTURA  
 DIGITAL, CADA UM PODE  
 ELABORAR SUA PRÓPRIA  
 NARRATIVA. O PROBLEMA  
 FUNDAMENTAL, AGORA,  
 É COMO FAZER UMA  
 PESQUISA EMPÍRICA  
 CRITICAMENTE  
 ORIENTADA SOBRE A  
 CULTURA DIGITAL —  
 UMA CULTURA QUE ESTÁ  
 MODIFICANDO A MÍDIA DE  
 MASSA E PREFIGURANDO  
 O CONCEITO DE  
 AUTORREPRESENTAÇÃO.”

## A CENTRALIDADE DA TECNOLOGIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

[www.iea.usp.br/noticias/derrick-de-kerckhove](http://www.iea.usp.br/noticias/derrick-de-kerckhove)

O desenvolvimento tecnológico vem causando transformações tão profundas na sociedade contemporânea quanto aquelas vivenciadas durante a Renascença. Mas, se no período renascentista, o gatilho da transição foi o humanismo, responsável por modificar a relação do homem com o mundo natural, agora é a tecnologia, convertida em novo totem, que ocupa o lugar central antes reservado à natureza e cria novos parâmetros para definir o ser humano.

Em síntese, essa é a ideia por trás do **“tecnototemismo”**, teoria desenvolvida pelo sociólogo **Derrick de Kerckhove** e apresentada por ele na conferência *Tecnologia, o Novo Totemismo*, realizada pelo IEA no dia 17 de outubro de 2013 e coordenada pelo antropólogo Massimo Canevacci, professor visitante do Instituto.

Discípulo do teórico canadense Marshal McLuhan (1911-1980), Kerckhove é considerado um dos mais importantes estudiosos das relações entre tecnologias digitais e sociedade. É professor da University of Toronto, onde dirigiu por mais de 20 anos o Programa McLuhan em Cultura e Tecnologia.

38

### Usuário x conteúdo

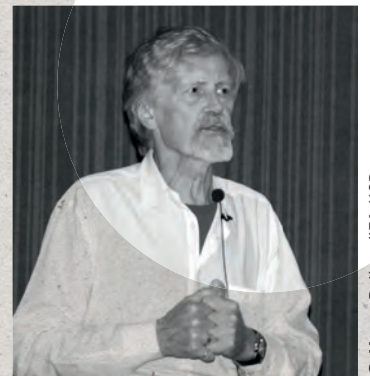
Para embasar sua teoria, Kerckhove buscou inspiração no pensamento do antropólogo francês Phillip Descola, mais especificamente no conceito de **TOTEMISMO – FORMA DE IDENTIFICAÇÃO ENTRE O HOMEM E O MUNDO NATURAL MARCADA PELA AUSÊNCIA DE RUPTURA ENTRE CULTURA (O HUMANO) E NATUREZA (O NÃO-HUMANO)**.

Transposto para o contexto de uma sociedade tecnológica, explicou Kerckhove, o totemismo se traduz na **CONTINUIDADE ENTRE MENTE (O HOMEM) E MÁQUINA (A TECNOLOGIA)**. Para o sociólogo, essa continuidade traz à tona a máxima mcluhaniana de que os meios condicionam tanto a interioridade quanto a exterioridade dos indivíduos, de tal modo que o usuário se torna o conteúdo.

**“HÁ UMA INTERDEPENDÊNCIA ENTRE O SELF E O MUNDO EM REDE: A TECNOLOGIA TORNOU-SE UMA EXTENSÃO DO CORPO E PASSOU A SER UM ELEMENTO DEFINIDOR DA IDENTIDADE HUMANA”**, disse, destacando que o efeito mais sintomático disso é a proliferação de identidades nas redes, de pessoas digitais, de avatares, de números de identificação e entidades eletrônicas, entre outras coisas. De acordo com ele, estaria em curso um processo de mutação antropológica disparado pelo surgimento da informática digital, tal como sugere o teórico francês Pierre Lévy.

**“Estaria em curso um processo de MUTAÇÃO ANTROPOLÓGICA disparado pelo surgimento da informática digital.”**

– Derrick de Kerckhove



O sociólogo  
Derrick de  
Kerckhove

© Mauro Belleza/IEA-USP

## Centralidade das redes

Para ilustrar a centralidade das redes nesse processo de mutação, Kerckhove compara a internet ao sistema límbico – componente do sistema nervoso responsável pelo controle dos comportamentos emocionais e dos impulsos motivacionais, isto é, pelo mecanismo através do qual uma emoção conduz a um processo de tomada de decisão que, por sua vez, leva a uma ação.

Segundo o sociólogo, **“ESTAMOS PASSANDO DO BIOLÓGICO PARA O TECNOLÓGICO: A INTERNET FUNCIONA COMO UM SISTEMA LÍMBICO GLOBAL, POIS FAZ AFLORAR EMOÇÕES E PAIXÕES CAPAZES DE CULMINAR EM AÇÕES COM PROGRESSÃO VIRAL”**. Para exemplificar, menciona movimentos que ganharam força nas redes, como a Primavera Árabe, Indignados, Anonymous, Occupy Wall Street, além do ativismo global iniciado pelo Wikileaks e levado adiante por Edward Snowden.

## Conexão de mentes

“Ao se comunicar pela internet, as pessoas conectam suas mentes e compartilham pensamentos, compondo uma espécie de inconsciente digital”, declarou Kerckhove, introduzindo o que afirma ser sua contribuição à teoria de Freud. O sociólogo comentou que, enquanto não há como provar a existência do inconsciente, **“O INCONSCIENTE DIGITAL ESTÁ LÁ, É COMPOSTO POR TUDO QUE É CONHECIDO SOBRE ALGUÉM NA REDE, POR TODAS AS INFORMAÇÕES DAS PESSOAS DISPONÍVEIS NA INTERNET”**. Para ele, esse fenômeno está se tornando tão determinante na vida dos sujeitos quanto a influência paterna e materna.

39

O inconsciente digital afloraria de uma hibridização entre real e virtual, marcada por uma interioridade reduzida, ligada ao *self*, e por uma exterioridade ampliada, relacionada ao mundo em rede. Segundo Kerckhove, trata-se do resultado de uma nova ansiedade emocional. **“O QUE É A WEB 2.0 SENÃO A ENTRADA DO FATOR EMOÇÃO NUM AMBIENTE ONDE SÓ HAVIA INFORMAÇÃO? AS PESSOAS QUEREM COMPARTILHAR NOTÍCIAS E TAMBÉM SENTIMENTOS, DICAS, PENSAMENTOS, OPINIÕES”**, ressaltou.

Mas o sociólogo adverte que analisar essa nova realidade requer uma dose de ceticismo, pois o compartilhamento de conteúdos, a multiplicação exponencial do número de emissores nas mídias, a possibilidade de manifestar indignação, o aumento da transparência das informações, a ampliação do transculturalismo, entre outros, vem a um custo alto: a privacidade. De acordo com o conferencista, **NA ERA DO TOTEMISMO TECNOLÓGICO, TENTAR TER CONTROLE SOBRE INFORMAÇÕES PESSOAIS DISPONIBILIZADAS NA INTERNET É COMO REMAR CONTRA A MARÉ.**

## América Latina

### O RACISMO EM CUBA E NO HAITI

[www.iea.usp.br/noticias/racismo-cuba-haiti](http://www.iea.usp.br/noticias/racismo-cuba-haiti)

**D**ois países do Caribe marcados por um histórico de exploração colonial, escravidão e bloqueio internacional e transformados por revoluções conduzidas pelo povo. Assim são Haiti e Cuba, duas nações que, apesar das inúmeras semelhanças, mostram-se bastante diferentes no que diz respeito ao racismo. E foi para discutir essas diferenças que o IEA realizou no dia 27 de junho de 2013 o painel *O Lugar da Raça: Debates Caribenhos Contemporâneos*.

Organizado em parceria com a Rede Global Colaborativa Raça e Cidadania nas Américas (Raca, na sigla em inglês), com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) e da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) da USP, o evento integrou a agenda de atividades do acordo de parceria estratégica assinado pela USP e pela Princeton University, dos EUA.

O painel contou com exposições de Nick Nesbitt e Rachel Price, ambos professores da Princeton University, que falaram sobre a questão da raça no Haiti e em Cuba, respectivamente. A coordenação ficou a cargo de Lília Moritz Schwarcz, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, que também atuou como debatedora.

40

#### O pioneirismo haitiano

Nesbitt abordou as relações entre **RAÇA E CIDADANIA** no Haiti a partir de uma perspectiva histórica. De acordo com ele, a **QUESTÃO DO RACISMO** no país sempre foi tratada como uma luta política, cujo maior exemplo seria a Revolução Haitiana (1791-1804), que resultou no **PRIMEIRO TERRITÓRIO DO MUNDO A ABOLIR A ESCRAVIDÃO E NO PRIMEIRO ESTADO A CONQUISTAR A INDEPENDÊNCIA PELAS MÃOS DE ESCRAVOS**.

Também conhecida como a **REVOLUÇÃO DOS JACOBINOS NEGROS**, a Revolução Haitiana voltou-se contra a França colonizadora e escravocrata, mas, ironicamente, foi influenciada pelos ideais de fraternidade, liberdade e igualdade da Revolução Francesa e fortalecida pelo clima de incerteza do período revolucionário francês.

Segundo Nesbitt, o jacobinismo negro começou como uma revolta de escravos, de caráter local, mas transformou-se numa revolução ao ampliar o escopo da luta e passar a lutar por dois objetivos:

**FUNDAÇÃO DE UMA ESTRUTURA SOCIAL NA QUAL A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E O SISTEMA HIERÁRQUICO BASEADO EM SUBDIVISÕES POR TONS DE PELE DEIXASSEM DE EXISTIR; E A UNIVERSALIZAÇÃO DA LUTA, QUE DEIXOU DE TER COMO ALVO APENAS A ESCRAVIDÃO DE HAITIANOS E PASSOU A DEFENDER O FIM DA ESCRAVIZAÇÃO DE TODOS OS SERES HUMANOS.**



METACURADORIA  
**GLOCAL**



## O Haiti pós-racial

O pioneirismo haitiano teve um custo: os líderes revolucionários precisaram partir do zero para criar um estado republicano regido pela igualdade humana, algo sem precedentes até então. De acordo com Nesbitt, em função disso, os haitianos se depararam com perguntas sem respostas: **“COMO CRIAR UMA SOCIEDADE NA QUAL A SOBERANIA POPULAR NÃO ESTEJA ALIENADA POR UMA HIERARQUIA SOCIAL E RACIAL E NA QUAL HAJA UMA SITUAÇÃO GERAL DE JUSTIÇA E IGUALDADE?”**.

Para viabilizar a construção desse **NOVO ESTADO REPUBLICANO PÓS-RACIAL**, François-Dominique Toussaint Louverture (1743-1803), maior líder da Revolução Haitiana, decidiu pela formulação de uma constituição num momento em que o país ainda lutava pela independência. Segundo Nesbitt, esse foi o primeiro documento do gênero a declarar que **TODOS OS HOMENS TINHAM O DIREITO DE NÃO SEREM PROPRIEDADE DE OUTROS HOMENS**.

Após a deposição e morte de Louverture pelos franceses, Jean-Jacques Dessalines (1758-1806) assumiu a liderança e, com o fim da revolução, promulgou uma nova constituição, já no contexto de um estado independente. Nesbitt destacou que essa segunda constituição também foi marcada pela originalidade, pois declarou que **TODOS OS CIDADÃOS DO HAITI, INDEPENDENTE DE COR, ERAM NEGROS**. “A partir desse gesto inventivo, todo mundo se tornou negro, de modo que a categorização racial, ao invés de ser apagada, foi expandida, universalizada, e convertida em um atributo político de cidadania”, disse o pesquisador.

Para Nesbitt, **O CASO HAITIANO MERECE ATENÇÃO PORQUE A TRADIÇÃO DO JACOBINISMO NEGRO ABORDA A QUESTÃO DA RAÇA DE FORMA MUITO ESPECÍFICA, PROCURANDO NÃO APAGAR AS MARCAS DAS DIFERENÇAS RACIAIS, MAS TORNÁ-LAS IRRELEVANTES NA HIERARQUIA SOCIAL E NO ÂMBITO DOS DIREITOS POLÍTICOS**.

## A polêmica cubana

Price abordou a conjuntura atual do racismo em Cuba, concentrando sua exposição na polêmica gerada em torno do artigo “For Blacks in Cuba, the Revolution Hasn’t Begun” (Para os Negros em Cuba, a Revolução Não Começou), do escritor cubano Roberto Zurbaro, publicado em 24 de março de 2013 no jornal americano “The New York Times (NYT)”.

**FAZENDO REFERÊNCIA ÀS MEDIDAS DE ABERTURA DA ECONOMIA CUBANA, ZURBARO DIZ NO ARTIGO QUE “O SETOR PRIVADO EM CUBA GOZA AGORA DE CERTO GRAU DE LIBERDADE ECONÔMICA, MAS OS NEGROS NÃO ESTÃO BEM POSICIONADOS PARA TIRAR VANTAGEM DISSO. HERDAMOS MAIS DE TRÊS SÉCULOS DE ESCRAVIDÃO DURANTE O PERÍODO COLONIAL ESPANHOL. A EXCLUSÃO RACIAL CONTINUOU APÓS CUBA SE TORNAR INDEPENDENTE EM 1902, E MEIO SÉCULO DE REVOLUÇÃO DESDE 1959 TEM SIDO INCAPAZ DE SUPERÁ-LA”**.

O artigo gerou um intenso debate internacional em torno da questão da raça em Cuba e resultou na publicação de inúmeros outros artigos em resposta, alguns apoiando a visão de Zurbaro, outros criticando o que seria o não reconhecimento dos ganhos que a **REVOLUÇÃO CUBANA** teria proporcionado aos negros. Segundo Price, trata-se de um debate que acontece fora dos espaços oficiais cubanos e é promovido sobretudo por jovens, blogueiros e artistas engajados no tema.

Revolução dos Jacobinos Negros, xilogravuras de Marcus Rainsford, 1805





@ 21C Museum Collection

## Uma questão global

Diante da grande repercussão do artigo, Zurbano declarou que o título foi mudado na última hora sem seu conhecimento, sendo o original menos controverso: “For Blacks in Cuba, The Revolution Isn’t Over” (Para os Negros em Cuba, a Revolução não Terminou). Ainda assim, defendeu a decisão de publicar o texto no NYT, pois esta seria uma forma de alcançar um público para além da academia cubana.

“The Raft”, 2010,  
instalação de  
Armando Mariño

De acordo com Price, o escritor afirmou que renunciar ao debate internacional significaria reduzir o impacto do artigo a velhos conceitos nacionalistas e não levar em consideração o **PROCESSO DE INTERCÂMBIO DESIGUAL GERADO PELO TURISMO, PELAS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, PELAS MIGRAÇÕES E PELA TRANSNACIONALIZAÇÃO DA CULTURA.**

42

A pesquisadora destacou, ainda, que ao fazer sua réplica, Zurbano situou o racismo cubano como um fenômeno global: “Ele disse que não queria revisar a história, mas fazer questionamentos sobre o futuro; e, ao colocar em debate tanto os avanços históricos da revolução quanto o que vem pela frente, deixou claro que não há um caso especificamente cubano, pois a questão da raça seria global, e não apenas local”.

## O racismo em Cuba

Para Price, a polêmica gerada pelo artigo de Zurbano trouxe à tona questões importantes relacionadas à raça em Cuba. Uma delas é a ideia de que o país não precisaria falar sobre raça porque, conforme teria declarado José Martí (1853-1895), herói da independência cubana, Cuba tinha uma **ASPIRAÇÃO PÓS-RACIAL**. Outro aspecto ressaltado na discussão é o da interferência dos Estados Unidos após a independência cubana, interferência que teria influenciado fortemente a condução da política racial na nova república e levado à extinção do Partido Independente de Color em 1912.

Além disso, segundo Price, tanto o texto de Zurbano quanto as respostas que suscitou chamaram atenção para aspectos ligados à raça em Cuba que devem ser discutidos, entre os quais: o histórico de desigualdade entre brancos e negros; a persistência da discriminação racial; as desvantagens dos negros para enfrentar a abertura econômica do país; os impactos do colapso da União Soviética sobre os negros, que teriam sido os maiores prejudicados; e a concentração de negros nos subúrbios.

# TODOS OS CIDADÃOS DO HAITI, INDEPENDENTE DE COR, SÃO NEGROS

**E**m encontro realizado na Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel, nos dias 4 a 6 de março de 2013, os diretores dos **University-Based Institutes for Advanced Study (Ubias)** – rede que reúne 34 institutos de estudos avançados vinculados a universidades de todo o mundo – aprovaram o projeto-piloto da **ACADEMIA INTERCONTINENTAL**, iniciativa que visa a promover o **intercâmbio científico entre gerações, disciplinas e culturas**.

O conceito da Academia, apresentado aos Ubias no encontro, resume-se na expressão “**2+2+2+2**”: dois institutos de dois continentes vão se unir para o desenvolvimento de uma pesquisa conjunta ao longo de dois anos, período em que serão realizados dois workshops.

O projeto-piloto, sob a responsabilidade do IEA e do Instituto de Pesquisa Avançada (IAR, na sigla em inglês) da Universidade de Nagoya, Japão, reunirá 15 jovens pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e universidades do mundo para se dedicarem a um estudo colaborativo de caráter interdisciplinar, sob a orientação de três cientistas seniores.

**“A ACADEMIA INTERCONTINENTAL  
FUNCIONARÁ COMO UM LABORATÓRIO DE  
COMO A UNIVERSIDADE PODERÁ TRABALHAR  
NO FUTURO DE MANEIRA COLABORATIVA.  
TRATA-SE DE UM PROJETO EM PEQUENA ESCALA,  
MAS COM POTENCIAL PARA RESULTAR NUM  
NOVO FORMATO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR.”**

Essa é a expectativa de Martin Grossmann, diretor do IEA.



#### **Apresentação pública**

O projeto-piloto da Academia foi apresentado pela primeira vez a um público amplo no encontro *A Pesquisa Avançada em Nagoya*, que aconteceu no dia 15 de fevereiro de 2013, no IEA. Os expositores foram o químico Susumu Saito e o economista Dapeng Cai, ambos pesquisadores em tempo integral do IAR.

O evento foi dividido em duas partes. Na primeira, Saito falou sobre as boas práticas adotadas pelo IAR para o desenvolvimento de pesquisas de alto nível e impacto mundial. Na segunda, Cai fez uma exposição sobre o conceito e o funcionamento da Academia, que foram definidos na manhã do mesmo dia, em reunião fechada dos dois pesquisadores com a direção, integrantes de grupos de pesquisa e curadoria do IEA, bem como representantes da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais.

**O conceito da Academia**

A proposta de criar a Academia Intercontinental surgiu no encontro do Comitê de Coordenação dos Ubias, realizado em março de 2012 no Instituto de Estudos Avançados Jawaharlal Nehru, em Nova Delhi, Índia. Na ocasião, o IEA e o IAR foram convidados para serem os responsáveis pelo projeto-piloto dessa iniciativa, que funcionará como uma *joint venture*, como definiu Cai.

A ideia é promover o intercâmbio científico entre gerações, disciplinas e culturas. Os participantes da Academia manterão contato durante todo o desenvolvimento do projeto e haverá dois workshops de um mês cada: o primeiro em março de 2015, em São Paulo, e o segundo em setembro do mesmo ano, em Nagoya. Nesses encontros de imersão, **os pesquisadores terão oportunidade de trocar experiências, participar de atividades interculturais e programas sociais e de discutir o tema de pesquisa por meio de conferências, leituras, seminários e debates.**

Segundo Cai, esse tipo de iniciativa é tão importante porque **“as pesquisas desenvolvidas nas universidades são focadas e especializadas demais, de modo que os pesquisadores não compartilham linguagens, não se relacionam com outros campos e esquecem como se comunicar uns com os outros”**.

O economista destacou que a Academia Intercontinental orienta-se por três objetivos: estimular a pesquisa conjunta entre os institutos membros dos Ubias; **promover a formação de redes de cooperação entre líderes científicos da próxima geração**; e explorar novas formas de prática acadêmica coletiva e novos modelos de formação, colaboração e disseminação científica.

Grossmann observou que o termo academia pode ter uma conotação pejorativa, uma vez que é usado para fazer referência ao conjunto dos grandes nomes da ciência, reconhecidos pela qualidade do conhecimento que geraram, mas sem um compromisso em transformar o pensamento corrente. “Entretanto, no sentido que estamos utilizando na **Academia Intercontinental**, o termo refere-se a **um ambiente de vanguarda, um espaço experimental, de riscos, de debates, que possibilita encontros inusitados**”, ressaltou.



44

Em 11 abril de 2013, foi inaugurado o novo site de IEA-USP, baseado na tecnologia CSM (Content System Management) do software livre Plone. Com a mudança, o processo de inserção de conteúdos tornou-se descentralizado e mais ágil e a arquitetura da informação mais bem estruturada. Os benefícios podem ser constatados na mudança de patamar no número de acesso que se observa no gráfico.

LANÇAMENTO DO NOVO SITE

quinta-feira, 11 de abril de 2013

PICO DE ACESSO AO SITE

sexta-feira, 21 de junho de 2013, Debate "O que está acontecendo?"

35.532 visualizações  
13.692 visitas

### Processo de seleção

Um trio de pesquisadores internacionais seniores escolhido pelos associados dos Ubias será responsável por conduzir a seleção do grupo de 15 jovens cientistas. Cada membro dos Ubias poderá indicar até três candidatos, jovens pesquisadores com nível de pós-doutor a professor assistente. De acordo com Cai, **a ideia é reunir as melhores jovens cabeças de todo o mundo e de diversas disciplinas para pensar soluções para desafios globais.**

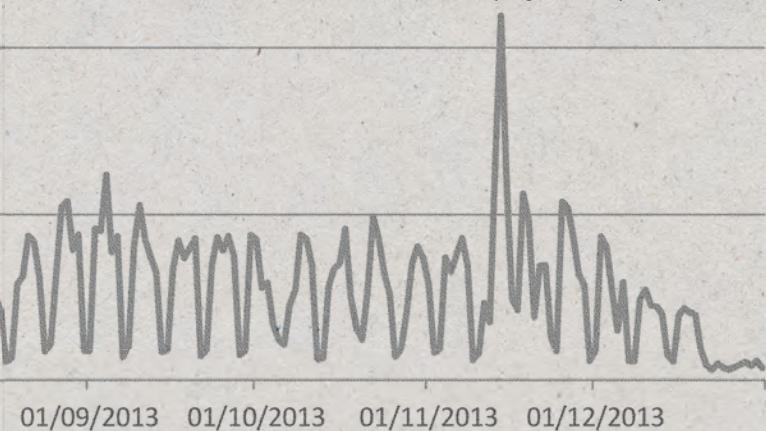
Também ficará a cargo dos seniores propor o programa de pesquisa da Academia. **O IEA e o IAR sugeriram como tema os diversos sentidos e significados do “tempo”, abrangendo os pontos de vista físico, social, literário, histórico, artístico, biológico, e outros.** E, como subtema, propuseram os ciclos circadianos, objeto de estudo de Takao Kondo, atual diretor do IAR. Tais ciclos referem-se aos ritmos biológicos diários dos seres vivos, que variam no decorrer do dia e da noite.

### O papel dos anfitriões

Aos institutos anfitriões cabe funcionar como um secretariado, assessorando no processo de seleção; proporcionar a estrutura necessária para as atividades acadêmicas; organizar programas interculturais e sociais para interação dos integrantes da Academia; arcar com os custos dos seniores; e ajudar a encontrar acomodações para os jovens cientistas.

Em troca, o IEA e o IAR terão o benefício de colocar a comunidade universitária em contato com esse seleto grupo de pesquisadores e de direcionar a escolha do trio de seniores, dos jovens cientistas e do programa de pesquisa conforme as necessidades da região e da universidade que os acolhem.

45



**Na ACADEMIA INTERCONTINENTAL, o termo academia se refere a um ambiente de vanguarda, um espaço experimental, de riscos, de debates, que possibilita encontros inusitados.**

# LUZ SÍNCROTRON ILUMINA PARCERIA CIENTÍFICA NO ORIENTE MÉDIO

[www.iea.usp.br/noticias/cooperacao-cientifica-no-oriente-medio](http://www.iea.usp.br/noticias/cooperacao-cientifica-no-oriente-medio)

**N**o Oriente Médio, a ciência vem despontando como uma alternativa para promover o diálogo entre povos e países marcados por desavenças históricas, graças à construção do primeiro grande centro internacional de pesquisa da região: um acelerador de partículas síncrotron, fruto de iniciativa inédita de cooperação científica entre islâmicos e israelenses.

Conhecido como **SESAME** (acrônimo de **Synchrotron-Light for Experimental Science and Applications in the Middle East**), o projeto foi desenvolvido sob os auspícios da Unesco e conta com o apoio de nações abaladas por conflitos internos, como o Egito, e envolvidas em disputas tensas, como Israel, Autoridade Palestina, Irã, Turquia e Chipre, além do Paquistão e da Jordânia, país que sedia o projeto.

Segundo o físico israelense Eliezer Rabinovici, professor da Universidade Hebraica de Jerusalém e ex-diretor do Instituto de Estudos Avançados de Israel, da mesma universidade, trata-se de um projeto colaborativo internacional que une esforços de cientistas e governos em torno de dois grandes objetivos: **impulsionar a ciência e a tecnologia de ponta no Oriente Médio; e construir pontes culturais e científicas entre povos vizinhos imersos em conflitos.**

Rabinovici esteve no IEA no dia 22 de setembro de 2013 para a conferência *Sesame: Uma Visita a um Universo Paralelo*, quando falou sobre sua experiência como um dos articuladores do projeto e sobre o **potencial da ciência para a difusão da cultura da paz.**

Os debatedores do encontro foram Mahir Hussein, do Instituto de Física (IF) da USP, coordenador do Grupo de Pesquisa Astrofísica Nuclear Não Convencional do IEA e curador da Metacuradoria Abstração; Arlene Clemesha, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e curadora da Metacuradoria Glocal; Guilherme Ary Plonski, da Escola Politécnica (Poli) e da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), ambas da USP, e conselheiro do IEA; Bernardo Sorj, diretor do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e professor visitante do IEA; e Nathan Berkovits, do Instituto de Física Teórica da Unesp.

Modelo de fonte de luz síncrotron similar àquela que está sendo construída no Sesame (à esq.)



@ Sesame



@ Synchrotron Soleil

### Modelo

O Sesame foi inspirado no Cern (European Organization for Nuclear Research), laboratório de física nuclear criado no pós-Segunda Guerra com o propósito de integrar, em torno de um projeto científico comum, Países da Europa que lutaram de lado opostos. A ideia era viabilizar o custeio e o desenvolvimento de pesquisas na área por meio do financiamento coletivo e da reunião de cientistas de diversas nacionalidades europeias.

Rabinovici observou que, assim como o Cern ajudou a curar feridas deixadas pela guerra, o Sesame busca **usar a ciência para promover o entendimento entre nações rivais**. Mas enfatizou que o desafio do Sesame é maior, pois diferentemente da situação da Europa na década de 50, os conflitos no Oriente Médio não cessaram. **“Há muitos agentes de ódio na região e o ciclo de violência parece interminável”**, disse.

Para o físico, a constante instabilidade no Oriente Médio, onde “as regras não são claras e mudam o tempo todo”, colocam o Sesame num clima de ameaça permanente. Exemplo disso é o caso do Egito, que foi um dos fundadores do projeto e agora não tem participado nem contribuído financeiramente em função das turbulências internas pelas quais vem passando desde 2011.

No entanto, apesar das adversidades, os envolvidos parecem dispostos a dar continuidade ao Sesame. “É difícil construir pontes em um mar tão tempestuoso, mas mesmo depois de tantas tempestades, ainda estamos firmes”, observou Rabinovici, destacando que esse comprometimento é parte do trabalho do cientista: **“Temos o dever de tentar usar a linguagem científica como um canal de diálogo”**.

47

Segundo o físico, **mesmo que o projeto não vá adiante, sua contribuição permanecerá**. **“Trata-se da prova de existência matemática: estamos há 20 anos trabalhando juntos e ninguém pode apagar isso, mesmo que eventualmente o Sesame acabe.”**

### Ponto de partida

As negociações que alavancaram o projeto começaram em 1995, quando Rabinovici e o ministro de Educação Superior do Egito se reuniram para promover a **parceria árabe-israelense** no âmbito do **Middle East Scientific Cooperation (Mesc)**, uma rede de cientistas para a promoção da cooperação científica entre Europa, Estados Unidos e Oriente Médio.

A proposta de criar uma fonte de **luz síncrotron** surgiu quando a Alemanha anunciou o desmembramento de um antigo acelerador de partículas — o Bessy-1 (Berlin Electron Storage Ring Society for Synchrotron Radiation) — e concordou em doar os componentes para serem usados em uma nova instalação no Oriente Médio.

De acordo com Rabinovici, como o projeto do Mesc envolvia uma parceria entre países oficialmente em disputa, foi preciso provar para o mundo que a cooperação científica era possível. E o primeiro passo para isso, afirmou, foi reaproveitar o Bessy-1 para construir um acelerador mais potente, de terceira geração, e viabilizar, então, a construção de um centro de pesquisa interdisciplinar.

## Cooperação científica

“Não era a máquina que queríamos, mas decidimos aceitar porque a luz síncrotron possibilita o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas e porque precisávamos mostrar que podíamos construir algo juntos”, ressaltou o físico.

## Construção

Após estruturar o projeto de pesquisa em torno da luz síncrotron, o Sesame foi acumulando conquistas: em 2001, a Jordânia foi escolhida como sede do acelerador; em **2002, a Unesco passou a apoiar o projeto apostando na ideia da “ciência pela paz”**; em 2004, firmou-se um acordo entre seis potenciais integrantes: Egito, Israel, Jordânia, Paquistão, Turquia, Autoridade Palestina e Bahrain (este não participa há dois anos); e, em 2002, a construção do centro de pesquisa teve início.

Segundo Rabinovici, atualmente a conclusão do Sesame depende de US\$ 55 milhões. Para arrecadar essa quantia, a solução encontrada foi a mesma do Cern: o financiamento conjunto. Em maio deste ano, Turquia, Israel, Irã e Jordânia firmaram um acordo para entrar com US\$ 5 milhões cada. Na mesma época, a Comissão Europeia se comprometeu a conceder € 5 milhões via Cern.

Com esse reforço financeiro, a expectativa de Rabinovici é que o Sesame entre em operação em 2015 e se torne o maior centro de pesquisa internacional do Oriente Médio. Mas, embora se mantenha otimista, o físico advertiu que ainda faltam US\$ 30 milhões para a máquina se tornar realidade: “Temos dinheiro para decolar, mas não para aterrissar, pois dependemos de uma troca de combustível no ar”, ressaltou, frisando que sua esperança é receber colaboração financeira da comunidade internacional.

## Pesquisa

A maior parte dos cientistas a utilizar o acelerador será proveniente de universidades e centros de pesquisa do Oriente Médio e de regiões vizinhas. A ideia é que os pesquisadores passem pelo Sesame de duas a três vezes por ano, façam seus experimentos durante uma ou duas semanas e então retornem aos seus países de origem para analisar os resultados.

Rabinovici enfatizou que, como a luz síncrotron é o ponto de partida de pesquisas sobre temas diversos, o programa científico do centro é amplo e multidisciplinar. Entre as áreas que serão contempladas estão química, arqueologia, física molecular e atômica, energia e ciências ambientais, médicas e de materiais.

**“Essa máquina produz uma luz que brilha em muitos aspectos da ciência, e esperamos que ela brilhe em muitos aspectos das relações humanas também”**, finalizou o físico.

**“Essa máquina produz uma luz que brilha em muitos aspectos da ciência, e esperamos que ela brilhe em muitos aspectos das relações humanas também.”**

- Eliezer Rabinovici



## DUAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DA USP

[www.iea.usp.br/noticias/processo-eleitoral-usp](http://www.iea.usp.br/noticias/processo-eleitoral-usp)

**A** busca de alternativas ao atual **sistema de escolha de dirigentes da USP** deu o tom da mesa-redonda *IEA Debate o Processo Eleitoral da USP*, realizada no dia 3 de setembro de 2013. O evento integrou a programação da Semana de Debates sobre o Sistema de Eleição dos Dirigentes da USP, promovida pela Reitoria naquele mês.

Até 2013, a eleição para reitor era dividida em dois turnos, com a controversa formulação de uma **lista tríplice de candidatos** por um colegiado restrito e a escolha de um deles pelo governador do Estado, um sistema considerado pouco democrático por segmentos significativos de docentes, estudantes e funcionários, que há décadas vêm reivindicando mudanças no processo.

No encontro, duas propostas de alteração do sistema foram colocadas em discussão: uma apresentada por Luiz Nunes Oliveira, do Instituto de Física de São Carlos (IFSC) e representante dos professores titulares no **Conselho Universitário (Co)** da USP; e outra da Associação dos Docentes da USP (Adusp), explicada pelo presidente da entidade, Ciro Teixeira Correia, do Instituto de Geociências (IGc).

Os debatedores foram os professores Francisco César de Sá Barreto (UFMG), Lisete Arelaro (Faculdade de Educação), Renato Janine Ribeiro (FFLCH e IEA), Sergio Adorno (FFLCH e IEA) e o jornalista Paulo Saldaña (“O Estado de S.Paulo”).

49

### Votação paritária

A proposta da Adusp prevê o **fim do primeiro turno das eleições**, com extinção da Assembleia Universitária — composta pelo Conselho Universitário (Co), Conselhos Centrais, Congregações das Unidades e Conselhos Deliberativos dos Museus e dos Institutos Especializados —, que elabora a lista óctupla de indicados. No turno único, o Colégio Eleitoral do atual segundo turno, do qual não participam as Congregações, continuaria responsável pela lista tríplice, sendo um dos candidatos a figurar nesta lista escolhido por uma consulta paritária envolvendo **docentes, estudantes e funcionários**.

Essa consulta, por sua vez, seguiria o princípio da proporcionalidade, de modo que os votos de docentes, alunos e funcionários teriam pesos diferenciados determinados de acordo com a proporção de cada uma dessas três categorias na composição da comunidade USP.

Segundo Correia, a **proposta da Adusp busca resgatar a “proposta histórica” da década de 80, formulada por docentes, estudantes e funcionários, que sugeria as eleições diretas e paritárias, na qual os três segmentos da comunidade USP teriam igual peso na escolha de dirigentes.**

### Obstáculos

Para o presidente da Adusp, **não seria possível implementar o sistema de eleições diretas no momento porque a legislação estadual prevê a nomeação do reitor pelo governador a partir da lista tríplice.** “Diante disso, deliberamos por uma proposta muito aquém da desejada, mas que não esbarra em impedimentos legais e pode, portanto, ser colocada em prática imediatamente.”

Embora não julgue essa proposta a ideal, Correia considera que o candidato incluído na lista tríplice pela votação paritária teria o diferencial da legitimidade e da representatividade, ao contrário dos dois candidatos indicados pelo Colégio Eleitoral, cujos membros representam apenas 0,3% da comunidade uspiana. “Se optasse por contrariar a vontade da maioria, o governador teria que arcar com as implicações políticas dessa decisão”, frisou.

Além disso, Correia acredita que o sistema proposto pela Adusp possibilitaria uma transição para uma estrutura de poder que, a seu ver, seria mais sintonizada com **um projeto de universidade.** Para ele, a USP caracteriza-se como uma instituição reservada à elite, e não como uma instituição que precisa servir à sociedade como um todo: **“A USP precisa de uma estrutura de poder compatível com uma universidade pública, gratuita, democrática e transparente, bem como autônoma no âmbito administrativo, acadêmico, pedagógico e científico e no gerenciamento de insumos e recursos”.**

50

### Papel das congregações

Segundo Nunes, a proposta que defende — correção do desequilíbrio na representação das congregações no primeiro turno e eliminação do segundo turno — visa a dois objetivos: **fomentar a discussão construtiva e tornar o processo eleitoral mais atraente para os melhores candidatos.** “Precisamos atrair pesquisadores que não se candidatam por receio de interromper a carreira acadêmica”, disse, destacando que esse segundo objetivo deveria ser uma preocupação na escolha de dirigentes de todos os níveis e, portanto, permear os diversos processos eleitorais da Universidade.

O caminho para alcançar tanto essa atratividade quanto esse debate construtivo, de acordo com ele, é ampliar a participação das congregações das unidades no processo eleitoral. “Isso facilitaria a comunicação e ajudaria a convencer os pesquisadores a se candidatarem, pois na campanha seria preciso falar apenas para as congregações, dispensando os comícios para um corpo eleitoral amplo.”

Para Nunes, a ampliação do número de votantes se faz necessária porque o Colégio Eleitoral, ou “coleginho”, como ele o chama, não garante a representatividade por ser muito restrito e sujeito ao controle da Reitoria, de modo que o reitor geralmente consegue eleger seu sucessor. Explicou que, caso a proposta fosse aprovada agora, com a inclusão dos suplentes de congregações com menos de 50 representantes, haveria uma ampliação significativa do Colégio, que passaria a contar com 1.900 docentes, 180 estudantes e 90 funcionários.



**Debate**

**SÁ BARRETO** Questionou os expositores sobre a importância que se dá à figura do reitor: “Será que a universidade brasileira — no caso, a USP — precisa de um reitor iluminado, que administre de cima para baixo, ou precisa de uma liderança que faça uma gestão de baixo para cima?”.

**CORREIA:** “Espero que não tenhamos um reitor iluminado, mas legitimado. A ampliação das Congregações apenas ampliaria a vantagem de quem já é protagonista no processo, que passaria de 0,3% para 1,2%. A nossa expectativa é que o reitor assuma o compromisso de discutir suas propostas com um público o mais amplo possível, e que esse público norteie, parametrize, confira e dê suporte e legitimidade à gestão.”

**NUNES:** “Precisamos de um reitor iluminado o suficiente para perceber isso que você acabou de dizer; um reitor que abra canais para que a universidade se reconstrua de cima para baixo. Em relação à crítica do Ciro, respondo que a Universidade não é uma república. Temos que cumprir uma missão, e deve participar do processo eleitoral quem pode colocar essa missão em prática. Acho a participação de funcionários e estudantes importante, mas isso não quer dizer que eles devam votar em todas as questões.”

**SALDAÑA** Contestou a ênfase na discussão sobre o processo de eleição do reitor: “O que adianta mudar a estrutura de escolha do reitor sem mudar, por exemplo, a composição do Co, que é responsável por muito do que se decide na USP, e sem pensar a questão de uma participação ampla, que vá além dos muros da Universidade?”.

**CORREIA:** “Faz muita diferença e é por isso que essa mudança causa tanta tensão. Não dá para inverter a lógica: não vamos resolver problemas à revelia da estrutura do poder. Isso não tem sustentação. Para promover outras mudanças, temos que mudar primeiro o processo de escolha do reitor.”

**NUNES:** “Atualmente, a representação das congregações não funciona porque o reitor tem controle sobre as unidades. Se a gente fortalecer as congregações, isso vai mudar. Eu concordo: não dá para apenas mudar o sistema. Vai ficar para o próximo reitor a mensagem de que o processo de mudança só começou.”

51

**ARELARO** Levantou uma questão para cada expositor. Para Correia, perguntou: “O primeiro turno, apesar de visar a indicação de oito nomes, é muito mais democrático. Você arriscaria acabar com o segundo turno?” Para Nunes, questionou: “As congregações se tornaram órgãos absolutamente burocráticos que, na verdade, só ratificam decisões para não criar problemas. O que fazer para que as congregações, hoje desarticuladas, ganhem motivação para construir um grande consenso?”.

**CORREIA:** “Propomos que a eleição tenha um turno só e que a escolha dos candidatos para a lista tríplice se dê pelo atual ‘coleginho’ [Colégio Eleitoral], e não pelo ‘colegião’ [Assembleia Universitária]. Se tivermos a consulta paritária, fará pouca diferença se quem vai elaborar a lista tríplice será o “coleginho” ou o “colegião”, pouco importará se os outros dois candidatos foram escolhidos por 0,3% ou 1,2% da comunidade USP. Além disso, será mais fácil cobrar de um colégio menor a responsabilidade política em relação à composição dos demais nomes da lista. Mas queremos superar também o Colégio Eleitoral, caminhando em direção à proposta histórica de uma eleição direta e paritária, que se encerre na universidade.”

**NUNES:** “As congregações, de certa maneira, são um espelho do Co. E o Co padece dos males que você descreveu. A gente precisaria melhorar o Co. Mas isso não seria suficiente. A gente precisaria, também, trabalhar dentro das congregações. Como? O reitor e os diretores das unidades deveriam colocar para as congregações perguntas a serem respondidas.”

**JANINE** Idealizador da proposta que embasou a exposição de Nunes (mas modificada por este), indagou sobre a possibilidade de ampliação da Assembleia Universitária, que ficaria responsável pela elaboração da lista tríplice no turno único da eleição. “Quando antecedi o Nunes no Co, sugeri que a forma atual de votação passasse por sucessivas ampliações, começando pela extinção do Colégio Eleitoral restrito do segundo turno e pela assunção de todas as suas prerrogativas pela Assembleia do primeiro turno. Se a Assembleia fosse ampliada, conforme sugerido por Nunes, ela não seria mais passível do mesmo controle que o atual. Eu iria além e incluiria também, no colegiado ampliado, os conselhos departamentais, comissões de cultura e pesquisa, pós-graduação e graduação. E por que não chegar ao voto direto, segundo as regras da LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional], com os docentes respondendo por 70% do peso dos votos? O que você acha dessa ampliação adicional ou da escolha conforme disposto na LDB?”

**NUNES:** “Acho ótimo ampliar a Assembleia Universitária com a inclusão das comissões estatutárias. Mas, em relação à inclusão dos conselhos, há duas dificuldades: a primeira é que eles não têm representantes de funcionários; a segunda é que eles tendem a aumentar o desequilíbrio entre a representação das unidades, já que as grandes têm muitos departamentos. A Poli, por exemplo, tem dez; a FFLCH tem onze; e nós [do IFSC] temos dois.”

**ADORNO** Dirigiu a mesma pergunta aos dois expositores: “Essas duas propostas são complicadas: ou dão toda força para a comunidade ou toda força para a Assembleia. Como fazer a mediação entre essas duas propostas, de forma que a comunidade tenha um papel importante e os colegiados também? A mediação seria reduzir as desigualdade entre as categorias, repensar o peso que é dado aos titulares e respeitar as diferenças, pois elas fazem parte da organização da Universidade”.

**NUNES:** “Por isso precisamos de um reitor bem respaldado. A solução que vejo foi a sugerida pela Lizete: que as congregações façam consultas em suas unidades e definam seu voto a partir disso.”

Questionou também Correia: “Entendo que a lógica de vocês é ter um candidato legitimado pela votação maior e mais dois com legitimidade fraca por terem sido votados por um colégio eleitoral controlado. É por isso que querem suprimir o colégio maior, que é o do primeiro turno, e ficar só com o menor, que é o do segundo. Mas continuo achando que, com isso, vocês deixam de enfrentar o grande problema que é excluir um Colégio Eleitoral controlado. O importante não seria nem a questão de quem vai votar, mas sobretudo de eliminar a possibilidade de controle. Isso representaria uma mudança extraordinária para a Universidade, porque desbloquearia todo o resto e nos possibilitaria prosseguir com outras reformas, outros avanços.”

**CORREIA:** “Os conselhos de departamentos nem sequer têm representação de funcionários. A representação nas congregações é de um funcionário e, na maioria delas, os professores titulares são membros natos. Por isso, me parece aquém da necessidade da universidade atribuir aos conselhos de departamento e às congregações a discussão, reflexão e escolha de quem vai dirigir uma instituição que, se não é república, é afeita aos princípios republicanos.”

**CORREIA:** “A Universidade não vê essa mediação há 40, 50 anos. Neste momento, cabe ao Co, que padece da excessiva concentração de poder em uma determinada categoria, fazer a mediação entre as propostas. Assumimos a responsabilidade política de avançar em relação a uma proposta histórica, colocando uma proposta que é considerada comportada, recuada, reformista ou aquém do que sempre defendemos justamente por abrir a possibilidade de interlocução num momento crítico da Universidade.”

## Participação do público

Na segunda rodada do debate, os expositores responderam a perguntas do público presente e enviadas pela audiência online.

Quando questionado sobre que peso os estudantes da graduação deveriam ter nas eleições e sobre a legitimidade de um reitor escolhido por um único grupo de docentes, Nunes respondeu que, seguindo as recomendações da LDB, num primeiro momento, o ideal seria que os estudantes tivessem 15% do peso, mesma percentagem dos funcionários, e que os docentes tivessem 70%. De acordo com ele, **UM REITOR ESCOLHIDO PELAS CONGREGAÇÕES TERIA TODA A LEGITIMIDADE, POIS “SERIA ELEITO PELAS FORÇAS VIVAS DA UNIVERSIDADE, POR GENTE QUE VIVE EM LABORATÓRIOS E SALAS DE AULA, DIFERENTEMENTE DO QUE ACONTECE NO SISTEMA ATUAL, QUE PRIVILEGIA QUEM ESTÁ NA NATA ADMINISTRATIVA”**.

Respondendo à mesma questão, Correia afirmou que a eleição paritária dá o devido peso aos diferentes segmentos da USP, que têm papel e experiências temporais diferenciadas. De acordo com ele, muitos questionam se os estudantes deveriam mesmo votar, já que são passageiros na Universidade, e se estariam preparados. “Se os estudantes dessa Universidade, que é considerada uma universidade de liderança, não têm a capacidade de votar, de julgar a maior adequação de uma proposta de gestão em comparação com outra, isso é algo incompatível com o que vemos no processo educacional”, destacou.

Para ele, os problemas do sistema eleitoral e da estrutura de poder vigentes vão muito além de como são compostos o “colegião” e o “coleginho”, já que as congregações refletem os mesmos defeitos da composição dos conselhos centrais e, além disso, são dominadas por uma única categoria, cujo poder não reflete necessariamente o mérito acadêmico.

53

Outra questão levantada pelo público foi a da validade da proposta do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), segundo a qual cada integrante da comunidade universitária teria direito a um voto, e o fim da lista tríplice. Correia declarou que a Adusp é favorável à proposta, bem como à extinção dos colégios eleitorais presentes nos dois turnos e ao fim de lista tríplice.

Nunes, por sua vez, destacou a necessidade de se negociar diante da impossibilidade de passar de um processo eleitoral inadequado, como o vigente, para um que considera ideal. **“Uma mudança brusca poderia causar dificuldades**, de modo que essa proposta é uma tentativa para se chegar a um acordo no 1º de outubro”, disse. Para ele, a proposta da Sintusp tornaria praticamente impossível um candidato ocupado participar de uma campanha eleitoral, pois esta envolveria toda a comunidade USP. Afirmou, ainda, ser simpático ao fim da lista tríplice, mas, assim como Correia, ressaltou os impedimentos legais para que isso seja proposto e colocado em prática no momento.

“Se os estudantes dessa Universidade, que é considerada uma universidade de liderança, não têm a capacidade de votar, de julgar a maior adequação de uma proposta de gestão em comparação com outra, isso é algo incompatível com o que vemos no processo educacional”, destacou **Ciro Teixeira Correia**.

## A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOB O OLHAR CRÍTICO DE BERNARDO SORJ

[www.iea.usp.br/noticias/bernardo-sorj](http://www.iea.usp.br/noticias/bernardo-sorj)

**N**ascido no Uruguai e naturalizado brasileiro, o sociólogo Bernardo Sorj tem interesse particular por temas ligados à América Latina. Diretor do Centro Edelstein de Pesquisa Social, voltado para o fortalecimento das democracias latino-americanas, atualmente ele se dedica também ao estudo “O Conflito no Oriente Médio: Alcances e Limites da Política Exterior do Brasil”, projeto que está desenvolvendo como professor visitante do IEA.\* Além de abranger esse foco de investigação dos últimos anos, a pesquisa guarda relação com sua formação acadêmica inicial: Sorj é graduado em história e sociologia pela Universidade de Haifa, Israel, onde também cursou o mestrado. É doutor pela Manchester University, Inglaterra, com pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, França.

Na entrevista a seguir, concedida à jornalista Flávia Dourado, o sociólogo, que é professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), falou sobre o estudo que vem conduzindo no IEA, com foco na política externa brasileira durante o governo Lula. De acordo com ele, “o discurso que enfatiza as relações Sul-Sul apresenta excessos retóricos e o sobreinvestimento na busca de uma vaga no Conselho de Segurança da ONU é questionável e deveria ser mais amplamente discutido”.



@ Arquivo Bernardo Sorj

“O Brasil, pelo seu peso territorial, demográfico e econômico, é o principal referente da política exterior na região, mas sua estratégia internacional ainda não chegou a se consolidar numa proposta coerente. Na América do Sul, o modelo econômico brasileiro, altamente protecionista, limita seu papel como atrator das economias vizinhas e sua capacidade de produzir cadeias industriais interligadas com a economia regional e global.”

– Bernardo Sorj

**1) Em seu projeto de pesquisa, o senhor diz que uma nova ordem internacional vem se estabelecendo, marcada pela multipolaridade, pelo aumento da autonomia de países em desenvolvimento e pela perda relativa da influência dos Estados Unidos no cenário global. Que fatores estão levando a essa mudança?**

A nova ordem internacional, do ponto de vista geopolítico, caracteriza-se pelo lugar central que os Estados Unidos ainda ocupam, único país com capacidade militar global. No entanto, esse poder militar não é infinito e os Estados Unidos precisam de aliados locais para assegurar sua hegemonia. Neste sentido, mais do que um mundo multipolar, trata-se de um mundo com hegemonia negociada, que exige uma maior flexibilidade na política exterior americana. No horizonte se perfila o surgimento de uma nova superpotência, a China, que no futuro poderá fazer frente aos Estados Unidos, embora ela enfrente uma situação muito complexa, rodeada de países com os quais tem problemas fronteiriços e rivalidades históricas. Um degrau atrás se encontram países que são centros de poder regional. Entre eles, vários países europeus e a Rússia — pelo seu poderio militar —, mas também a Índia, a Turquia e o Brasil. Do ponto de vista econômico, a multipolaridade é maior, e além dos polos representados pelos Estados Unidos e a Europa, a China passou a ocupar um lugar central, como principal parceiro comercial de um grande número de países.

**2) Qual o lugar das “potências emergentes” como o Brasil nesse mundo multipolar?**

O fim do comunismo aumentou a autonomia das elites locais, que deixaram de temer revoluções comunistas e não precisam mais do guarda-chuva dos Estados Unidos. Isso vale para todos os países latino-americanos. O Brasil, pelo seu peso territorial, demográfico e econômico, é o principal referente da política exterior na região, mas sua estratégia internacional ainda não chegou a se consolidar numa proposta coerente. Na América do Sul, o modelo econômico brasileiro, altamente protecionista, limita seu papel como atrator das economias vizinhas e sua capacidade de produzir cadeias industriais

interligadas com a economia regional e global. O discurso que enfatiza as relações Sul-Sul apresenta excessos retóricos e o sobreinvestimento na busca de uma vaga no Conselho de Segurança da ONU é questionável e deveria ser mais amplamente discutido.

**3) O senhor fala na configuração de uma hegemonia negociada. Quais as implicações disso para a regulação da nova ordem internacional?**

Como mencionei anteriormente, a hegemonia negociada é uma exigência crescente de um sistema internacional que não possui a clareza do período da guerra fria e onde a principal potência, os Estados Unidos, perdeu peso relativo. Nesse contexto, países com poder médio procuram ampliar suas áreas de influência e seu papel nos fóruns e instituições internacionais.

**4) Sua pesquisa concentra-se na política exterior brasileira durante o governo Lula. Como o senhor caracteriza essa política e em que medida ela representou uma ruptura com a política anterior?**

Chamar de ruptura seria um exagero, inclusive porque o governo Lula teve que lidar com novas realidades que inexistiam no período Fernando Henrique Cardoso, como a política exterior de Hugo Chávez e os Brics. No caso da política exterior bolivariana, o governo Lula soube navegar de forma adequada, freando suas iniciativas mais radicais e/ou canalizando-as no sentido de criação de instituições sem maiores poderes, como a Unasur ou o Conselho de Defesa Sul-Americano. A principal distinção do governo Lula foi a mudança no sentido de um discurso mais radical, denunciador do Norte, a explicitação de apoio a candidatos em eleições de países vizinhos — o que significou um rompimento com a tradição de respeito à soberania nacional de cada país —, a ênfase nas relações Sul-Sul e um distanciamento nos fóruns internacionais em relação à defesa dos direitos humanos, que foi revertido no governo Dilma.

55

**5) Há continuidade dessa política externa no governo Dilma?**

Em geral, o governo Dilma manteve as linhas básicas da política externa do governo precedente, mas com um ativismo internacional pessoal muito menor e sem as declarações controversas que caracterizaram o presidente Lula.

**6) A política externa do governo Lula foi marcada pela defesa da estratégia de cooperação Sul-Sul, ou seja, da aproximação com países em desenvolvimento, como os latino-americanos e os africanos. Quais foram as principais transformações nesse âmbito e que efeitos políticos e econômicos essa estratégia ocasionou?**

As relações comerciais do Brasil com a América Latina não aumentaram durante o governo Lula e o Mercosul aprofundou sua crise, por causa das dificuldades da Argentina. Apesar da retórica integracionista, o principal fenômeno dos últimos anos foi a criação da Aliança para o Pacífico — da qual o Brasil não faz parte —, que inclui o México, país que o Brasil marginalizou com sua ênfase na América do Sul. A suspensão do Paraguai quando da deposição do presidente Fernando Lugo ignorou os procedimentos definidos no tratado de Ushuaia. Parte dos investimentos do setor privado brasileiro na região, como o bancário, por exemplo, integram um processo natural de expansão de empresas na procura de novos mercados. A promoção de grandes empreiteiras em países vizinhos, como Bolívia e Equador, produziu duas crises quando os governos denunciaram as obras em construção. Os projetos de cooperação com a Venezuela na área energética não decolaram e ainda é cedo para avaliar a sensatez dos investimentos realizados por empresários brasileiros naquele país, que contaram com o apoio ativo do governo brasileiro. Na prática, o Brasil está enfrentando cada vez mais a concorrência de produtos chineses na região, e a elaboração de uma estratégia capaz de limitar os estragos ainda está por ser elaborada.

## Geopolítica



56

**7) Durante o governo Lula, o Brasil reivindicou, sem sucesso, o ingresso no Conselho de Segurança da ONU. Como o senhor vê as perspectivas para que isso se concretize e quais seriam os principais benefícios para o país?**

Durante muito tempo se argumentou que o principal empecilho para mudar a estrutura do Conselho de Segurança são os Estados Unidos, quando na prática o problema é mais complexo. A China não tem nenhum interesse nessa mudança, que levaria ao conselho países como o Japão e a Índia, com os quais mantém sérios contenciosos. Os gestos do Brasil para agradar a China na expectativa que ela apoiasse a demanda brasileira se mostraram infrutíferos. Pessoalmente, acredito que o Brasil não deveria investir tanto nesse tema, que ademais divide a América Latina, pois países como o México reivindicam que a vaga seja rotativa entre os países da região.

**8) O objetivo central da sua pesquisa é analisar a atuação do Brasil na tentativa, com a Turquia, de negociação de um acordo em 2010 que resolvesse os impasses do programa nuclear iraniano. Como o senhor analisa aquela tentativa e o que ela representou para a imagem do Brasil perante a opinião pública internacional?**

Ainda não possui os elementos para realizar uma avaliação ponderada. O quanto o passo em falso deveu-se a uma leitura errada dos sinais enviados pelos Estados Unidos e o quanto foi produto do açodamento da equipe que assessorou o presidente, isso ainda é uma questão em aberto. O resultado foi penoso para o Brasil, que entrou numa mesa para a qual não tinha cacife suficiente.

**9) Qual sua opinião sobre o posicionamento do Brasil durante o governo Lula em relação à questão palestina?**

A postura do governo Lula foi equilibrada, defendendo a criação de um Estado Palestino convivendo com o Estado de Israel.

**10) E quanto às iniciativas comerciais brasileiras voltadas para os países árabes?**

Com a Primavera Árabe, caíram vários governos com os quais o presidente Lula procurou se aproximar. O Brasil deverá reavaliar sua política em relação aos países árabes, procurando parceiros que apresentem maior estabilidade política, como o Marrocos, por exemplo.



## A POSTURA ÉTICA DIANTE DOS ACONTECIMENTOS NA SÍRIA

[www.iea.usp.br/noticias/siria](http://www.iea.usp.br/noticias/siria)



**“Inúmeros países que sofreram intervenções não passaram por uma recuperação e continuam afundados na violência.”**

— Deisy Ventura

**N**o dia 11 de setembro de 2013, quando o mundo lembrava dois acontecimentos marcantes — o golpe militar no Chile e o atentado às Torres Gêmeas em Nova York —, o desenrolar de um novo capítulo trágico da história contemporânea era debatido no IEA. O encontro *Ética e Ataque* colocou em discussão a possibilidade que se cogitava na ocasião de uma intervenção militar na Síria por parte do governo dos Estados Unidos em resposta ao uso de armas químicas na guerra civil naquele país.

Organizado pelo Laboratório Sociedades Contemporâneas do IEA, em parceria com o Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP, o debate foi conduzido a partir de duas questões principais: Ações políticas podem resolver conflitos internacionais, evitando-se o uso da força? A ética pode ficar indiferente à monstruosidade do uso de armas químicas?

Participaram do encontro o sociólogo Bernardo Sorj (por videoconferência) e o antropólogo Massimo Canevacci, ambos professores visitantes do IEA, e os juristas especializados em direito internacional Pedro Dallari, vice-diretor do IRI, e Deisy Ventura, professora do mesmo instituto. A moderação ficou a cargo do filósofo Renato Janine Ribeiro, conselheiro do IEA.

### Interesses envolvidos

Inspirado na onda de protestos no Oriente Médio e no Norte da África, conhecida como Primavera Árabe, o conflito na Síria surgiu há dois anos com uma agenda política de democratização. Mas, segundo Dallari, o movimento rapidamente sofreu uma transformação e adquiriu um caráter étnico quando os sunitas, etnia predominante no país, assumiram a liderança da insurgência contra o governo do ditador Bashar al-Assad, pertencente à minoria alauíta. O jurista afirmou que essa clivagem étnica levou à internacionalização do conflito, com cada lado buscando apoio de grupos e países com interesses comuns, caso dos sunitas, apoiados pelos jihadistas da Al-Qaeda.

Sorj também abordou a **internacionalização do conflito**. De acordo com ele, a Rússia e o Irã forneceram armas ao governo Sírio, enquanto países árabes armaram os rebeldes. “A guerra é mantida com apoio de todos os lados e, nesse sentido, criticar Obama unilateralmente seria no mínimo injusto”, disse, ressaltando que o presidente dos Estados Unidos procurou ser o menos intervencionista possível. “A postura de Obama de não enviar armas para os rebeldes foi um mérito”, frisou.

Já Dallari considera que a opção do presidente americano por não armar os rebeldes deve-se ao alinhamento dos Estados Unidos com Israel, que não tem interesse na derrubada de Assad por temer o alto grau de instabilidade que isso poderia gerar na região. Para os israelenses, observou, é melhor ter uma minoria à frente do governo sírio do que correr o risco de tomada do poder por radicais da maioria étnica.

Ventura, por sua vez, ponderou que a questão do ataque à Síria deveria ser pensada de modo a superar



Alepo  
bombardeada

a dicotomia entre inocência e cinismo: **“Inocência da alegação de que a intervenção seria motivada pela defesa dos direitos humanos; cinismo da alegação de que nenhum país tem o direito de intervir em outro”**.

Para a jurista, a lógica binária que opõe bem e mal não se aplica à Síria, uma vez que não é possível identificar defensores e violadores dos direitos humanos. Como exemplo, mencionou o caso dos Estados Unidos, cujas intervenções têm sido motivadas mais pela garantia da segurança que pela defesa dos direitos humanos, sendo esta a única motivação lícita.

“Todo estado que se propõe a intervir o faz de maneira seletiva; e essa seletividade não é determinada pelo grau de violação aos direitos humanos, mas pelas relações de poder que vigoram em cada caso”, destacou, advertindo que é impossível intervir de maneira neutra e que todo tipo de intervenção implica mudanças na equação de forças do lugar. Sorj, da mesma forma, comentou que “qualquer intervenção em qualquer país vai, de alguma forma, misturar valores e interesses”.

## Legitimidade

Canevacci, proponente do encontro, levantou questões sobre a legitimidade da iniciativa americana. De acordo com o antropólogo, **a ameaça de ataque à Síria tinha como amparo uma ética baseada na ideia de punição: punir o regime de Assad, usando a guerra para dar uma lição de bondade.**

**“Mas será que a ética é universal? Quem tem o direito de colocar em cheque a autonomia de um estado?”**, questionou, destacando que não cabe a um único país decidir se um outro país cometeu um crime contra a humanidade. “Isso cabe à ONU, uma organização supranacional a quem foi dado o poder de tomar essa decisão.” Ainda assim, **os Estados Unidos tomaram para si o poder de definir uma ética universal e o direito de intervir onde quer que se ultrapassem os limites do que consideram tolerável.**

Falando a partir da perspectiva do direito internacional, Dallari afirmou que a Carta das Nações Unidas, documento de 1945 que deu origem à ONU, prevê **apenas duas possibilidades lícitas de intervenção em um estado: por legítima defesa ou por deliberação do Conselho de Segurança.** “E a intervenção americana não se encaixaria em nenhum desses quesitos”, ressaltou.

O jurista explicou também que, do ponto de vista da responsabilidade pela violação aos direitos humanos, é irrelevante quem fez uso das armas químicas na Síria. “Quando se trata de direito internacional, sempre que há um quadro de violação dos direitos humanos, é o Estado que deve responder, de modo que o governo sírio é o responsável, independentemente de quem utilizou as armas.”

## Ética x direito

Segundo Janine, a ameaça de ataque à Síria por parte dos Estados Unidos não deveria ser pensada apenas à luz do direito, uma vez que haveria uma grande diferença entre a abordagem da lei e a da ética. “A lei discute qual intervenção é lícita, sendo este um papel que os Estados Unidos gostariam

de assumir.” Para ele, a ética vai muito além da aplicação de normas consensuais e da garantia da segurança jurídica, uma vez que seria obrigação de todo governo, independentemente das leis, ater-se aos princípios éticos.

O filósofo lembrou que, quando a crise na Síria teve início na esteira da Primavera Árabe, tratava-se de um movimento para derrubar uma ditadura, o que facilitava as análises, visto que a ditadura é, por si só, antiética. “Mas a questão se complicou ao se discutir que tipo de liberdade iria ser estabelecida a partir dessa derrubada”, avaliou, observando que, no caso dos rebeldes sírios, a tendência é privilegiar a liberdade do coletivo, amparada na identidade étnica, e não a liberdade individual.

**“Ali, a etnia é mais importante que o indivíduo, de modo que temos várias agendas compreendidas no conflito: a da democracia, a do direito à vida e a dos direitos dos diversos grupos étnicos envolvidos”, explicou.**

### **Eficácia**

Além de discutirem um eventual ataque americano à Síria do ponto de vista ético e legal, os participantes do debate falaram sobre a eficácia de uma iniciativa desse porte. Na interpretação de Dallari, **a medida seria inócua na promoção da paz, uma vez que não se trata mais de uma luta pela democracia, mas de uma disputa entre etnias.** “Em que medida um bombardeio às instalações militares da Síria poderia cessar um conflito que tem uma matriz étnica?”, questionou, advertindo que isso só levaria ao recrudescimento dos efeitos negativos da crise.

Ventura também pontuou a ineficácia de um possível ataque americano e das intervenções internacionais como um todo. De acordo com ela, **as guerras vêm sendo substituídas por outras formas de intervenção que, embora se apresentem como “cirúrgicas”, instauram estados difusos de violência, causam danos enormes e só restauram a dignidade parcialmente.** “Inúmeros países que sofreram intervenções não passaram por uma recuperação e continuam afundados na violência”, afirmou.

### **Alternativas**

Ao discutir caminhos para solucionar o conflito na Síria, Canevacci também destacou que o direito não é suficiente. Para ele, uma questão complexa como essa deve ser abordada a partir de um pensamento plural, que leve em consideração as dimensões da cultura e da cidadania e busque, acima de tudo, alternativas à guerra. **“Não existe um sistema objetivo — como o direito pretende ser — para resolver crimes de guerra; por isso precisamos enfrentar o problema na Síria com base na dialogia, abrindo-nos ao descentramento de valores e procurando superar a dicotomia entre bem e mal”,** concluiu.

Dallari reconheceu que o direito apresenta limitações diante da clivagem étnica presente no conflito e que é preciso promover o diálogo entre culturas. “Mas como fazer isso?” Para ele, a única possibilidade real de solução naquele momento era a proposta diplomática encabeçada pela Rússia.

Já Ventura lembrou que o direito internacional prevê alternativas à intervenção armada, mas que seriam muito mais trabalhosas. Segundo a jurista, a ONU poderia, por exemplo, apresentar o caso da Síria ao **Tribunal Penal Internacional** e pedir que os criminosos de guerra fossem julgados. No entanto, advertiu, haveria alguns obstáculos, visto que o tribunal não foi ratificado pelos Estados Unidos e por outras nações importantes.

## O MODELO DE HUGH LACEY PARA A ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE VALORES E A ATIVIDADE CIENTÍFICA

[www.iea.usp.br/noticias/hugh-lacey](http://www.iea.usp.br/noticias/hugh-lacey)

**A**utor de extensa obra voltada para a crítica da ciência, o filósofo **Hugh Lacey**, professor emérito da Swarthmore College, EUA, rejeita tanto o objetivismo positivista, que contesta a influência de valores na atividade científica, quando o relativismo pós-moderno, que nega a distinção entre os valores cognitivos e os valores éticos e sociais. Adepto de um ponto de vista intermediário entre esses dois extremos, o epistemólogo desenvolveu um modelo de interação entre valores e práticas científicas, o qual foi amplamente explorado durante sua primeira estada (2013) como professor visitante do IEA, quando trabalhou em parceria com o Grupo de Pesquisa Filosofia, História e Sociologia da Ciência e Tecnologia, do qual é integrante.

O modelo de Lacey destaca-se por incluir, **num mesmo quadro analítico, questões epistemológicas e implicações concretas da ciência na sociedade contemporânea**. Em seus estudos, o filósofo questiona a ideia de que a dominação da natureza constitui um valor ético intrínseco da prática científica e defende que as instituições científicas e os próprios cientistas devem levar em consideração os contextos sociais, ecológicos e humanos no momento da escolha da estratégia de pesquisa. **“O trabalho científico tem sido tratado mais como um negócio e os cientistas tem se sujeitado a pressões de produtividade que frequentemente os deixam sem tempo para refletir e discutir sobre suas responsabilidades como cientistas”**, ressaltou.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à jornalista Flávia Dourado, Lacey explica alguns dos pressupostos de seu modelo, critica a crescente submissão da ciência aos interesses econômicos e chama atenção para **a importância de desenvolver pesquisas alternativas às correntes hegemônicas**, investindo, por exemplo, em estudos sobre agroecologia como forma de colocar em relevo os riscos envolvidos na transgenia. De acordo com ele, **“as instituições científicas contemporâneas são dominadas pela noção de que a ciência visa a gerar inovações tecnocientíficas que contribuam para o crescimento econômico e, de modo mais geral, para o progresso tecnológico e econômico”**.

1) O modelo de interação entre ciência e valores proposto pelo senhor pressupõe a distinção entre os valores epistêmicos/cognitivos e os valores sociais e éticos. O que caracteriza cada um desses grupos de valores nas suas relações com a atividade científica?

No modelo, momentos (etapas) logicamente (não temporalmente) distintos da atividade científica foram identificados, entre eles: M1 – a adoção da estratégia da pesquisa; M2 – o empreendimento da pesquisa; M3 – a avaliação cognitiva das teorias e hipóteses; M4 – a disseminação dos resultados científicos; e M5 – a aplicação do conhecimento científico. Os valores epistêmicos/cognitivos dizem respeito a critérios para a avaliação cognitiva de teorias e hipóteses (isto é, sua avaliação como portadoras de conhecimento e entendimento de fenômenos) em M3. Incluem, entre outros, a adequação empírica, o poder explicativo e a consistência das teorias e hipóteses. Os valores sociais e éticos podem ter vários papéis (apropriados e, às vezes, inapropriados) nos demais momentos. Esses valores dizem respeito a, respectivamente, os ideais de uma sociedade boa ou desejável (p. ex., progresso, justiça social) e de comportamentos e relações humanas aceitáveis e obrigatórias (p. ex., honestidade, autonomia, solidariedade). A distinção entre valores cognitivos e os demais



© Mauro Bellesá/IEA-USP

“O conhecimento que informou o desenvolvimento e as inovações dos transgênicos (adquirido a partir de estratégias utilizadas em biologia molecular e biotecnologia) é concordante com a imparcialidade, mas nos diz pouco sobre os riscos ambientais e sociais decorrentes do uso de transgênicos ou sobre as alternativas (p. ex., agroecologia) que poderiam ser adotadas nas práticas agrícolas.”

- Hugh Lacey

tipos de valor subjaz o ideal de imparcialidade (ou objetividade), segundo o qual (em M3) os juízos sobre conhecimento científico devem ser baseados apenas em valores cognitivos, e não devem pressupor nem implicar nenhum compromisso com valores sociais e éticos.

**2) É a distinção entre esses dois grupos de valores que permite fazer uma crítica ética e política da ciência sem necessariamente questionar a objetividade científica?**

Sim. Valores políticos/éticos podem desempenhar papéis em todos os momentos, exceto M3, sem prejuízo da imparcialidade. Por exemplo, em M1, os valores sociais podem ter um papel fundamental na adoção de estratégias de pesquisa, em que as estratégias envolvem (1) restrições sobre os tipos de teorias e hipóteses a serem considerados em um programa de pesquisa e (2) critérios para a seleção dos dados empíricos a serem obtidos e registrados – quais fenômenos, em quais condições (frequentemente experimentais) – visando obter conhecimento dos fenômenos selecionados ou de aspectos deles, e identificar as possibilidades abertas a eles. Essas restrições limitam os tipos de fenômenos (e as possibilidades abertas a eles) sobre os quais adquirimos conhecimento em um projeto de pesquisa, de modo que os valores sociais podem exercer um papel na determinação de quais fenômenos serão investigados. No entanto, o conhecimento que obtemos dos fenômenos deve ser estabelecido em M3 à luz apenas de dados empíricos, independentemente de as asserções de conhecimento (teorias, hipóteses) sob avaliação manifestarem fortemente os valores cognitivos em relação a esses dados. A imparcialidade de tal conhecimento não é, portanto, prejudicada. É preciso lembrar, porém, que se trata de conhecimento dos tipos selecionados de fenômenos e que conhecê-los (em vez de outros tipos de fenômenos) pode ser especialmente proveitoso para interesses informados por certos valores sociais/éticos/políticos. Assim, podemos fazer críticas políticas/éticas à adoção dessas estratégias (em vez de outras) sem questionar a imparcialidade do conhecimento adquirido e sem sugerir que tal conhecimento (o conhecimento como conhecimento) deva ser contestado por motivos políticos/éticos. A crítica política/ética também levaria a pesquisas conduzidas sob outras estratégias que gerariam conhecimento dos fenômenos (tidos como interessantes à luz dos valores políticos/éticos em questão).

61

Esse ponto é de grande importância em minhas discussões sobre as controvérsias envolvendo o uso de transgênicos. [Ao longo desta entrevista, farei referência frequente ao caso dos transgênicos e de seus concorrentes, p. ex., a agroecologia.] O conhecimento que informou o desenvolvimento e as inovações dos transgênicos (adquirido a partir de estratégias utilizadas em biologia molecular e biotecnologia) é concordante com a imparcialidade, mas nos diz pouco sobre os riscos ambientais e sociais decorrentes do uso de transgênicos ou sobre as alternativas (p. ex., agroecologia) que poderiam ser adotadas nas práticas agrícolas. Considerações políticas/sociais/econômicas estão por trás da ênfase quase exclusiva em pesquisas conduzidas com estratégias da biologia molecular e da biotecnologia, e minimizam os estudos sobre os outros fenômenos aludidos acima. Do mesmo modo, considerações políticas/sociais/econômicas diferentes questionariam o descaso relativo com pesquisas conduzidas com estratégias que talvez denunciassem riscos e alternativas. De qualquer maneira, os valores políticos/éticos influenciam os juízos feitos em M1, mas (em princípio, para todas as partes) isso não contesta a imparcialidade em M3.

**3) Essa crítica focada nos valores éticos e sociais inclui o escrutínio da submissão da atividade científica aos valores econômicos, sobretudo aos ideais de desenvolvimento e progresso?**

Sim. As instituições científicas contemporâneas são dominadas pela noção de que a ciência tem como objetivo gerar inovações tecnocientíficas que contribuam para o crescimento econômico e, mais genericamente, para o progresso tecnológico e econômico. Isso tem várias consequências problemáticas, entre elas:

## Epistemologia

- a) Os critérios para avaliar as contribuições científicas e a produtividade de cada cientista tornaram-se entrelaçados com considerações econômicas (e, em alguns casos, acabaram subordinados a elas). Por exemplo, obter patentes para descobertas tornou-se um indicador de sucesso científico. O entrelaçamento entre considerações científicas e econômicas pode criar conflitos de interesse (p. ex., minimizando evidência de possíveis riscos no uso de uma nova droga, a fim de não pôr em perigo os lucros de sua aplicação comercial, ou mantendo em sigilo os dados empíricos relativos a riscos).
- b) O trabalho científico passou a ser tratado mais como um emprego comercial qualquer, e os cientistas tornaram-se sujeitos a pressões produtivistas que muitas vezes os deixam com pouco tempo para refletir e discutir sobre suas responsabilidades como cientistas. Marcos Barbosa de Oliveira, codiretor (com Pablo Mariconda) do Projeto Temático Fapesp Gênese e Significado da Tecnociência: Das Relações Entre Ciência, Tecnologia e Sociedade, do qual participo e que está sediado no IEA, escreveu artigos importantes sobre essas consequências.

#### **4) A ciência tem priorizado os valores vinculados aos interesses privados, ao capital, em detrimento daqueles vinculados aos interesses públicos, ao bem-estar social?**

Complementando minha resposta à pergunta anterior, a noção que subjaz a “ciência dos interesses privados” – a saber, que a ciência tem como objetivo gerar inovações tecnocientíficas que contribuam para o crescimento econômico e, mais genericamente, para o progresso tecnológico e econômico – consolida o destaque quase exclusivo que as instituições científicas dão às estratégias de pesquisa (p. ex., as da biologia molecular [leia resposta à pergunta 2]) que restrinjam as teorias estudadas àquelas que possam representar a lei e a estrutura subjacentes aos fenômenos de modo a dissociá-los de seus contextos ecológicos, humanos e sociais. Eu agora as chamo de estratégias descontextualizadoras. Como consequência da adoção quase exclusiva de estratégias descontextualizadoras, os efeitos ambientais e sociais da introdução de inovações (p. ex., os relacionados com mudanças climáticas) tendem a não ser devidamente estudados antes da sua introdução.

Tenho argumentado que a ciência dos interesses privados não só conflita com o ideal da tradição científica moderna (a saber, que o conhecimento científico pertence ao patrimônio comum da humanidade), como também enfraquece as instituições democráticas. Em diversos escritos recentes, propus que esta abordagem da investigação científica precisa ser contrabalançada por um forte apoio (incluindo níveis adequados de financiamento) a pesquisas enquadradas pela seguinte pergunta:

“Como, por quem, com quais prioridades e usando que tipos de estratégias deve a pesquisa científica ser conduzida, e como as tecnologias devem ser desenvolvidas e geridas de modo a assegurar que a natureza seja respeitada, que seus poderes regenerativos não sejam ainda mais debilitados ou que sejam restaurados sempre que possível, e que os direitos, bem-estar e condições de participação construtiva em uma sociedade democrática sejam fortalecidos para todos em todos os lugares?”

Obviamente, esta pergunta é motivada por valores éticos/sociais e pelo desejo de que interesses públicos não sejam subordinados a comerciais. Entretanto [leia resposta à pergunta 2], isso não implica que conhecimento imparcial dos fenômenos – p. ex., associado a riscos ambientais, além de abordagens ligadas a atividades práticas (como agricultura) não baseadas em inovações tecnocientíficas – não possa ser obtido em pesquisas conduzidas sob as estratégias adotadas, do mesmo modo como o objetivo de promover o crescimento econômico e o progresso (também valores sociais) é consistente com a obtenção de conhecimento imparcial sobre os fenômenos e suas leis e estruturas subjacentes.

**5) O senhor associa o princípio baconiano de controle da natureza à abordagem descontextualizada da ciência, marcada pela desconsideração dos contextos ecológicos, sociais e humanos que permeiam os fenômenos estudados. Que valores predominam nessa abordagem?**

Sim, argumentei que há relações de reforço mútuo entre a adoção de estratégias descontextualizadoras e a defesa de um conjunto de valores que inclui os valores do progresso tecnológico, como eu agora os chamo. Nesse conjunto de valores, o exercício do controle sobre os objetos naturais – ou, na terminologia de Bacon, o “domínio da natureza” – torna-se por si mesmo um valor social que não é subordinado de forma sistemática e geral a outros valores sociais, e atribui-se um alto valor ético às inovações que ampliam a capacidade humana de exercer controle sobre os objetos naturais, à penetração cada vez maior de tecnologias em mais e mais domínios da vida cotidiana, da experiência humana e das instituições sociais, e à definição de problemas em termos que permitam soluções tecnocientíficas. Os artigos de Pablo Mariconda sobre esse assunto são muito bons. Além disso, no estado atual da tecnociência, a defesa dos valores do progresso tecnológico é reforçada e reinterpretada pelo fato de que hoje as instituições que incorporam os valores do capital e do mercado (em especial, o crescimento econômico e o primado da propriedade) são os grandes arautos desses valores.

**6) É a predominância desses valores que dificulta o avanço de pesquisas voltadas para a inclusão social e a sustentabilidade? Quais os desafios para se colocar em prática programas de pesquisa alternativos à abordagem descontextualizada da ciência?**

Das mais variadas maneiras, os valores do progresso tecnológico (especialmente quando interpretados à luz dos valores do capital e do mercado) estão em conflito com os de justiça social, inclusão social, bem-estar de todos e sustentabilidade ambiental. Onde quer que predominem (e hoje eles predominam na maioria dos países), a tendência é haver pouco incentivo público ou privado, poucos recursos materiais, financeiros ou de qualquer outro tipo para a realização de pesquisas que tenham relações de reforço mútuo com valores antagônicos. Por exemplo, usando meu exemplo anterior, há pouco apoio para a agroecologia, para a investigação dos riscos decorrentes de mecanismos socioeconômicos provocados talvez pela introdução de inovações tecnocientíficas, para estudos sobre programas de saúde pública que envolvam a participação integral de grupos locais (seja em pesquisa ou em prestação de serviços), ou para pesquisas sobre a possível interação fecunda entre estudos científicos modernos e conhecimentos indígenas e os métodos de adquiri-los, ou ainda sobre tecnologia social – para mencionar apenas algumas áreas importantes. (A propósito, refiro-me às estratégias necessárias para pesquisas nessas áreas como “estratégias alternativas”, isto é, estratégias que não são redutíveis a estratégias descontextualizadoras. Todavia, quando apropriado, tais pesquisas também usam os resultados obtidos sob estratégias descontextualizadoras. As estratégias alternativas não podem substituir as descontextualizadoras para todos os fins de pesquisa. O modelo permite uma pluralidade de estratégias; não contesta a importância central das estratégias descontextualizadoras.)

Os filósofos da ciência (como eu) têm um papel importante, a saber, mostrar (entre outras coisas):

- (1) que o predomínio quase absoluto das estratégias descontextualizadoras na pesquisa científica natural contemporânea não está fundamentado nos ideais – imparcialidade, neutralidade e autonomia – da tradição científica;
- (2) que, na realidade, o predomínio dessas estratégias se deve mais às relações de reforço mútuo entre a sua adoção e a defesa dos valores do progresso tecnológico;

## Epistemologia

- (3) que, quando a pesquisa como um todo é conduzida sob uma pluralidade de estratégias, a possibilidade de se avançar na realização dos ideais tradicionais fica evidente. De modo mais geral, os filósofos da ciência procuram mostrar que a ciência não tem de ser conduzida do modo como ocorre na grande maioria das instituições científicas e que há bons motivos (baseados nos ideais da tradição) para que essas instituições abram espaço para as alternativas.

O grande desafio é conquistar — e expandir ainda mais — o espaço para realizar pesquisas sob as estratégias alternativas. Isso envolve muitas dimensões.

Mas esse é apenas um passo inicial. O desafio é também obter insumos de muitas partes, cada uma delas envolvida em esforços em seu próprio espaço e práticas. As perspectivas de sucesso [futuro] dependerão de se obter sucesso [no presente], inicialmente em pequena escala, em diversos espaços e práticas, que, por sua vez, abram possibilidades de expansão quando colocados em interação dialética uns com os outros.

- 7) Na sua proposta de pesquisa para o IEA, o senhor fala em valores éticos, econômicos e sociais que, por um lado, sustentam a objetividade científica frente aos argumentos pós-modernos, mas, por outro, rejeitam caracterizações dessa objetividade que são tributárias do positivismo. Quais são os argumentos pós-modernos e as caracterizações de matiz positivista contestados e o que resulta da exclusão desses extremos?**

“Positivismo” e “pós-modernismo” são termos bastante usados, mas raramente de maneira precisa ou unívoca. Assim, mencionarei apenas alguns aspectos desses pontos de vista, sem tentar caracterizá-los completamente.

Em relação ao positivismo, eu critico a noção — encontrada em muitos descendentes intelectuais do positivismo lógico do Círculo de Viena na década de 1930 — segundo a qual (em meus termos) não há papel legítimo para valores sociais/éticos em M1 ou M3. Esse é o cerne da famosa asserção “positivista” de que “a ciência é isenta de valores”. Na prática, esses positivistas raramente fizeram distinção entre os dois momentos ou, como eu faço, entre adotar uma estratégia e aceitar uma teoria. Para eles, o que eu diagnostico como restrições a teorias a partir de estratégias descontextualizadoras faz parte de sua caracterização de teoria científica. Isso teve como consequência que a relação entre a adoção quase exclusiva de estratégias descontextualizadoras e a defesa dos valores do progresso tecnológico permaneceu efetivamente invisível.

O ponto de vista “pós-moderno” que critico é altamente sensível ao papel dos valores do progresso tecnológico e aos vínculos entre esses valores e os valores do capital e do mercado na formação da ciência contemporânea. Alega-se não haver distinção nítida entre valores cognitivos e valores sociais/éticos, e, portanto, que os valores sociais/éticos podem desempenhar um papel legítimo em M3. Como consequência disso, até avaliações bem feitas de teorias e hipóteses científicas são essencialmente marcadas pelo relativismo. Nega-se que uma distinção significativa entre objetividade e subjetividade possa ser mantida. Isso às vezes foi tomado para justificar a rejeição de grande parte da ciência estabelecida pelo simples motivo de ela manter fortes vínculos com os valores do capital e do mercado.

Minha posição, que evita os dois extremos, reconhece um papel legítimo para os valores sociais/éticos em M1, mas não em M3. Ela defende a distinção entre os valores cognitivos e os de outros tipos, mas reconhece que os valores sociais/éticos desempenham muitos papéis legítimos na condução da pesquisa e mostra como isso não precisa levar ao relativismo ou ao subjetivismo. Permite que haja uma crítica social/política das práticas científicas reais, sem tornar a avaliação cognitiva das teorias científicas uma questão de crítica sociopolítica (distinguindo-se, por exemplo, da noção de serem objetos de pesquisa e de seus resultados serem aplicados).



## O ESFORÇO PARA ESTRUTURAR UMA CIÊNCIA FRAGMENTADA

[www.iea.usp.br/noticias/jerry-hogan](http://www.iea.usp.br/noticias/jerry-hogan)



"Historicamente, uma das maiores controvérsias na etologia é se um comportamento particular deve ser considerado inato ou aprendido. Muitos etólogos americanos e ingleses sustentavam que todo comportamento requer experiência para se desenvolver, o que enfraqueceu o conceito de instinto no estudo do desenvolvimento. Por outro lado, muitos etólogos da Europa continental insistiam que o conceito de inato era útil e necessário."

- Jerry Hogan

**A**o longo de sua carreira, **Jerry Hogan** vem observando um processo de fragmentação da sua área de estudo em diversas subáreas. Pesquisador do comportamento animal há mais de 50 anos, atualmente o professor emérito do Departamento de Psicologia da University of Toronto, Canadá, tem se concentrado em **combater o que considera ser um efeito colateral desse movimento de especialização da etologia: a redução da comunicação entre cientistas e o consequente aumento das controvérsias entre grupos de subáreas diferentes.**

Segundo o etólogo, fazer frente a esse problema requer uma obra transversal e abrangente, que ofereça um referencial teórico unificado para estudar o **comportamento animal e humano**. É esse o objetivo de "The Study of Behavior" ("O Estudo do Comportamento"), livro que Hogan está escrevendo durante sua estada como professor visitante do IEA. A ideia do trabalho é sistematizar conceitos e resultados obtidos pelas diversas especialidades da etologia e, assim, abrir espaço para uma maior interlocução entre pesquisadores e para o surgimento de novos insights na área.

Na entrevista a seguir, concedida à jornalista Flávia Dourado, Hogan faz uma retrospectiva do surgimento da etologia e das origens do movimento de fragmentação da área, fala sobre a **importância da comunicação entre as especialidades do estudo do comportamento animal** e explica a proposta do livro ao qual vem se dedicando.

### 1) Por que é preciso integrar, a partir de um único enquadramento, conceitos e fatos de várias subáreas da etologia?

No final do século 19 e início do século 20, quando o estudo do comportamento ainda estava começando, foram propostos inúmeros conceitos e ideias para pensar essa nova área do conhecimento. Na psicologia, particularmente na América do Norte, muitas dessas ideias se fundiram em um campo chamado **BEHAVIORISMO**, que estava preocupado com problemas relacionados à aprendizagem. Na biologia, especialmente na Europa, essas ideias se aglutinaram em torno de um campo chamado **ETOLOGIA**, que estava interessado no comportamento de animais em seu habitat natural. Para esses primeiros etólogos, o instinto consistia num dos conceitos mais importantes.

Posteriormente, em meados do século 20, muitos cientistas comportamentais se voltaram para a relação entre aprendizado e instinto, e em 1970 o etologista inglês Robert Hinde publicou o livro "Animal Behavior: A Synthesis of Ethology and Comparative Psychology" ["Comportamento Animal: Uma Síntese da Etologia e Psicologia Comparada"]. O autor fez um excelente resumo da literatura dos dois campos, mas não chegou a oferecer um enquadramento geral, de modo que psicólogos e etólogos continuaram tendo dificuldades para entenderem uns aos outros.

No final do século 20, muitos psicólogos deixaram de se interessar pelos processos de aprendizagem e começaram a estudar os processos cognitivos ou as questões econômicas. Ao mesmo tempo, os etólogos se tornaram ou mais moleculares [referência à biologia molecular, que se concentra no estudo da fisiologia e dos genes] – levantando questões relativas à neuropsicologia e genética –, ou mais interessados em ecologia e temas relacionados a populações [relativos ao estudo de grupos de animais]. Em ambos os casos, a compreensão do comportamento do animal individual ficou comprometida.



## Etologia

Além disso, os cientistas comportamentais fazem diferentes tipos de indagações sobre o comportamento, referentes a causas e consequências ou ao desenvolvimento e à evolução de um comportamento em particular. E muitas das controvérsias correntes na literatura da área surgem porque muitos pesquisadores não percebem que estas questões são complementares, e não excludentes.

### 2) **Que enquadramento geral seria esse, capaz de fazer frente a uma tal fragmentação?**

O enquadramento que estou propondo deriva de um quadro da etologia clássica, mas é bem mais amplo e pode incorporar facilmente conceitos e dados da psicologia experimental, neuropsicologia e biologia evolutiva. Sua principal característica é enfatizar a definição de partes do comportamento — relacionadas a padrões e percepções de comportamento — e a organização dessas partes em torno de um sistema. Em outras palavras, o enquadramento começa pela definição da estrutura do comportamento. A partir de uma concepção consistente de estrutura, é possível ver como essas partes do comportamento são ativadas, quais são as consequências de sua ativação, como se desenvolveram, além de investigar sua evolução.

### 3) **Por que a comunicação entre as diversas subáreas da etologia é tão importante? Que problemas decorrem de falhas nessa comunicação?**

A comunicação entre subáreas é tão importante porque soluções para problemas que interessam a um grupo de cientistas frequentemente requerem conhecimentos já dominados por outros grupos. Exemplo: que questões seriam levantadas por diferentes especialidades diante do fato de que muitas espécies de pássaros mostram padrões anuais de migração? Os ecologistas indagariam qual é o padrão anual de disponibilidade de comida ou de locais apropriados para fazer ninhos em áreas utilizadas por uma espécie em particular. E as respostas obtidas poderiam explicar por que os pássaros migram em certas épocas do ano e por que escolhem habitats específicos para alimentação e construção de ninhos. Mas, se o interesse fosse entender como os pássaros são capazes de voar por distâncias tão longas, seria necessário investigar a fisiologia das espécies. E se o interesse fosse compreender como os pássaros sabem para onde voar e como reconhecem o habitat apropriado quando chegam, seria preciso buscar informações sobre capacidades sensoriais e habilidades perceptivas das espécies. E essas informações poderiam ser obtidas tanto com etólogos quanto com psicólogos.

### 4) **O senhor poderia dar um exemplo de um conceito constituído em uma subárea e que vem sendo mal interpretado por outra subárea, de algum caso de controvérsia que tenha sido gerada a partir dessa interpretação incorreta ou de algum episódio em que a falta de comunicação tenha dificultado avanços na área?**

As controvérsias surgem quando, por exemplo, **um grupo de cientistas afirma que os pássaros migram porque precisam de diferentes habitats para se alimentarem e fazerem ninhos, enquanto outro grupo defende que os pássaros migram porque períodos prolongados de luz estimulam hormônios que lhes dão a energia necessária para vôos longos.** Ambas as hipóteses são verdadeiras e necessárias para o entendimento do porquê os pássaros migram. Historicamente, uma das maiores controvérsias na etologia é se um comportamento particular deve ser considerado inato ou aprendido. Muitos etólogos americanos e ingleses sustentavam que todo comportamento requer experiência para se desenvolver, o que enfraqueceu o conceito de instinto no estudo do desenvolvimento. Por outro lado, muitos etólogos da Europa continental insistiam que o conceito de inato era útil e necessário. Nesse caso, a controvérsia surgiu de divergências na definição da palavra “inato” e na escolha dos problemas de pesquisa pelos dois lados.

**5) Qual é a especialidade do senhor no campo da etologia? Porque decidiu desenvolver um trabalho voltado para a integração de todas as áreas?**

Minha pesquisa e meus interesses estão voltados para o entendimento da estrutura, da motivação e do desenvolvimento do comportamento. Tenho usado peixe tropical, um tipo de peixe de aquário, e o *junglefowl*, um ancestral selvagem das galinhas domésticas, como meus primeiros modelos de estudo dessas questões. Optei por uma espécie selvagem porque se acreditava que seu comportamento seria mais “natural”, mas, na verdade, não há muita diferença entre o *junglefowl* e a maioria das raças domésticas. Com base na observação desses animais, tenho investigado comportamentos agressivos, de alimentação, higiene, sono e medo, incluindo os efeitos dos ritmos circadianos em tais comportamentos. E, já que meus interesses são muito abrangentes, frequentemente sou confrontado com más interpretações e controvérsias como a que mencionei.

**6) De acordo com o seu projeto, o livro não foi pensado como uma obra de revisão da literatura ou um compêndio. Como ele deve ser entendido?**

A proposta é apresentar minhas ideias sobre o comportamento. Embora eu venha citando artigos pertinentes que oferecem evidências para essas ideias, o livro não será uma revisão de literatura. Mas, mesmo não sendo um compêndio no sentido estrito, espero que proporcione material para discussão em seminários de graduação e entre cientistas profissionais.



**“HISTORICAMENTE, UMA DAS MAIORES CONTROVÉRSIAS NA ETOLOGIA É SE UM COMPORTAMENTO PARTICULAR DEVE SER CONSIDERADO INATO OU APRENDIDO.”**

CARTA ABERTA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE A INVAÇÃO E OCUPAÇÃO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO DA USP PELOS ESTUDANTES NO PERÍODO DE 01 DE OUTUBRO A 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo vem a público manifestar o seu REPÚDIO AOS ATOS DE DEPREDACÃO PRATICADOS EM SUA SEDE PELOS ESTUDANTES QUE INVADIRAM E OCUPARAM INSTALAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA UNIVERSIDADE NO PERÍODO DE 1º DE OUTUBRO A 12 DE NOVEMBRO DE 2013. Esses atos afrontam o bom senso e violam o Código de Ética da Universidade.

Além de prejuízos materiais significativos ao patrimônio público e sofrimento emocional aos servidores da USP que ali trabalham em benefício dos próprios estudantes, OS INVASORES CAUSARAM A INTERRUPÇÃO DE VÁRIAS ATIVIDADES ACADÊMICAS E OBSTRUÍRAM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, INCLUSIVE OS URGENTES.

O IEA teve a programação do quarto trimestre deste ano afetada gravemente, assim como prejudicadas atividades futuras em fase de planejamento, inclusive as em parceria com instituições nacionais e internacionais.

Diante dos fatos relatados, o Conselho Deliberativo do IEA reafirma o compromisso do Instituto de prosseguir em sua missão, livre de constrangimentos às suas atividades, de modo a assegurar a continuidade do seu papel singular de local de diálogo interdisciplinar, sempre contemplando os melhores valores acadêmicos, de gestão e de convivência.

Adicionalmente, este Conselho enfatiza a importância das seguintes ações imediatas:

1. Formalizar, no âmbito do IEA, um programa que, sem reduzir de nenhuma forma as responsabilidades por desmandos e destruição, promova ampla discussão sobre as raízes do presente mal-estar e proponha políticas institucionais para a USP, de forma a gerar subsídios que contribuam com a atuação dos gestores e fóruns deliberativos da Universidade na proposição de iniciativas e na tomada de decisões;
2. Sedar o IEA provisoriamente em outras instalações, com condições mais apropriadas, dentro ou fora do campus da Capital, até que a sede definitiva do Instituto, em fase de licitação, esteja concluída.

Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

São Paulo, 19 de novembro de 2013.

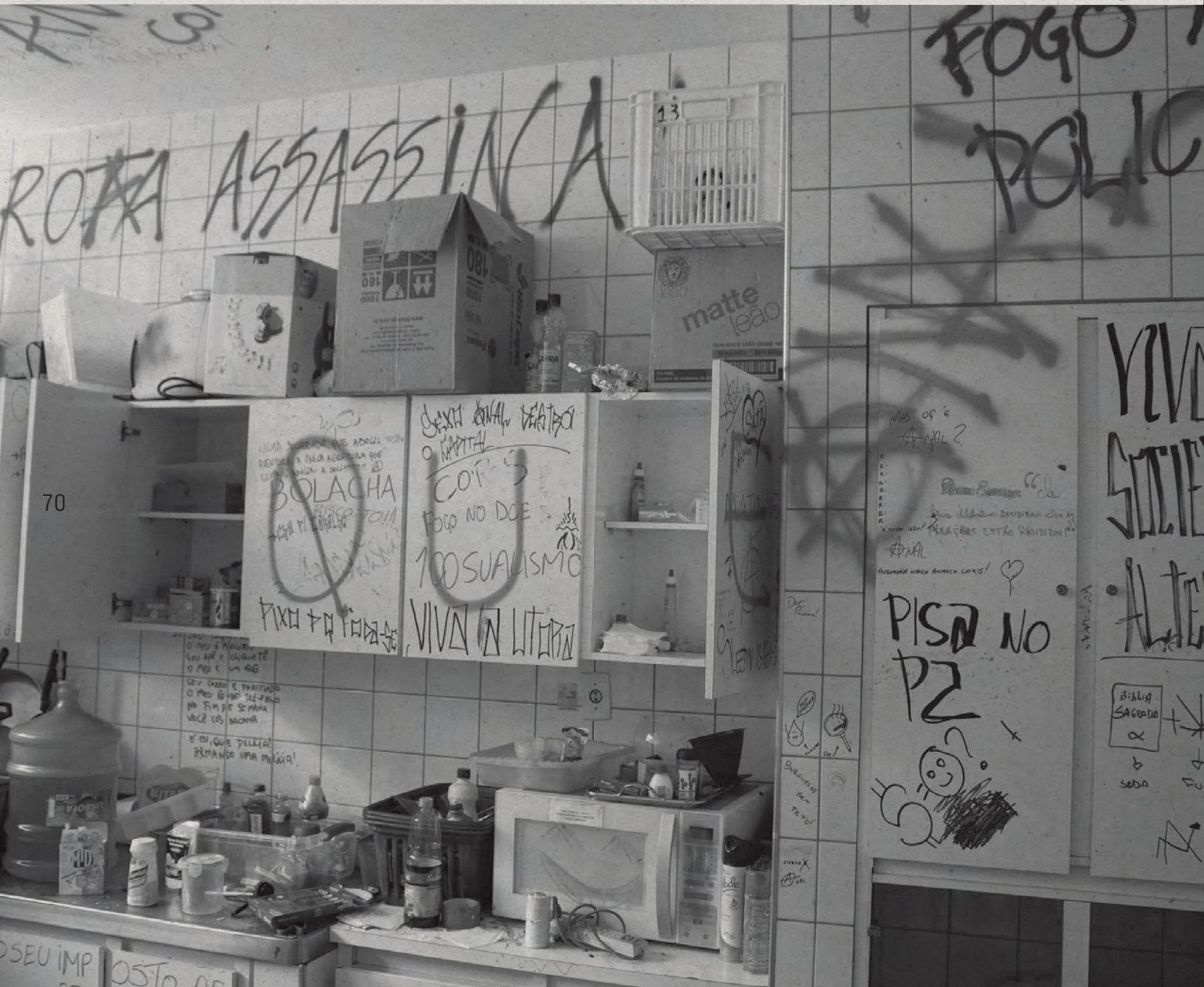
# UM PROGRAMA QUE PROMOVA AMPLA DISCUSSÃO SOBRE AS



# RAÍZES DO PRESENTE MAL-ESTAR



# Violência



@Mauro Belleza / IEA-USP





**“...A VIOLÊNCIA NÃO É UM MEIO DA POLÍTICA,  
A VIOLÊNCIA É A NÃO-POLÍTICA. PARECE  
QUE AGORA ESTÁ HAVENDO UMA TENTATIVA  
DE RETOMAR A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA COMO  
UM LUGAR DA POLÍTICA.”**

**— SERGIO ADORNO**

71



Depredação da Administração Central da USP, onde também se localiza o IEA-USP, durante a invasão e ocupação por estudantes de 1º de outubro a 12 de novembro de 2013

**“NÃO HÁ DÚVIDA QUE, NUMA CERTA PERSPECTIVA, REPRESENTANTES DA GRANDE IMPRENSA REPRESENTAM TAMBÉM O PODER, OU, DE ALGUMA MANEIRA, O PACTO PREVALENTE, E SO- FREM AGRESSÕES. DE OUTRO LADO, QUEM ABASTECEU ESSAS PESSOAS DE INFORMAÇÃO FOI UMA COMBINAÇÃO DE VIVÊNCIAS PRÁTICAS, NO CASO DO TRANSPORTE, E INVESTIGAÇÕES LEVADAS A CABO POR JORNALISTAS.” — EUGÊNIO BUCCI**

Para Lúcia Maciel, as manifestações devem ser pensadas a partir de um movimento global: “Fala-se de maio de 68 como uma matriz de uma nova forma de fazer política, mas acho que a década de 90 foi rica em movimentos contra a globalização neoliberal, como os Dias de Ação Global, o Movimento Zapatista e outros eventos que não fazem parte das nossas reflexões. Ali já havia uma nova matriz política, de ação direta, da vida performática, da perda da seriedade da política, do uso da internet. Ali havia germes fundamentais para entendermos o que está acontecendo hoje”.

72

Hernan Chaimovich defendeu maior participação da USP nos debates sobre as questões de interesse da sociedade: “Esta universidade tem uma responsabilidade que lhe cabe em função do respeito ao contribuinte paulista. Ou a USP começa a falar como estamos falando hoje, ou o pretensão papel do intelectual não se tornará uma realidade política. Por outro lado, não posso deixar de dizer que Occupy Wall Street teve um fim melodramático, ou seja, deu em nada. E essa é uma possibilidade que não foi tratada aqui”.

Matheus Preis defendeu a ampliação dos espaços de participação direta da população, como os conselhos de bairros, e questionou o papel da imprensa: “Que serviço ela tem prestado à sociedade ao abafar todas as manifestações políticas dos movimentos de contestação da ordem que ocorrem diariamente no país? **A gente vai precisar levar centenas de milhares de pessoas à rua para barrar esse embargo midiático?**” Ele defendeu também a desmilitarização da polícia.

André Singer disse manter sua posição inicial de perplexidade diante dos acontecimentos e que a possibilidade, aventada por Chaimovich, de tudo terminar subitamente não é absurda, “**porque realmente há uma característica desses movimentos convocados pelas redes sociais: eles são fáceis de convocar, mas são menos organizados, menos permanentes**”. Destacou que ou a sociedade se organiza, ou os avanços não vão acontecer, mas que é preciso analisar com bastante cuidado as linhas de avanço possíveis para acelerar esse processo: “**Embora eu compreenda que estamos em face de novas realidades, insisto que as velhas divisões de classe, sobretudo num país como o Brasil, continuam sendo muito importantes**”.

Para Bucci, o envelhecimento dos partidos políticos no Brasil tem a ver com uma rendição das máquinas partidárias à atuação como administradoras de métodos mais ou menos corruptos, tornando-se máquinas eficientes dentro de um sistema de agenciamento de interesses indevidos. Ele defendeu a diminuição de privilégios dos políticos, a admissão de outras formas de representação que não os partidos, “**por mais que eles sejam necessários**”, e a mensuração da qualidade de prestação do serviço público.

**“OUTRAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO**





Uma publicação do IEA-USP impressa em agosto de 2014 p  
ela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

# A HORIZONTALIDADE É O FATOR UNIFICADOR DOS MOVIMENTOS QUE GANHARAM AS RUAS,

na opinião de Arlene Clemesha. |

73

## ESSE FATOR REIVINDICA UM NOVO PARADIGMA DE AÇÃO POLÍTICA,

segundo ela, que indagou se *“a proposta de reforma política não está justamente falhando na medida em que não conseguiu interpretar esse movimento, pois está sendo proposta da forma mais vertical possível, a partir de uma proposta da Presidência”*.

**QUE NÃO OS PARTIDOS”** – Eugênio Bucci

## Avaliações e propostas

**NA ÚLTIMA PARTE DO ENCONTRO, ENTREVISTADOS E ENTREVISTADORES APRESENTARAM SUAS CONSIDERAÇÕES FINAIS, MUITAS DELAS SOBRE AS PERSPECTIVAS PARA O PAÍS DEPOIS DAS MANIFESTAÇÕES E SOBRE AS ATITUDES A SEREM ADOTADAS POR VÁRIOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE.**

Sorj encerrou sua participação dizendo identificar uma unidade nos movimentos: “Queremos um país mais decente”. Caracterizou o momento como de luta por um nacionalismo renovado, cívico. “O Brasil melhorou nos últimos 20 anos, mas essa melhoria não trouxe uma identificação com o sistema político, com as instituições.”

Para o avanço na questão do transporte público em São Paulo, Graziela Kunsch defendeu três ações: apoio ao anteprojeto de lei sobre a tarifa zero, que precisa de 500 mil assinaturas para ser apresentado à Câmara de Vereadores; um conselho municipal deliberativo sobre a tarifa com uma composição enxuta e encarregado de definir a planilha de custos; e a substituição do atual secretário dos Transportes Jilmar Tatto, “porque as ações e declarações dele sugerem que ele tem uma relação intensa com empresários do setor”.

“Uma nova fo  
performática  
onde as  
se

E TENTAM  
coisas

não  
muito

mas que

os temas

de massa

mídia das

É QUASE

d a d a í

underground q

as problemáticas

forma de arte  
urbana,  
pessoas  
customizam  
REPRESENTAR  
que  
estão  
claras,  
refletem

da mídia  
via  
redes.

UM  
s m o  
trabalha  
políticas.”

— Eda Tassara

Jacobi defendeu que os governos deem transparência à sua política, já que há lobbies poderosos e contratos bilionários relativos a transporte e resíduos sólidos. Defendeu também o fortalecimento dos mecanismos da democracia participativa, para que se saiba “de onde vem o dinheiro e como gastá-lo”. No âmbito da universidade e dos atores públicos, Jacobi espera que se trabalhe mais a questão da aprendizagem social e do diálogo entre os diferentes atores sociais.

Baena disse não acreditar que possa surgir uma nova forma de fazer política e de apresentação: “Nós, civilizados, temos de achar que o caminho é institucional e que podemos melhorar as instituições que temos. Acredito que devemos investir na reforma política e que ela não é só uma questão de financiamento de campanhas. Nunca experimentamos o voto distrital, nunca fizemos outras aproximações com nossos representantes, que precisam ser experimentadas no Brasil, além de uma discussão próxima do orçamento”.

“Temos dificuldade em entender o que está acontecendo no plano das imagens e no plano das estratégias”, afirmou Eda Tassara. No plano das imagens, ela acredita que estamos assistindo a “uma nova forma de arte performática urbana, onde as pessoas se customizam e tentam representar coisas que não estão muito claras, mas que refletem os temas da mídia de massa via mídia das redes. É quase um dadaísmo underground que trabalha as problemáticas políticas”. Para ela, a representatividade e a participação não funcionam porque há uma permeabilidade do sistema político a interesses que não são os da representação da sociedade, mas sim interesses estratégicos de determinados setores.

#### UNIVERSIDADE DE PAULO

Reitor Marco Antonio Zago

Vice-Reitor Vahan Agopyan

Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária Maria Arminda do Nascimento Arruda

Pró-Reitor de Graduação Antonio Carlos Hernandez

Pró-Reitor de Pesquisa José Eduardo Krieger

Pró-Reitora de Pós-Graduação Bernadette Dora Lombossy de Melo Franco

Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

Diretor Martin Grossmann

Vice-Diretor Carlos Roberto Ferreira Brandão

Conselho Deliberativo Ellen Gracie Northfleet, Carlos Roberto Ferreira Brandão,

Guilherme Ary Plonski, João Palermo Neto, Martin Grossmann, Regina Pekelmann

Markus, Roberto Mendonça Faria, Rudinei Toneto Jr e Sedi Hirano

Textos Flávia Dourado e Mauro Bellesa

Projeto Gráfico Gisela Motta e Joana Figueiredo

Diagramação Joana Figueiredo

Uma publicação do IEA-USP impressa em agosto de 2014

pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

@ Mauro Bellesa/IEA-USP

## GRAZIELA KUNSCH / MATHEUS PREIS

Kunsch perguntou a Preis se ele consideraria outra composição e outra função para o novo Conselho Municipal de Trânsito e Transporte, de caráter consultivo, criado pela Prefeitura de São Paulo dois dias antes do debate, com 39 membros: 13 de órgãos municipais; 13 ligados aos operadores do transporte (sindicatos e associações) e 13 representantes da sociedade civil a serem eleitos por voto direto. Preis disse que uma proposta que atenderia aos desejos da população seria a criação de um conselho deliberativo com maioria de membros da população. Para ele, o conselho criado pelo prefeito Haddad representa uma tentativa da Prefeitura de proteger o caráter de mercadoria do transporte.

## RENATO CORRÊA BAENA / ANDRÉ SINGER

Baena quis saber de Singer, se a proposta de reforma política apresentada pela presidente Dilma poderia resolver o problema da representatividade política e possibilitar o combate à corrupção e à desigualdade social. Singer disse acreditar que a reforma política possa ajudar no controle da corrupção, “pois uma de suas causas é a questão do financiamento das campanhas, extraordinariamente caras e financiadas pelo poder econômico, que não dá esse dinheiro à toa, vai cobrar depois”. Ele crê também na possibilidade que uma reforma promova “uma representação mais autêntica, menos influenciada pelo poder econômico, que avance na justiça social, desde que o Congresso Nacional se torne menos conservador”.

## PEDRO JACOBI / ANDRÉ SINGER

Jacobi comentou que os movimentos sociais urbanos das décadas de 70 e 80 permitiram o surgimento da democracia participativa, que depois foi incorporada na Constituição de 88, e perguntou a Singer como ampliar os mecanismos de participação. Para Singer, está na hora de retomarmos as experiências daquela época, como no caso do orçamento participativo: “Existe até uma proposta de um sistema nacional de orçamento participativo e de um sistema nacional de participação popular”.

no segundo, foram

convidados quatro

entrevistados:

o cientista político

André Singer,

professor da

Faculdade de

Filosofia, Letras

e Ciências Humanas

(FFLCH), o jornalista

Eugênio Buccini,

professor da Escola

de Comunicações

e Artes (ECA), o

estudante Matheus

Preis,

integrante do MPL, e

a antropóloga

Maria Lúcia Montes,

professora aposentada

da FFLCH.

As perguntas aos

quatro ficaram a

cargo de

Sergio Adorno,

Renato Janine

Ribeiro, Eda Tassara,

Bernardo Sorj,

Hernan Chaimovich,

Pedro Jacobi,

Lúcia Maciel Barbosa

de Oliveira,

Graziela Kunsch,

Arlene Clemesha,

Renato Corrêa Baena e

Martin Grossmann, que

também moderou

o encontro.

## Perguntas do público

CLÁUDIA MORAES / MATHEUS PREIS

Moraes, da Unesp de Marília, perguntou a Preis se o MPL avaliou as transgressões à pauta inicial das manifestações e se existe a possibilidade de uma institucionalização do movimento. Preis disse que o movimento conseguiu o que queria — a revogação do aumento das tarifas de transporte — e agora se recolheu para construir um novo processo: “Ganhamos a luta. Não dá simplesmente para colocar outra pauta artificialmente. Não é assim que o movimento funciona. Vamos continuar na nossa luta por tarifa zero, pela municipalização do transporte e pela gestão popular”.

ADAMI CAMPOS / ANDRÉ SINGER

Campos quis saber de Singer qual a postura que os partidos políticos devem adotar, diante da crise de representatividade, para solucionar o vácuo entre Estado e sociedade. Para Singer, o que os partidos deveriam fazer é um processo de reflexão e de transformação no sentido de desburocratização, de desprofissionalização e de abertura real para os movimentos de base, mas disse não estar otimista quanto a isso, “porque na verdade os partidos cumprem funções eleitorais e governativas que estão funcionando, então acho difícil que eles façam essa operação, mas é o que deveriam fazer. Mas entre o que deveria ser feito e o que vai ser feito existe a realidade”.

GUSTAVO VENTURI / EUGÊNIO BUCCI

Venturi, da FFLCH, indagou a Bucci se a crise de representatividade também atinge a mídia corporativa e se os ataques a veículos de emissoras e manifestações contra repórteres não refletem isso. Bucci disse que, sem dúvida, foi contraditória a série de contatos que os movimentos tiveram com a imprensa, indo da solidariedade aos jornalistas que foram vítimas da violência policial à repulsa a organizações de mídia, no caso de peruas de emissoras depredadas e incendiadas. “Não há dúvida que, numa certa perspectiva, representantes da grande imprensa representam também o poder, ou, de alguma maneira, o pacto prevalecente, e sofrem agressões. De outro lado, quem abasteceu essas pessoas de informação foi uma combinação de vivências práticas, no caso do transporte, e investigações levadas a cabo por jornalistas.”

# OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS DAS DÉCADAS DE 70 E 80 PERMITIRAM O SURGIMENTO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

# COMO AVANÇAR?

[www.iea.usp.br/noticias/movimento-de-movimentos](http://www.iea.usp.br/noticias/movimento-de-movimentos)

## 2º DEBATE

O segundo debate teve o nome **Como Avançar?** Desta vez, 11 pesquisadores apresentaram questões a quatro entrevistados, entre os quais um representante do Movimento Passe Livre (MPL), entidade central nas manifestações ocorridas em várias cidades. Além de novas indagações sobre como definir o que foi chamado de “um movimento de movimentos”, destacou-se que os analistas ainda precisam examinar fatos tão excepcionais com uma cautela humilde. Na rodada final de exposições, os participantes apresentaram suas opiniões sobre como a sociedade deve avançar em resposta às reivindicações dos manifestantes.

Com a redução das tarifas de transporte em várias cidades e o fim da Copa das Confederações da Fifa, motivadora de vários protestos nas cidades-sede dos jogos, as manifestações de junho diminuíram de frequência e amplitude. Nesse momento, o IEA decidiu realizar um segundo debate, *Como Avançar?*, no dia 3 de julho, para uma avaliação das perspectivas para as questões sociais e políticas trazidas à tona pelas manifestações.

RENATO JANINE RIBEIRO / MARIA LÚCIA MONTES

Janine iniciou a entrevista com uma pergunta a Maria Lúcia (ambos participaram via rede) sobre as similitudes das manifestações atuais com aquelas de maio de 1968 em Paris, vivenciadas pela pesquisadora. Na resposta que enviou por escrito ainda durante o encontro, Maria Lúcia disse ver diferenças e semelhanças nos dois episódios: “A diferença é o foco e a orientação claramente de esquerda lá, indefinida aqui; a semelhança é o problema da organização, falho lá e, pelo visto por enquanto, também aqui”.

RENATO JANINE RIBEIRO / ANDRÉ SINGER

A segunda pergunta de Janine foi para Singer, sobre a situação do lulismo diante dos acontecimentos. Para Singer, o lulismo não fica completamente superado pelo que está acontecendo, “em parte, porque é um tipo de política voltado para o que chamo de subproletariado, uma camada da população de baixíssima renda, que não está nas manifestações e que continua precisando muito dos programas sociais que foram implantados”. No entanto, disse que uma coisa comum a todos os presentes nas manifestações é a necessidade de melhoria dos serviços públicos, que implicará em mais gastos públicos; ao mesmo tempo em que há uma pressão do chamado mercado para a restrição desses gastos: “Isso apresenta um enorme desafio para o lulismo, um desafio novo que não sei como será enfrentado”.

EDA TASSARA / MATHEUS PREIS

Tassara perguntou a Preis a quem ele atribuía a gênese da corrupção e se há uma esperança em relação a esse problema. Preis disse que o MPL não assume a bandeira contra a corrupção, pois a considera uma pauta abstrata, sem um objetivo prático que leve o poder público a fazer alguma coisa: “Todo mundo é contra a corrupção, mas o que é preciso fazer para acabar com ela?”. Preis aproveitou para comentar a linguagem do espetáculo mencionada por Bucci. No seu entender, há uma unidade de forma nas manifestações, mas não é a do espetáculo e sim a da ação direta sobre o funcionamento da cidade, “na medida em que o bloqueio de ruas permite mudar o funcionamento da cidade e têm-se o poder de dialogar de forma mais horizontal com o poder estabelecido”.

No novo encontro,  
as dúvidas sobre  
como definir esse  
movimento de movimentos  
persistiram. Destacou-  
se que todos ainda  
precisam cultivar certa  
humildade analítica  
diante de fatos  
tão surpreendentes.  
Na rodada final  
de exposições  
os participantes  
apresentaram suas  
opiniões sobre como  
a sociedade deve  
avançar em resposta  
às reivindicações dos  
manifestantes.  
Diferentemente do  
primeiro debate, quando  
14 pesquisadores  
expuseram suas opiniões  
sobre as manifestações,

#### BERNANDO SORJ / ANDRÉ SINGER

Sorj (que também participou do encontro via rede) fez sua pergunta a Singer, sobre o que pode ser feito para recuperar uma tradição crítica que na última década se perdeu, “que caiu num ufanismo sobre o Brasil indo cada vez melhor e num pensar que o cidadão restringe suas demandas a temas puramente econômicos”. Singer disse que o ufanismo mencionado por Sorj é uma avaliação equivocada dos últimos dez anos e que não compartilha dela: “Estamos num processo de reformismo fraco, ou seja, há mudanças no Brasil que vão no sentido da redistribuição da renda, mas é uma mudança lenta, sobretudo em face da desigualdade existente”. Para ele, ainda que haja a questão dos valores, o problema econômico e da desigualdade continua sendo central. Por outro lado, Singer disse concordar com Sorj sobre o quanto a ciência social precisa avançar e com o comentário de Eda Tassara sobre a necessidade de os acontecimentos serem abordados com muita humildade intelectual.

#### SERGIO ADORNO / MATEUS PREIS

Adorno disse identificar nas manifestações uma nova linguagem, na qual a violência está de alguma forma incorporada. Ele quis saber de Preis como o MPL viu a questão da violência, se há uma busca de uma nova legitimidade para ela. Preis disse que a violência nas manifestações é de uma minoria, mas que não vê nela uma violência ilegítima, que possa ser reprimida em algum sentido: “A violência é uma representação de que existe um conflito, que o que está sendo feito contra a população não é justo e a população não aceita e vai revidar. Infelizmente, essa análise mais filosófica e política sobre a violência não foi tratada pelos meios de comunicação”.

#### LÚCIA MACIEL / EUGÊNIO BUCCI

Maciel tratou do papel dos intelectuais (“se é que eles têm algum, num exercício como esse de reinvenção política”) na sua pergunta a Bucci. Este disse que uma das constatações mais constrangedoras sobre a avalanche de protestos é a de que as lideranças consolidadas foram todas atropeladas pelas massas, com partidos, sindicatos e até ONGs correndo atrás para mostrar algum serviço. “Onde estavam essas lideranças e, por extensão, onde estavam os intelectuais? Por que os intelectuais se ocuparam tanto tempo em proteger o poder? Quanto melhor o poder, mais potente deve ser a crítica dos intelectuais. A questão de problematizar talvez tenha sido negligenciada. Esse movimento é um chamamento, de um lado, para o anacronismo das velhas estruturas de poder e, por outro, para a acomodação da atividade intelectual.”

**TRÊS ASPECTOS CHAMAM A ATENÇÃO DE SERGIO ADORNO: A IMPOSSIBILIDADE DE EXPLICAÇÕES CONVENCIONAIS ESTÁ SENDO UM DESAFIO TAMBÉM PARA OS INTELLECTUAIS, QUE PRECISAM SAIR DO COMODISMO EM QUE ESTAVAM DE APLICAR SUA SABEDORIA AOS FATOS"; A NECESSIDADE DE RETOMADA DE UM TEMA CLASSICO, QUE É O DA CORAGEM CIVICA; A ENCENAÇÃO POLITICA, "MAIS DO QUE A VOZES NO SUBSOLO DA SOCIEDADE CITADA POR BUCCI": "UM CON- ESCUTADAS E QUE IRROMPERAM DE UMA MANEIRA CIVICA"; A ENCENAÇÃO POLITICA, "MAIS DO QUE A VOZES NO SUBSOLO DA SOCIEDADE CITADA POR BUCCI": "UM CON- JUNTO DE MANIFESTANTES COM MASCARAS É COMO UM CORO DE TEATRO, E TEM DE SER ANALISADO O PAPEL DO CORO, QUE É O DA CRÍTICA, DE ANUNCIAR O FIM DOS TEMPOS, DE ANUNCIAR NOVOS TEMPOS. E, EM TERMOS DE ENCENAÇÃO, SO VEJO TRÊS SAÍDAS: TRAGÉDIA, DRAMA OU COMÉDIA".**

ARLENE CLEMESHA / EUGENIO BUCCI

HERMAN CHAIMOVICH / ANDRÉ SINGER

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

Arlene Clemesha quis saber de Bucci que ideias a mídia em geral e as redes sociais via internet têm apresentado em reposta a crise de representatividade. Bucci considera que o que há de novo nas manifestações é a forma: "Esses movimentos aprenderam a falar a linguagem do espetáculo". O uso do Hino Nacional e da bandeira brasileira configura, segundo ele, a apropriação de signos de forma típica a da linguagem do espetáculo, com os manifestantes se dirigindo às câmeras e sabendo de sinais de que a cobertura de audiência, foi um fenômeno digno de nota de audiência, disputando com transmissões dos Jogos da Copa das Confederações.

A pergunta de Grossmann foi para Bucci: e tratou do fato de os movimentos no Brasil e no mundo apontarem para uma virtualidade difícil de analisar a partir de pontos de vista social, antropológico e cultural, num quadro que parece indicar o ingresso em algo que possa ser chamado de uma nova natureza. Bucci respondeu que os movimentos trazem um novo lugar dentro do discurso da cidade, "problematizam, provocam curtos-circuitos ou entopem as artérias". Dessa forma, segundo Bucci, ao ordenamento da vida social e o enfrentamento de signos ganha materialidade. "Ha uma transbordamento, não da esfera pública, mas de outra categoria do mundo da vida diretamente na cena política. Questões pessoais, privadas, da intimidade, indignações, medações conhecidas da esfera pública".

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

Arlene Clemesha quis saber de Bucci que ideias a mídia em geral e as redes sociais via internet têm apresentado em reposta a crise de representatividade. Bucci considera que o que há de novo nas manifestações é a forma: "Esses movimentos aprenderam a falar a linguagem do espetáculo". O uso do Hino Nacional e da bandeira brasileira configura, segundo ele, a apropriação de signos de forma típica a da linguagem do espetáculo, com os manifestantes se dirigindo às câmeras e sabendo de sinais de que a cobertura de audiência, foi um fenômeno digno de nota de audiência, disputando com transmissões dos Jogos da Copa das Confederações.

A pergunta de Grossmann foi para Bucci: e tratou do fato de os movimentos no Brasil e no mundo apontarem para uma virtualidade difícil de analisar a partir de pontos de vista social, antropológico e cultural, num quadro que parece indicar o ingresso em algo que possa ser chamado de uma nova natureza. Bucci respondeu que os movimentos trazem um novo lugar dentro do discurso da cidade, "problematizam, provocam curtos-circuitos ou entopem as artérias". Dessa forma, segundo Bucci, ao ordenamento da vida social e o enfrentamento de signos ganha materialidade. "Ha uma transbordamento, não da esfera pública, mas de outra categoria do mundo da vida diretamente na cena política. Questões pessoais, privadas, da intimidade, indignações, medações conhecidas da esfera pública".

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI

MARTIN GROSSMANN / EUGENIO BUCCI